PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Iracema	Andréa	Arantes	da	Cruz
naccina	Anuica	Aianics	ua	Ciuz

No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

SÃO PAULO 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

_				~
Iracema	Δndréa	Arantec	da	('r117

No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Doutor Frank Usarski.

Banca Examinadora

A Chiara Lubich (*in memoriam*). Aos agentes EdC e a todas as pessoas que, como eles, por meio das mais variadas iniciativas, acreditam, vivem e atuam a fim de que um mundo diferente (e melhor) não seja apenas possível, mas real.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço dedicado ao agradecimento, trago à memória todos aqueles que, durante esses anos, estiveram ao meu lado, direta ou indiretamente, como presença: de amizade, solidariedade, colaboração, incentivo e estímulo.

Primeiramente dirijo-me a todos os membros do Programa de Ciências da Religião que me acolheram e me tornaram "um deles". Como não dar destaque a Andréa, a nossa sempre presente secretária, que jamais deixou de nos atender com interesse e – por que não dizer? – amor. Também ao Prof. Dr. Frank Usarski, orientador, que me lançou o desafio de construir a análise da Economia de Comunhão segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Desafio este que me levou a fazer um inesquecível exercício de análise teórica, com certeza, enriquecedor para mim. Mas também o agradeço pela presença e pela amizade, construída ao longo do percurso. Na pessoa dele, agradeço a sua esposa, Renata, pelas vezes em que nos encontramos, nas quais me senti acolhida como amiga.

Impossível deixar de citar os demais professores com quem tive a possibilidade de cursar disciplinas, cada um deles, na sua área específica, contribuiu, não apenas para a elaboração do meu trabalho de pesquisa, mas também na construção da minha "bagagem" de conhecimento e no aprimoramento da minha capacidade de pensar o mundo com as suas múltiplas dimensões. Portanto, obrigada: Pedro Lima Vasconcelos, Edin Sued Abmanssur, Fernando Torres Londoño, Luiz Felipe Pondé, Eduardo Rodrigues da Cruz e José J. Queiroz. Agradeço igualmente ao Prof. Dr. Jung Mo Sung que, com o Prof. Pedro, acima citado, compôs a banca de qualificação, ajudando-me na continuidade do trabalho.

Aos colegas, dirijo um agradecimento fraterno e especial. Cada disciplina cursada contou com a participação ativa de cada um deles, que construíram o todo, e somaram conhecimento ao meu aprendizado. De modo especial, recordo Moacir que, com generosidade, ajudou-me a obter livros de Niklas Luhmann, difíceis de serem encontrados no mercado brasileiro.

Não seria possível ter levado a termo esta dissertação sem as pessoas que trabalham para garantir o bom funcionamento da Universidade: funcionários, secretários, bibliotecários, os profissionais das foto copiadoras, dos laboratórios de informática, da limpeza. A vocês, o meu muito obrigada!

É verdade que uma dissertação de mestrado não tem o seu início quando nos inserimos no Programa. Posso dizer que esta caminhada começou muito antes. Primeiramente, em casa, com meus pais e irmãos, a quem dedico um agradecimento singular. A vocês, que sempre me ensinaram a não passar pelo mundo indiferente, a pensar, refletir sem medo, e a encontrar respostas, me alegrar com elas e nelas descobrir o sentido da vida.

O Movimento dos Focolares ocupa uma posição privilegiada. A ele, dedico um agradecimento especial nas pessoas de sua fundadora, Chiara Lubich, e de Ginetta Calliari, líder incansável na implantação e construção do projeto EdC. No arco de mais de 20 anos, as muitas conversas, reflexões, troca de idéias, conhecimento recíproco e convivência com pessoas dos cinco continentes, com certeza alargaram a minha visão e a minha capacidade de conter o todo, com a consciência de que a unidade pressupõe diversidade e que a diversidade é uma riqueza. Ademais, levaram-me a enxergar o mundo "com olhos novos", com a convicção de que um mundo melhor é possível, baseado no diálogo e na fraternidade.

Agradeço, ainda, aos moradores da Mariápolis Ginetta, que me acompanharam nesta trajetória. Especialmente, a Gehilda Cavalcanti, pelo seu apoio e confiança incondicionais; a Sandra Ribeiro, pelas muitas conversas e troca de opiniões; a Maria Júlia Pinto, companheira de trabalho, a amiga e socióloga italiana Licia Paglione e a Fernanda Pompermayer, pelo valioso trabalho de revisão do texto.

Gostaria também lembrar um grupo peculiar: os professores e professoras que estão formando uma rede de pesquisadores e estudiosos dedicados à EdC, entre os quais: Prof. Dr. Roberto Cintra Martins, Prof. Dr. Maurício Custódio Serafim, Profa. Dra. Heloísa Helena Quaresma, Prof. Dr. Marcos Mucheroni e Prof. Dra. Kelen Christina Leite que me ajudaram, principalmente, a me aproximar do objeto de pesquisa da forma mais objetiva possível, mediante provocações salutares e críticas contundentes.

Agradeço a CAPES e ao Programa de Ciências da Religião pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual teria sido impossível concluir os trabalhos.

Finalmente, um agradecimento a todos os agentes de Economia de Comunhão, bem como, a todas as pessoas que vivem a fim de construir um mundo realmente diferente e melhor.

Resumo

A presente pesquisa analisa a Economia de Comunhão (EdC), um projeto que surgiu no interior do Movimento dos Focolares – católico, ecumênico, inter-religioso e intercultural, presente em 182 países, a partir das hipóteses, segundo as quais, a EdC atua simultaneamente nas esferas civil e religiosa, além de ser um possível meio de a religião cristã católica atuar sua influência na esfera civil, neste caso, no sistema econômico.

A importância e pertinência deste estudo podem ser justificadas pelo fato de introduzir a EdC em um contexto mais amplo, a questão da função da religião na contemporaneidade, segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, considerada adequada, exatamente, por entender a sociedade contemporânea funcionalmente diversificada e especializada, organizada em sistemas relativamente autônomos, que possuem uma lógica própria, mas que estão continuamente em relação com os demais sistemas da sociedade. Assim sendo, a religião é entendida como um sistema que co-existe ao lado dos outros, tendo de encontrar modos de manter-se em relação com eles, uma vez que, a partir da modernidade, perdera a hegemonia como fonte da ordenação social.

Ao final da pesquisa, esta dissertação conclui que a EdC pode ser considerada um meio de a religião cristã católica influir em âmbitos não religiosos, a partir da relação inter-sistêmica, tendo analisado a surgimento, a delimitação e o desempenho do projeto, de acordo com a abordagem luhmanniana.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, Movimento dos Focolares, Teoria dos Sistemas Sociais, autopoiese, ambiente, interação.

Abstract

The present study analyses the Economy of Communion (EoC), a Project launched within the Focolare Movement - a Catholic, Ecumenical, Interreligious and Intercultural Movement present in 182 countries. The study is based on the hypotheses that the EoC represents a possible means of Catholicism to influence the economic system by acting simultaneously both at civil and religious level.

The importance and relevancy of this study lies in the fact that it introduces the EoC in a wider context according to the theory of Social Systems by Niklas Luhmann, which understands modern societies as an entity composed of sub-systems, each of them representing diversified, specialized and relatively autonomous, but inter-related functions for the maintenance and evolution of the major society. Thus religion is recognized as a system co-existing side by side with others, finding ways to maintain itself in relation to them, once it lost its hegemony as a source for social order.

Based on the analyses to the emergence, delimitation and the role of the EoC according to Luhmann's approach, the present study argues that EoC can be considered a means in which Catholicism influences non-religious fields by assuming an inter-systemic relation.

Key Words: Economy of Communion, Focolare Movement, Theory of Social Systems, autopoiesis, environment, interaction.

Sumário

I	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
I.1	Apresentação do tema, objetivo da pesquisa, problema e hipóteses
I.2	Justificativa
I.3	Delimitação do objeto, referencial teórico e metodologia
II	O MOVIMENTO DOS FOCOLARES: <i>HÚMUS</i> NO QUAL
	SURGIU A ECONOMIA DE COMUNHÃO
II.1	Origem do Movimento dos Focolares
II.2	Os objetivos do Movimento dos Focolares
II.3	Difusão do Movimento dos Focolares
II.3.1	Difusão territoriai e socio culturai
II.3.2	Difusão religiosa
II.4	Composição do Movimento dos Focolares
II.5	Concretizações do Movimento dos Focolares no âmbito social
II.6	O Movimento dos Focolares no Brasil
II.6.1	Obras sociais como expressão de um amor social, no Brasil
II.7	Espiritualidade da unidade: princípios gerais, os pontos da
	espiritualidade e os aspectos concretos da vida da Obra de Maria
II.7.1	Espiritualidade da unidade: característica fundamental
II.7.2	Os pontos da espiritualidade
II.7.2	O primeiro ponto: Deus-Amor
II.7.2	Os outros 11 pontos da espiritualidade
II.7.3	Os sete aspectos
II.7.3	O primeiro aspecto. O amor é comunhão: vermelho
II.7.3	O segundo aspecto. A irradiação do carisma da unidade: alaranjado
II.7.3	O terceiro aspecto. A vida espiritual: amarelo
II.7.3	O quarto aspecto. O amor cura: verde
II.7.3	O quinto aspecto. O amor acolhe: azul
II.7.3	O sexto aspecto. O amor gera sabedoria: anil
II.7.3	
II.8	Síntese

III AE	CONOMIA DE COMUNHÃO
III.1 Ca	racterísticas gerais
III.2 Ot	ojetivo central da EdC
III.3 O	surgimento da EdC
III.3.1	Referências históricas
III.3.2	Einsiedeln – Suíça – 1961: um fato ······
III.3.3	Conjuntura internacional
III.3.4	O discurso de lançamento da Economia de Comunhão
	e os elementos que dele emergem
III.4 Pri	ncipais categorias e princípios da EdC
III.5 _{Lii}	nhas para gestão de uma empresa EdC
III.5.1	Modelos ESPRI e FEMAQ
III.6 Síı	ntese
	EFERÊNCIAS TEÓRICAS
	adição, religião, modernidade: ruptura inicial
	cularização e dinamismo da prática religiosa:
	n paradoxo sempre presente
	se conceitual de Niklas Luhmann
	Esboço dos teoremas básicos da teoria de Luhmann
IV.3.1.1	Sistema e ambiente
IV.3.1.2	Meios de comunicação simbolicamente generalizados
IV.3.1.3	Sistema de interação e inovação
IV.3.1.4	Interpenetração
IV.3.1.5	O sistema religioso e a integração do sistema social
IV.3.1.5.1	3
IV.3.1.5.2	
IV.3.1.5.3	Prestação
	nção da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann
pa	ra a análise da EdC
	ERPRETAÇÃO DA EDC
	UZ DA TEORIA DE NIKLAS LUHMANN
V.1 Pers	spectiva primeira: o surgimento

V.1.1 Como autopoiese	95
V.1.2 Como inovação a partir do sistema de interação	97
V.1.3 Síntese primeira	102
V.2 Perspectiva segunda: a delimitação	103
V.2.1 O amor ágape	105
V.2.2 Síntese segunda	109
V.3 Perspectiva terceira: o desempenho	110
V.3.1 Os aspectos da vida concreta da Obra de Maria	
como método de gestão e agir econômico	111
V.3.2 Categorias próprias da EdC e o amor-ágape	113
V.3.3 Síntese terceira	115
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	 118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
VII BIBLIOGRAFIA	128

Lista de figuras, quadros e tabelas

Figura 1	Organização estrutural do Movimento dos Focolares	26
Figura 2	Organograma da administração da ESPRI	63
Figura 3	Relação sistema-ambiente de tipo geral	80
Figura 4	Relação inter-sistêmica	80
Figura 5	Relação intra-sistêmica	81
Figura 6	Economia de Comunhão e Doutrina Social da Igreja Católica	99
Figura 7	Relação Economia de Comunhão – Movimento dos Focolares –	
	Economia e agir econômico específico	116
Figura 8	Economia de Comunhão e relações de mercado	116
Figura 9 Parte I	Relação entre Economia de Comunhão, religião e economia	121
Figura 9 Parte II	Economia de Comunhão e relações sistêmicas afins	122
Gráfico 1	Demonstrativo de estudos EdC	
	por área do conhecimento: 1992-2008	4
Gráfico 2	Círculo das cores	69
Quadro 1	Trabalhos acadêmicos realizados no Brasil de 1992 a 2008	4
Quadro 2	Trabalhos acadêmicos em andamento no Brasil em 2009	4
Quadro 3	Trechos do discurso de fundação da EdC	
	e elementos identificados	-56
Quadro 4	EdC: Input - Elementos pré-existentes (MF)	
	transformações autopoiéticas	96
Quadro 5	Paralelo entre os aspectos na espiritualidade,	
	nos mundos de Humanidade Nova,	
	como se apresentam nas Linhas para gestão de uma empresa EdC	
	e nos modelos FEMAQ e ESPRI	113
Tabela 1	Número de empresas EdC de1992 a 2006	3

I Considerações preliminares

A Economia de Comunhão [na liberdade; I.C.] é um projeto que surgiu da experiência do Movimento dos Focolares e envolve empresas dos cinco continentes. Os proprietários de empresas, que livremente aderem ao projeto, decidem colocar em comunhão o lucro, segundo três objetivos com igual atenção: para ajudar pessoas em dificuldades, criando novos postos de trabalho e suprindo suas necessidades básicas, começando por quem partilha o espírito do projeto; difundindo a cultura do dar e do amor, sem a qual não é possível realizar uma Economia de Comunhão; para desenvolver a empresa, que deve permanecer eficiente, embora aberta ao dom. [...] A Economia de Comunhão nasce de uma espiritualidade de comunhão concretizada na vida civil: conjuga eficiência e solidariedade; suscita a implantação, no âmbito das pequenas cidades do Movimento dos Focolares, de "Polos produtivos" inspirados em um agir econômico de comunhão. (Segreteria Internazionale dell'Economia di Comunione 2008:1) [tradução nossa]

Este breve parágrafo introduz o objeto desta dissertação apresentando-o em sua identidade principal, relacionando elementos que poderiam, cada um deles, provocar uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. A quantidade de informações contidas nesses dois parágrafos poderia deixar um leitor que ainda não teve contato com a Economia de Comunhão (EdC) um tanto curioso. Para comprovar tal possibilidade, basta ressaltar os seguintes elementos: Economia de Comunhão; Movimento dos Focolares; empresas; colocar em comunhão o lucro; três objetivos; nasce de uma espiritualidade de comunhão; concretizada na vida civil; pequenas cidades do Movimento dos Focolares; Polos produtivos; agir econômico de comunhão.

Mesmo sem maiores conhecimentos, porém, uma leitura atenta percebe que se trata de um projeto que se relaciona seja com o campo religioso, seja com o campo civil. De fato, a EdC é, como dito acima, um projeto que surgiu de uma experiência religiosa, no interior do Movimento dos Focolares (MF) — católico, ecumênico, inter-religioso, intercultural e internacional, que se concretiza no campo econômico, — trata-se de empresas que atuam no mercado e que têm por objetivo principal colaborar com a erradicação da pobreza, mediante a comunhão (partilha)¹ do lucro.

_

¹ Doar, dar, partilhar ou comunhão? Todas essas expressões são utilizadas como termos explicativos da prática da Economia de Comunhão no que diz respeito à destinação do lucro das empresas inseridas no projeto e no que se refere ao estilo de vida praticado pelos seus atores. Consultando alguns dicionários, a palavra dar, com o seu significado "ceder gratuitamente"; a palavra doar, significando transmitir gratuitamente a outrem bem, quantia ou objeto; o termo partilhar, com as significações de fazer partilha de, dividir, repartir, distribuir, o termo comunhão, que significa participação em comum, e a palavra comungar, que deriva do termo comunhão, cujo significado indica, entre outras possibilidades, ter parte, participar, são todas adequadas e se completam na função de conferir significado à prática da EdC.

O Movimento dos Focolares – também denominado Obra de Maria – fundado por Chiara Lubich, em 1943, na Itália, atualmente presente em 182 países, tem por carisma a unidade. Segundo este carisma, o objetivo do MF é promover o diálogo no interior da Igreja Católica – à qual pertence – com as demais denominações cristãs, com fiéis de outras religiões, com pessoas que não possuem um referencial religioso e com a cultura contemporânea. Sobre o Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão será falado de forma mais abrangente nos capítulos que se seguem, nesta dissertação.

I.1 Apresentação do tema, objetivo da pesquisa, problema e hipóteses

Historicamente jovem, a EdC surgiu 18 anos atrás, no Brasil, em 1991. A sua prática relaciona-se, de forma mais direta, aos empresários, uma vez que se trata de um projeto materializado na esfera econômica, por meio de empresas que a ele aderem. No entanto, por meio da EdC, formou-se uma rede de pessoas que se tornaram, de acordo com o papel que exercem na sociedade, agentes do projeto, pois a EdC também envolve trabalhadores, diretores, consumidores, poupadores, estudiosos, operadores econômicos, investidores, enfim, todo e qualquer cidadão que busque participar e construir a atividade econômica segundo os parâmetros da EdC. O organismo central de direção da EdC é a sua Comissão Internacional, com sede em Rocca di Papa (Itália). Em cada país, a EdC é acompanhada e verificada por Comissões Regionais, cuja função é «acompanhar, apoiar e avaliar o desenvolvimento das atividades empresariais, viabilizando uma "leitura da vida da empresa" à luz dos princípios da EdC, o que se efetiva mediante uma profunda comunhão entre os diversos agentes» (Pinheiro 2000b:341), além de acompanhar a distribuição do lucro doado pelas empresas segundo os parâmetros da EdC, e, neste contexto, dar suporte ao processo de emancipação econômica das pessoas ajudadas. As Comissões Regionais estão vinculadas à Comissão Internacional.

O último censo realizado pela Comissão Internacional de Economia de Comunhão foi efetuado em 2006, o próximo está previsto para 2011. No entanto, embora não possam ser consideradas informações oficiais registradas em um recenseamento, atualmente, segundo informações do mesmo Centro Internacional, aderem ao projeto cerca de 800 empresas, nos cinco continentes. O grande espaço de tempo entre 2006 – último censo – e 2011 – se justifica pelo fato de a Comissão Internacional de EdC ter proposto um recenseamento não apenas quantitativo, mas também qualitativo, isto é, que as Comissões Regionais de EdC possam verificar, mediante diálogo e visitas, como as empresas inscritas no projeto realmente estão

atuando de acordo com os cânones da EdC. Além do mais, em 2011 comemorar-se-á os 20 anos do surgimento do projeto, portanto, considerou-se uma data adequada para se fazer um balanço estatístico-qualitativo da EdC. De acordo com os dados do senso de 2006, é possível verificar a evolução dos números das empresas de EdC a partir de seu surgimento, em 1991, como demonstra a tabela abaixo, considerando que a partir de 2003, decidiu-se mudar o critério segundo o qual uma atividade econômica seria concebida como inserida na EdC, isto é, passou-se a considerar apenas empresas, excluindo da estatística atividades produtivas pouco estruturadas (Menegassi 2007:57).

Tabela 1: número de empresas EdC de 1992 a 2006

Cont.	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Europa	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469	455	458	463
Ásia	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42	42	32	254
África		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9	4	2	27
América	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269	250	241	8
Oceania	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8	5	2	2
Total	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797	756	735	754

Fonte: Centro Internacional de Economia de Comunhão, maio de 2009

A Economia de Comunhão atraiu, de um modo especial, a atenção da academia, pois a sua prática contém em si uma dimensão científica, fundamentada em pressupostos e categorias que motivam não só a ação social de seus agentes, mas que estão na base da própria Economia de Comunhão enquanto teoria. De 1992 a 2008 foram concluídos, no mundo, cerca de 311 trabalhos acadêmicos², dentre os quais, 139 no Brasil, nos mais variados campos do saber, o que indica o caráter multidisciplinar da EdC.

² Esses dados não excluem a possibilidade de que haja outros trabalhos acadêmicos realizados tanto no Brasil quanto no restante do mundo. Dada a abrangência que o estudo da EdC adquiriu ao longo desses 18 anos, é muito difícil determinar e compendiar todos os trabalhos acadêmicos realizados até então. Grande parte desses trabalhos está disponível no site www.ecodicom.net//tesi.php como resultado do esforço do Centro Filadélfia, de estudo, pesquisa e documentação da EdC, situado em Vargem Grande Paulista – SP, junto com a Comissão Internacional da Economia de Comunhão, situado em Rocca di Papa (Itália).

Quadro 1: trabalhos acadêmicos realizados no Brasil de 1992 a 2008

Trabalhos concluídos

Monografias de graduação	81
Monografia de especialização	15
Dissertações de mestrado	34
Teses de doutorado	9
total	139

Fonte: Centro Filadélfia de estudos, pesquisa e documentação da Economia de Comunhão

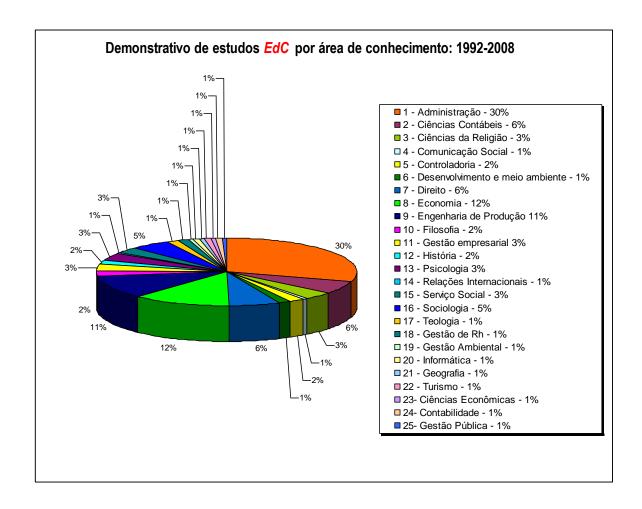
Quadro 2: trabalhos acadêmicos em andamento no Brasil em 2009

Trabalhos em andamento

Monografias de graduação	5
Dissertações de mestrado	5
Teses de doutorado	4
total	14

Fonte: Centro Filadélfia de estudos, pesquisa e documentação da Economia de Comunhão

Gráfico 1: Fonte: Centro Filadélfia de estudos, pesquisa e documentação da Economia de Comunhão



Além da produção acadêmica em nível de graduação e pós-graduação, existe uma ampla gama de publicações editoriais acerca do tema. Em 1994 deu-se início à publicação da revista *Economia de Comunhão-Uma nova cultura*, que reúne artigos e ensaios de cunho acadêmico e científico sobre o projeto EdC. Nesses anos foram editados 28 números, cujos principais textos, publicados até 2004, estão compendiados no primeiro volume dos *Quaderni di economia di comunione* editado pela Associação Internacional da Economia de Comunhão, em 2004.

O caráter multidisciplinar dos estudos feitos até então aponta para a complexidade do projeto, que pode ser compreendido de forma mais global e total a partir das suas múltiplas dimensões. Nesta breve introdução, procurar-se-á esboçar os estudos feitos até então segundo quatro abordagens, com o intuito de oferecer uma sistematização das pesquisas, sem com isso esgotar os campos de análise que, de certa forma, extrapolam essas quatro delimitações.

A primeira abordagem é denominada carismático-teológica. Uma vez que a Economia de Comunhão é um desdobramento da experiência social do Movimento dos Focolares, de cunho religioso, esta abordagem busca fundamentar o projeto na sua relação com o carisma da unidade. Em 1992 foi publicado o livro *A Economia de Comunhão. Propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a "cultura do dar"*. São Paulo: Cidade Nova. Neste volume, Lubich situa a gênese da EdC, a sua contextualização histórica e suas raízes carismáticas. Há ainda outros três ensaios que tratam do projeto na sua relação com os ensinamentos bíblicos e com a doutrina social da Igreja católica. Seguindo esta abordagem, há outros ensaios em várias publicações.

Cita-se, ainda, os *ANAIS do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999*, São Paulo: Cidade Nova, 1999. Avançando na análise carismático-teológica do projeto EdC, neste congresso falou-se da visão trinitária das relações interpessoais (Lubich 1999:17-19) e da fé cristã como fonte inspiradora para que as pessoas possam criar e exercer novas formas de relações sociais e econômicas (Barbacovi 1999:115). Este é um tema que tem se apresentado como fundamental na abordagem carismático-teológica: a compreensão da relação trinitária como inspiradora das relações sociais (Bruni 2004a:36-39).

Uma segunda abordagem é identificada como administrativa. Neste viés, procura-se verificar os resultados que a EdC produz no campo da administração de empresas. Freqüentemente tratada é a questão da racionalidade substantiva, verificando o quanto a EdC,

na sua prática, introduz e é simultaneamente motivada por valores, em alternativa à racionalidade instrumental, dominante nas esferas econômica e da gestão de empresas.

Na dissertação de mestrado defendida na PUC do Rio de Janeiro, em 2002, por Marcelo Afonso Almeida, intitulada: *Empresas de Economia de Comunhão: possibilidade de valoração da racionalidade substantiva na organização econômica?*, o autor concluiu que esta valorização ou revalorização é possível nas empresas de Economia de Comunhão por desenvolver uma nova forma de gestão empresarial que resolve as tensões entre as racionalidades, promovendo o equilíbrio entre elas (Almeida 2002: 6).

Clemilda Gonzaga dos Santos, na sua dissertação *Economia de Comunhão*. *Entre o discurso e a prática: o caso da SIBRISA*, destacou justamente esta tendência ao afirmar que expressões como altruísmo, dom, confiança, reciprocidade, *commitment* e solidariedade estão ganhando espaço na literatura econômica (Santos:2004).

Questões como gerenciamento sustentável também estão incluídas nas pautas de pesquisas e estudos feitos no âmbito da EdC. Hans Burkard, no artigo *Gerenciamento sustentável* (Burkard 1999:67-78), verificou que a EdC não considera mais a empresa no centro do interesse administrativo, mas sim todos os grupos com os quais ela se relaciona. A visão hierárquica piramidal é substituída por uma base circular, na qual todos os agentes da empresa são "gerentes", mediante a introdução da categoria comunhão nas práticas relacionais dentro e fora da mesma.

Os estudos que se ocupam da Administração têm se concentrado na análise de possíveis novas formas de gestão que tenderiam a suscitar transformações estruturais, num primeiro momento, na organização empresarial e, num segundo momento, no próprio sistema econômico.

A Economia de Comunhão vem sendo considerada uma prática econômica alternativa. Fernando Antonio Ferreira Bartholo, na dissertação defendida junto à Universidade Federal da Lavras – MG, fez um estudo sobre empresas de participação comunitária que envolvem aspectos de organizações cooperativas e de sociedades anônimas, mediante o estudo da ESPRI³. Concluiu que a ESPRI se destaca no setor de empreendimentos participativos pelo seu grande número de acionistas, mais de 3.600, com voto unitário (Bartholo 2003).

Uma outra temática que se apresenta urgente diante das conseqüências nocivas e indesejáveis da economia atual é a questão do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social.

³ ESPRI – Sociedade Anônima de capital fechado, proprietária e administradora do Polo Empresarial Spartaco, situado no município de Cotia – SP, que reúne até o momento, seis empresas de Economia de Comunhão, sendo ela mesma uma empresa EdC.

Também neste contexto tem sido verificada a presença da EdC. No estudo de Ivan Sidney Dallabrida – dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Regional de Santa Catarina, o autor levantou a seguinte questão: «de que forma novas tipologias organizacionais como as empresas socialmente responsáveis e de EdC atuam na tentativa de superar uma racionalidade exclusivamente utilitarista econômica» (Dallabrida 2004:20).

O número de trabalhos realizados na área da Administração e gestão de empresas talvez seja o mais significativo, motivo pelo qual é impossível esgotar todas as temáticas aqui, nesta introdução. Faz-se ainda referência à dissertação de Daniele Jannotti S. Villena, defendida junto à Universidade Federal do Espírito Santo, na qual ela trata, como expressa o título, das Contribuições da Economia de Comunhão para o estudo da influência de valores no ambiente organizacional (Villena 2006). A autora traçou um perfil da sociedade contemporânea que focaliza a sua característica de validar os bens materiais como representação da capacidade produtiva, do sucesso, da inteligência, da realização, que acaba por conduzir as pessoas a um comportamento mais individualista, voltado para si e sua família (ibidem:12). No entanto, na outra margem, há pessoas que «percebem o mundo de maneira diferente, que interpretam os fatos dentro de uma escala de valores própria e optam por uma vida mais voltada à comunidade, para suprir suas necessidades e também dos outros» (ibidem:12). Nesses casos, a solidariedade é um valor intrínseco que orienta a ação dos agentes sociais no cotidiano. Villena classifica essas pessoas como de «tendência solidária» cujo vínculo que as une pode se fundamentar em uma crença religiosa, em uma bandeira social, política ou no desejo de compartilhar a própria existência e de se ajudarem na sobrevivência. A EdC é considerada por Villena, em sua dissertação, como um projeto que resulta desta tendência solidária.

Cláudia Herrero Martins Menegassi desenvolveu um estudo que tratou de verificar a relação das empresas de EdC, situadas no Polo Empresarial Spartaco (Cotia-SP), com o modelo burocrático. Concluiu que a burocracia está presente nas empresas EdC «de modo claro, porém não muito acentuado» (Menegassi 2007:91).

Cabe ressaltar o livro publicado pela FGV em 2006, que reporta a tese em administração de Mário Couto Soares Pinto. O autor fez uma leitura da EdC de acordo com a teoria dos *stakeholders*, chegando à conclusão de que

Existe uma grande semelhança entre as características observadas nas quatro empresas [estudadas; I.C.] e as propostas contidas na teoria dos *stakholders*, sem

haver, todavia, perfeita sobreposição. Quanto à existência de vantagens competitivas, foram identificadas as fontes que a estimulam, que são de difícil reprodução fora do contexto de EdC. [...] O diferencial está, portanto, na gestão de relacionamentos, na ética de suas ações, dada a forte crença [...] de que a aceitação amorosa do outro deve conduzir todas as formas de contato humano, inclusive no âmbito dos negócios. (Pinto 2006:12)

Embora não seja diretamente vinculada à administração, considera-se importante fazer referência a uma tese em contabilidade, que tratou da finalidade do lucro para as empresas de EdC. A pesquisa foi realizada por Luiz Antonio Brandalise, que defendeu a tese em 2003, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Brandalise demonstrou que, na EdC, o lucro além de poder gerar renda, pode gerar uma melhor distribuição de renda para a sociedade (Brandalise 2003:160).

Maurício Custódio Serafim, em sua dissertação de mestrado (2001), defendida junto a Universidade Federal de Santa Catarina, no programa de Engenharia de Produção, analisou a EdC como possível espaço no qual a ética pode se fazer presente na esfera da produção.

Heloisa Helena Albuquerque Borges Quaresma Gonçalves, também ela no campo da Engenharia de Produção, no seu doutorado defendido em 2005, na UFRJ, avaliou os pioneiros da EdC na primeira década do projeto, no Brasil. Na ocasião, constatou que a EdC era uma realidade, mas a empresa de comunhão era uma possibilidade (Gonçalves 2005:167). Ademais, concluiu que a

Economia de Comunhão é a circulação de riqueza sob forma de amor-recíproco entre desiguais. É economia da emergência para circular, entre os necessitados, bens materiais necessários à sua subsistência com dignidade. É economia necessária por estar enraizada no âmbito micro do movimento social que a concentra e a redistribui. É prematuro considerá-la universal ou novo modo de produção que substitua o capitalismo. Mas a EdC pode dar ao capitalismo novo sentido, sobretudo no que diz respeito à apropriação dos lucros decorrentes da atividade produtiva. (Ibidem:167)

A terceira abordagem identificada é a de caráter sociológico-antropológico. Neste âmbito, procura-se compreender a Economia de Comunhão enquanto fenômeno social. Como referencial teórico, têm sido utilizados tanto os autores clássicos, quanto os contemporâneos – em sociologia – além da antropologia cristã e da Doutrina Social da Igreja Católica.

Sandra Ferreira Ribeiro, em sua dissertação de mestrado defendida na USP, no programa de Ciências Sociais – *Carisma e Modernidade. Ginetta Calliari, "A Ética da Unidade e o espírito da Economia de Comunhão"* (Ribeiro 2003) – demonstrou, de modo geral, «a possibilidade de relações sociais, na modernidade, marcadas por atribuição de carisma e, de

modo particular, no interior de um movimento sócio-religioso contemporâneo, o Movimento dos Focolares» (Ribeiro 2003:9).

O trabalho acadêmico de Márcia Baraúna Pinheiro, dissertação de mestrado desenvolvida e aprovada pelo programa de Serviço Social da PUC – SP em 2000, intitulado: *Cultura e Economia: faces da mesma moeda? Análise do projeto Economia de Comunhão em perspectiva cultural*, tratou, justamente, da relação entre a prática religiosa e o surgimento de uma cultura que acaba por extrapolar o âmbito do religioso ao imprimir no cotidiano profissional e familiar dos agentes sociais novos modos de ser, de fazer e de viver que, no caso específico da EdC, contrastam e superam a racionalidade e a prática capitalista.

Kelen Christina Leite, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, na sua tese *Economia de Comunhão: uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas* (2005) — publicada em 2007 pela Annablume e FAPESP⁴ — situou a EdC no contexto da crise e reestruturação do capitalismo diante de uma economia neoliberal que, longe de resolver o drama da economia excludente, acirra as diferenças e aprofunda o fosso entre ricos e pobres. Contexto que exige novas formas de organização, como a economia solidária e a economia civil, ao lado das quais é colocada a Economia de Comunhão. Leite, em seu trabalho, analisou a constituição do projeto EdC «construído a partir da vivência empírica dos sujeitos» (Leite 2007:23) verificando o quanto este projeto surge de «práticas culturais enraizadas em uma determinada experiência coletiva e comunitária que apontam para o avanço na organização de novos parâmetros de gestão da produção, visando relações menos arbitrárias e mais participativas» (ibidem:23). Leite tratou, também, da questão do lucro, isto é, a co-divisão que se dá não apenas entre os agentes diretamente envolvidos nas atividades da empresa, mas com terceiros — os necessitados — que permite levantar a hipótese segundo a qual a

EdC contrariaria os obstáculos colocados pela ordem econômica vigente ao estabelecer, no seu interior, um novo compromisso entre capital e trabalho, não só mediado pelo Estado, mas também pelo próprio mercado, utilizando-se deste como meio para realizar "políticas" de redistribuição de renda e da riqueza e não só como meio de acumulação. (Leite 2007:23).

João Manoel Motta, na dissertação de mestrado *Da Cooperação à Comunhão – Ciência, movimentos sociais e processo civilizatório: estudo sistêmico do projeto Economia de Comunhão (EdC) como um modelo sócio-econômico inclusivo* (2004), desenvolvida no

_

⁴ A tese de doutorado de Kelen Christina Leite foi publicada como livro: «Economia de comunhão. A construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado». Annablume/FAPESP. São Paulo, 2007.

programa de Ciências da Religião da PUC-SP, demonstrou, com a EdC, «a possibilidade de se construir micro-modelos de sociedade possível: um subsistema auto-sustentável que oferece ao mundo econômico, social, cultural e político alternativas à ação econômica, integradora, inclusiva» (Motta 2004:6).

Ainda no campo das Ciências da Religião, faz-se referência à dissertação de mestrado de Flávio Scarrone: *Graça e reciprocidade em um projeto econômico de inspiração religiosa: a Economia de Comunhão*, defendida junto à Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

A quarta e última abordagem é a econômica. Desde o surgimento da Economia de Comunhão, o projeto foi analisado sob o prisma da economia, refletindo o vínculo estreito entre a EdC e a economia como sistema social.

As primeiras reflexões tratavam da relação entre EdC e a economia como possível caminho para a construção da unidade entre os povos (Buonomo 1992:143-159), bem como da EdC na sua concretização histórica, inserida no mundo globalizado, na sua relação com o capitalismo (Gui 1992:161-174).

Stefano Zamagni tem aprofundado os fundamentos da EdC enquanto experiência econômica no âmbito da micro economia, mas com potencial para influenciar a macro economia. No seu artigo *Fundamento e significado da experiência da Economia de Comunhão*, ele trata da EdC na qualidade de criadora de espaço para a redistribuição da riqueza, função esta, geralmente delegada ao Estado (Zamagni 2002b:129-139).

Benedetto Gui vem desenvolvendo um estudo específico que trata da questão dos bens relacionais como elemento fundamental das relações econômicas, que está despertando o interesse de estudiosos em economia nos últimos tempos. Com este estudo ele procura compreender a contribuição que os bens relacionais podem dar para um melhor bem-estar dos agentes econômicos e que influências tal bem-estar pode proporcionar ao funcionamento da própria economia. Gui considera como bens relacionais, na esfera econômica, o que ele chama de «capital humano de grupo» (Gui 1999:720-721) [tradução nossa], «o hábito de colaboração, uma linguagem especializada utilizada no interior do grupo, capacidade de prever a reação dos colegas diante de uma dificuldade imprevista, conhecimento das habilidades de cada um» (ibidem:720-721) [tradução nossa]. Aliam-se a essas características, outras, que são vividas também como bens relacionais em esferas não econômicas, como:

patrimônio de conhecimento recíproco, experiências partilhadas, hábito de colaboração que estabelece vínculos entre pessoas que vivem há tempos em áreas próximas; hábito de reunirem-se em certas ocasiões, associações consolidadas, com

Esses estudos, de fato, conduzem à análise de empresas com «finalidades ideais», como as que estão inseridas no cooperativismo, que não têm fins lucrativos ou são aderentes à EdC, tendo como um dos principais desafios «mostrar que também no mundo da produção e do mercado é possível agir para a realização da pessoa humana» (Ibidem:724) [tradução nossa].

Ainda dentro desta perspectiva surgem os trabalhos de Luigino Bruni. Em seus estudos, ele tem avançado na análise da EdC, aproximando-se cada vez mais da Economia de Comunhão como cultura que forja um novo tipo de agir econômico e, conseqüentemente, novas formas de gestão e comportamentos empresariais e mercadológicos. Em um ensaio de 2002 (Bruni 2002a: 41-66) intitulado *Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão*, o autor traça um paralelo entre os vários tipos de racionalidades presentes na teoria econômica, colocando frente a frente a racionalidade instrumental com outros tipos de racionalidade que levam em consideração não apenas o interesse pessoal.

No seu livro *Comunhão e as novas palavras em economia* (2005) Bruni partiu do tipo de visão da economia e da sociedade que emerge na Economia de Comunhão e os seus conseqüentes desdobramentos: a questão do trabalho, da empresa, da cooperação, da felicidade, da reciprocidade. Surgem categorias explicativas do agir econômico e social dos agentes da EdC como a gratuidade e a comunhão. Uma das características identitárias da EdC apresentada por Bruni, ao tratar da empresa, está no fato de a EdC conceber a empresa enquanto comunidade, na qual busca-se viver as relações comerciais e de trabalho como ocasião de encontro entre pessoas (Bruni 2005: 68), que ultrapassa a idéia de mercado como espaço de relações apenas instrumentais.

Em seu livro, *La ferita dell'altro* (2007), Bruni aborda o nexo existente entre a economia e as relações humanas, apontando para uma crise de época baseada, justamente, em uma crise relacional. Tratou do problema do conflito nas relações interpessoais como possibilidade de encontro e não de desencontro e isolamento. Aprofundou a questão do mercado como espaço social possível de relações marcadas não apenas pelo interesse pessoal, mas pela interação. A relação é colocada como um bem que a economia tradicional não consegue enxergar.

Dada a amplitude, seja de conteúdo, seja numérica, dos estudos que têm por tema central a Economia de Comunhão, é inviável perpassar todos eles nesta dissertação. Contudo, como dito acima, é possível entrever e identificar algumas abordagens mais regulares, bem como

sub-temas mais recorrentes. Até então, a EdC tem sido verificada, preponderantemente, como ação social motivada por valores intrinsecamente ligados a uma espiritualidade religiosa. Seguindo este viés, a EdC é analisada enquanto experiência preponderantemente econômica que introduz na esfera econômica a racionalidade substantiva, axiológica – na visão weberiana ⁵ – ou não instrumental, produzindo efeitos em outros campos, sobretudo na administração e na gestão de empresas.

A questão religiosa se apresenta no âmbito da EdC como húmus, terreno cultural e espiritual que possibilitou o seu surgimento e lhe conferiu identidade. No entanto, logo se passa a tratar dos resultados que a EdC provoca nos campos específicos da vida humana quase que dissociados da questão religiosa. Alguns autores, porém, aproximaram-se da EdC colocando uma especial atenção no fato de ela ser uma experiência religiosa, embora tenham continuado a focalizar a EdC na sua característica civil e, portanto, leiga.

Por exemplo, Lorna Gold aproximou-se do problema da religião na esfera pública, portanto, civil, no caso da EdC, ao afirmar que a visão de mundo dos empresários que ela pesquisou em sua tese *Abrindo um novo espaço para comunhão no mercado global: a Economia de Comunhão do Movimento dos Focolares* poderia ser aplicada de forma sistemática à economia pública e não apenas à economia pessoal (Gold 1999:90-99).

Outro autor que se aproximou desta questão – Stefan Thiemer – falou do desafio de a EdC firmar-se e expandir-se em uma sociedade pluralista, cuja regra de comportamento não é mais determinada por uma moral única, mas sim de acordo com as leis internas de cada subsistema social. Concluiu que a EdC não deve apresentar-se em seu discurso moral, mas técnico, deve garantir transformações de ordem institucional (Thiemer 1999: 100 – 107).

Maurício Custódio Serafim, no seu doutorado em Administração pela FGV-SP, tratou, como problema de pesquisa, o modo como as organizações religiosas incentivam o empreendedorismo e apóiam os empreendedores adeptos. Ele trabalhou com um estudo de caso qualitativo, no qual avaliou a performance de duas organizações religiosas, uma evangélica, a Igreja Renascer em Cristo, e outra católica, o Movimento dos Focolares, por meio da EdC. Tratou, portanto, da relação entre a vida econômica e a vida religiosa, mas a partir dos interesses das organizações religiosas que devem sobreviver no mercado pluralista e concorrente das religiões, segundo a visão de Berger (Berger 1985: 163-164). No que diz respeito à EdC, o autor concluiu que o Movimento dos Focolares pretende intervir na esfera

_

⁵ Para aprofundar este tema, indica-se Weber, Max. 2005. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro.

econômica a fim de promover uma inovação segundo seus próprios critérios (Serafim 2008a 188). Serafim trata da questão religiosa em relação com a economia, porém com um olhar focado na questão do empreendedorismo.

Ainda no âmbito da relação entre a religião e a economia, Bruni vem desenvolvendo uma análise sobre a influência dos carismas – sejam eles religiosos ou civis – na vida econômica. Em seu livro *Benedetta Economia* (2009), escrito junto com Alessandra Smerilli, ele desenvolveu um estudo sobre a economia carismática, que procura fazer uma leitura da história econômica também como resultado dos carismas, entre os quais, o carisma de São Bento e de São Francisco. Os autores utilizaram a Economia de Comunhão como «paradigma de referência ao qual olhamos para poder começar a escrever uma teoria sobre a ação dos carismas na vida econômica contemporânea» (Bruni; Smerilli 2009:17) [tradução nossa]. Talvez sejam os autores que mais se aproximam, com este estudo, da EdC enquanto fenômeno religioso em si. No entanto, a abordagem deles não se dedica ao estudo da relação entre a ação religiosa e a diferenciação funcional da sociedade contemporânea, na qual a religião não conta mais com a força de sua própria hegemonia social.

O interesse deste trabalho está justamente na identidade do projeto EdC e o seu objetivo é verificar a relação que se dá entre o religioso e o civil no caso específico deste projeto, inserido em uma sociedade funcionalmente diferenciada, na qual a religião cristã católica perdeu a hegemonia enquanto prática religiosa dominante, tendo por referência a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Levantam-se, portanto, os seguintes problemas: a EdC pode ser considerada um meio de a religião – cristã católica – influir em campos não religiosos, como reação ao fato de ter sido deslocada para fora do centro das decisões e da ordenação social, a partir da modernidade? Qual a sua identidade fundamental: religiosa ou civil?

Diante desses questionamentos, levantam-se as seguintes hipóteses: a EdC mais do que atuar ora na esfera religiosa, ora na esfera civil, é um projeto civil e religioso simultaneamente, além de ser um possível meio de a religião cristã católica atuar a sua influência em âmbitos não religiosos, de modo especial na esfera econômica, entendida como espaço no qual se realizam relações de produção, de distribuição e de consumo de bens e de serviços, a fim de satisfazer as necessidades dos indivíduos e da sociedade.

_

⁶ O termo identidade é utilizado indicando «circunstância de um indivíduo ser aquele que diz ser ou aquele que outrem presume que ele seja», aplicado a uma "pessoa coletiva", isto é, à EdC. Identidade, portanto, expressa o modo de ser, de atuar, de constituir-se que faz da EdC um projeto único e diferente de todos os outros que, embora possam ser semelhantes, não são iguais. A identidade confere valor de individualidade ao projeto.

I.2 Justificativa

É possível justificar a importância e pertinência deste trabalho no âmbito das Ciências da Religião, situando-o, pelo menos, em duas direções. **Primeira:** um dos objetivos desta disciplina, enquanto empreendimento intelectual é «entender de modo o mais abrangente e profundo possível o complexo mundo religioso em suas manifestações históricas e expressões contemporâneas» (Usarski 2006:74). O presente trabalho se aproxima de uma dessas expressões, a Economia de Comunhão, que surgiu, justamente, da experiência religiosa do Movimento dos Focolares.

A EdC é um fato e pode ser tratada como um fenômeno social, cultural, econômico, dentre outros. Como dito acima, surgiu há 18 anos e está presente nos cinco continentes. Reúne cerca de 800 empresas que partilham seu lucro por meio de uma comunhão internacional. A sua prática vai além da comunhão do lucro, pois suscita um novo modo de se conceber o agir econômico, o que será demonstrado nos capítulos seguintes. Portanto, delimitar a EdC como objeto de pesquisa vai ao encontro de uma das funções primeiras das Ciências da Religião, campo no qual está inserido este trabalho.

Segunda: o fato de esta dissertação introduzir a EdC em um contexto mais amplo, como possível modo de a religião continuar a exercer influência em âmbitos não religiosos na sociedade atual, funcionalmente diferenciada, segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, coloca o trabalho na posição de poder oferecer ao universo científico uma perspectiva diferente, que venha a somar seja como ferramenta de compreensão do projeto Economia de Comunhão, seja como ferramenta que pode contribuir com a expansão das discussões acerca da questão religiosa no mundo contemporâneo. Mais do que fechar as questões, este trabalho pretende abri-las na direção de um campo de pesquisa e de análise ainda não explorado: o da EdC observada segundo a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, com a possibilidade de inserir esta abordagem na discussão geral e ampla que tem sido construída acerca da EdC, oferecendo respostas e levantando novos problemas, enriquecendo, assim, o debate científico neste campo.

I.3 Delimitação do objeto, referencial teórico e metodologia

A EdC se apresenta como um empreendimento multiforme, logo passível de ser verificado na sua relação com o campo religioso e econômico sob diferentes perspectivas. Poderia ser

analisado a partir do olhar teológico, uma vez que é uma experiência surgida no âmbito de um movimento eclesial católico (Movimento dos Focolares); poderia ser visto segundo o olhar da sociologia de Weber, de acordo com a abordagem da ação racional teleológica e da ação racional axiológica, (Weber 2005), pois a EdC busca um fim – colaborar com a erradicação da pobreza – e é estimulada por valores – como a solidariedade, a gratuidade, a reciprocidade. Poderia também ser verificada pela teoria de Berger, segundo o pressuposto da construção social da realidade a partir da visão de mundo dos sujeitos sociais (Berger;Luckmann 1998).

Esta dissertação pretende, em vez, analisar, como objeto, a Economia de Comunhão segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Tal opção se justifica pelo fato de a Teoria dos Sistemas Sociais abordar a sociedade enquanto funcionalmente diferenciada e especializada; tese que trabalha com o pressuposto de que na sociedade contemporânea as instituições e esferas de atuação especializaram-se, separando-se e ganhando autonomia umas em relação às outras, embora mantenham-se interdependentes. Este processo influencia de forma direta também a religião, que se torna uma esfera ao lado de outras, com as quais se vê impelida a encontrar novas formas de se colocar em relação.

Portanto, o ponto de partida para a análise do objeto de pesquisa é a questão da fragmentação da sociedade, organizada em sistemas parciais e que função a religião, especificamente, a cristã católica, desenvolve neste cenário, por meio da práxis da Economia de Comunhão. Tal abordagem apresenta-se como caminho viável para verificar as hipóteses levantadas.

Luhmann, com a sua visão sistêmica, caracteriza a sociedade contemporânea diversificada e organizada em sistemas que garantem o próprio funcionamento em um constante movimento de auto criação (autopoiese), a partir de si mesmo — as suas comunicações internas — em relação com o seu ambiente, isto é, tudo o que não pertence ao sistema (Luhmann 1990). Este trabalho, portanto, pretende construir a análise da EdC enquanto sistema social na sua relação tanto com o Movimento dos Focolares, quanto com a Economia. Trata-se de uma pesquisa teórica. Por esta razão, utilizar-se-á da Teoria dos Sistemas Sociais, da base conceitual e do percurso histórico do MF e da EdC, a fim de observar a EdC e verificar, de acordo com a perspectiva sistêmica, seja a sua identidade, seja o tipo de mediação que faz entre os sistemas religioso e econômico.

Assim sendo, o trabalho é desenvolvido em seis capítulos, sendo o primeiro dedicado à considerações preliminares e o último, às considerações finais. O segundo capítulo apresenta uma descrição do Movimento dos Focolares: origem, objetivo, difusão, estrutura e

composição, espiritualidade, principais características e elementos. Julga-se fundamental apresentar o MF, pois a EdC surgiu no seu interior, a partir da relação que o MF estabeleceu com o seu meio externo. Ademais, a EdC se estrutura e se desenvolve mantendo um estreito vínculo com o MF, sem o qual não poderia subsistir.

O terceiro capítulo, por sua vez, descreve a Economia de Comunhão, procurando salientar suas principais características e princípios, traçando a identidade do objeto em questão, para, em um segundo momento, no quinto capítulo, ser viável realizar a análise do projeto de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann.

O quarto capítulo apresenta os conceitos basilares da Teoria dos Sistemas Sociais, considerados pertinentes para a realização da análise. Nas considerações finais, procura-se fechar o círculo analítico, apresentando um quadro mediante o qual se justificam as hipóteses apresentadas por este trabalho, além de propor possíveis desdobramentos para o estudo da EdC segundo a Teoria dos Sistemas Sociais. Com essas conclusões preliminares procurou-se apresentar o objeto, preparando o leitor para a leitura e reflexão da análise que se segue.

II O Movimento dos Focolares: húmus no qual surgiu a Economia de Comunhão

A fim de analisar a EdC como possível modo de a religião cristã católica exercer influência em âmbitos não religiosos na sociedade contemporânea e verificar o quanto ela é, simultaneamente, um projeto civil e religioso, é fundamental apresentar o Movimento dos Focolares (MF), também denominado Obra de Maria, pois este trabalho parte do pressuposto de que é a relação entre MF e EdC que confere ao projeto uma dimensão religiosa, possibilitando tal influência. Além do mais, o MF pode ser considerado o *húmus* no qual surgiu e se desenvolveu o projeto Economia de Comunhão.

Embora não seja uma Igreja, mas um movimento eclesial católico ⁷, o MF pode ser considerado como subsistema, em sentido luhmanniano, do sistema religião católica, logo, podem ser atribuídas a ele as características e a lógica atribuídas ao sistema religioso. Não se pretende traçar as relações que podem existir entre o MF e a Igreja católica enquanto sistema religioso. A proposição de que o MF é um subsistema do sistema Igreja católica tem o objetivo de permitir a análise proposta por esta dissertação, isto é, verificar, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais, de Niklas Luhmann, se e como a EdC pode ser considerada um sistema formado na esfera do religioso, mas concretizado na esfera do econômico, como também verificar o quanto este projeto pode ser considerado um modo de a religião cristã católica atuar em âmbitos não religiosos no contexto de uma sociedade funcionalmente diferenciada.

Assim sendo, primeiramente, será apresentada a formação do MF a partir da sua origem; a seguir, com o objetivo de contextualizar o MF, a fim de favorecer a compreensão do objeto analisado, serão descritos os objetivos do MF, a sua difusão, composição, governo, concretizações no campo social, e a sua presença no Brasil.

De caráter religioso, o MF possui uma espiritualidade, isto é, um modo característico de viver o cristianismo, alicerçada, preponderantemente, em 12 pontos e sete aspectos, denominada espiritualidade da unidade.

⁷ Por Movimentos eclesiais, entendemos os grupos e associações nascidas no interior dos grupos cristãos, ou Igrejas, já existentes, ligados juridicamente a estes e devedores aos mesmos quanto aos ritos e crenças, mas com a declarada intenção de oferecer uma "releitura" desses ritos e crenças com o propósito de uma maior internalização dos valores contidos nos mesmos, nos seus adeptos.

Os pontos da espiritualidade – que orientam a ação dos membros dos Focolares – e os aspectos⁸ que, além de orientar a ação dos membros da Obra de Maria, orientam sua organização e estrutura, foram identificados como o substrato do qual extrair os princípios fundamentais do MF.

Portanto, este capítulo ocupar-se-á de uma breve descrição desses princípios, tendo por base — mas não exclusivamente — o texto publicado no livro *Um novo caminho*, no qual Chiara Lubich — fundadora do MF — destaca o que há de específico na espiritualidade do Movimento, a sua característica de ser coletiva ou comunitária, o "algo a mais" que possui em relação às espiritualidades individuais: «Procuraremos ver que esta espiritualidade coletiva exige de quem a põe em prática, o "algo a mais" que ela reclama, ou seja, a reciprocidade do amor e a unidade» (Lubich 2004:35).

Pretende-se, portanto, neste capítulo, colocar as bases tanto para uma mais completa compreensão da EdC, quanto para a análise teórica proposta por esta dissertação.

II.1 Origem do Movimento dos Focolares

«Eram tempos de guerra e tudo desmoronava» é a frase típica que muito frequentemente inicia a narrativa da gênese do Movimento dos Focolares, que surgiu em Trento – Itália – em 1943, fundado por Chiara Lubich. Deixamos a ela a narrativa desse período originário, do qual procuraremos extrair um dos pontos fundamentais para a análise proposta por este estudo, a compreensão de Deus como sendo Amor.

Era o ano de 1943. A guerra recrudescia também em Trento. Ruínas, escombros, mortos. Por razões diversas, aproximei-me de jovens da minha idade. [...] Os bombardeios continuavam e com eles desapareciam aquelas coisas ou pessoas que constituíam o ideal de nossos jovens corações. [...] Cada acontecimento nos tocava profundamente. Era clara a lição que Deus nos oferecia com as circunstâncias: tudo é vaidade das vaidades. Tudo passa.

Ao mesmo tempo Deus colocava no meu coração, em nome de todas nós, uma pergunta e, com ela, a resposta: Existirá um ideal que não morre, que nenhuma bomba pode destruir, ao qual possamos nos dedicar por completo?". Existe sim. É Deus.

Decidimos fazer de Deus o ideal de nossa vida. Deus, que em meio à guerra, fruto do ódio, se manifestava a nós por aquilo que ele é: Amor. [...] Encontramos o ideal pelo qual viver: Deus, Deus amor. (Lubich 2003a: 42-43)

⁸ Com o objetivo de evitar possíveis ambigüidades semânticas, neste capítulo a expressão "aspectos" será utilizada somente para referir-se aos assim denominados "aspectos concretos da vida da Obra de Maria", como são delineados nos estatutos Gerais do Movimento dos Focolares e na bibliografia afim, no interior do próprio Movimento.

É importante destacar que nos primórdios da comunidade havia apenas um pequeno grupo constituído de 12 jovens mulheres. Depois, uniu-se a elas um grupo de rapazes. Passados dois meses, havia florescido uma comunidade de 500 pessoas, de todas as idades e vocações⁹. Ganhava forma o Movimento dos Focolares. Esta descoberta, ou re-descoberta de Deus como sendo Amor, levou aquele primeiro grupo a perceber Deus não mais distante e sim próximo, presente em todas as circunstâncias de suas vidas (Lubich 2001a:16). «Mas, ao infinito amor de Deus, tornou-se espontâneo responder com o nosso amor. Podíamos amá-lo colocando em prática as suas palavras» (ibidem:17). Da experiência do Evangelho colocado em prática desencadeou-se o que foi, mais tarde, identificado como os pontos da espiritualidade da unidade, típica do carisma da unidade¹⁰.

II.2 Os objetivos do Movimento dos Focolares

A unidade é a palavra que resume em si toda a espiritualidade do Movimento dos Focolares. De fato, a Obra de Maria possui – estabelecido em seus Estatutos Gerais – dois objetivos. O primeiro é geral: alcançar a perfeição da caridade.

O objetivo geral da Obra de Maria ou Movimento dos Focolares é a perfeição da caridade, a ser alcançada pela vivência da espiritualidade evangélica da Obra em seus pontos fundamentais e nos seus aspectos, conforme estão expressos nestes estatutos e nos regulamentos das seções, dos setores e dos Movimentos. (Obra de Maria s.d.:12)

É importante notar o que diz este artigo 5 no que se refere ao modo de alcançar a perfeição da caridade: pela vivência da espiritualidade evangélica da Obra em seus pontos fundamentais e nos seus aspectos. Ambos — os pontos da espiritualidade e os aspectos — são compreendidos por este trabalho como elementos que conferem sentido e forma às relações estabelecidas dentro e fora das fronteiras do Movimento dos Focolares, mediante a ação de seus membros.

O segundo objetivo é específico. Dizem os estatutos da Obra de Maria no artigo 6:

⁹O termo "vocações" é aqui utilizado para expressar tanto estados de vida: pessoas casadas, solteiras, religiosos, religiosas, sacerdotes, quanto também profissões e engajamento social: políticos, operários, empresários, professores, etc.

¹⁰ A palavra carisma aqui é utilizada na acepção religiosa – católica – do termo, que significa: «um dom que a

¹⁰ A palavra carisma aqui é utilizada na acepção religiosa – católica – do termo, que significa: «um dom que a divindade faz a uma dada pessoa, de compreender a mensagem do Evangelho a partir de uma determinada perspectiva, ou seja, dando um enfoque particular a algum aspecto da mesma, ainda não colocado totalmente em evidência na doutrina e na prática da Igreja. (Ribeiro 2003:15).

A Obra de Maria, fiel à experiência do espírito que guiou sua fundação e seu desenvolvimento, quer atuar continuamente as condições exigidas por Jesus (cf. Mt 18,20) para que Ele possa doar-lhe a unidade, segundo a sua oração ao Pai: "Que todos sejam um" (cf. Jo 17,21); procura, então, irradiar essa unidade no mundo cristão e estende a própria ação à fraternidade universal. (Obra de Maria s.d.:12-13).

A unidade, enquanto objetivo específico do Movimento dos Focolares, é buscada mediante a prática de cinco diálogos, igualmente previstos nos Estatutos Gerais do Movimento: no interior da Igreja Católica – com os fiéis individualmente, mas também com instituições eclesiásticas, associações, grupos e movimentos eclesiais, bem como com ordens e congregações religiosas; com cristãos pertencentes a outras Igrejas e Comunidades eclesiais; com pessoas de outras religiões, com pessoas que não possuem convicções religiosas, mas que acreditam em valores como a paz, a justiça, a liberdade, a solidariedade, etc; e com a cultura contemporânea (Obra de Maria s.d.:13-15). Cabe destacar que a presente dissertação pretende colaborar na realização deste quinto diálogo, isto é, entre o MF e a cultura contemporânea.

II.3 Difusão do Movimento dos Focolares

A difusão do Movimento dos Focolares pode ser considerada, metodologicamente, em duas dimensões: uma territorial, que engloba também a difusão sócio-cultural, no sentido de ter alcançado os cinco continentes, portanto, diversos povos e culturas; outra, religiosa, no sentido de ter extrapolado o âmbito do catolicismo e ter se expandido entre outras igrejas cristãs, outras religiões e ter envolvido pessoas que não possuem uma crença religiosa.

II.3.1 Difusão territorial e sócio-cultural

Com o fim da Guerra, o Movimento começou a se expandir para além das fronteiras de Trento. Primeiramente por toda a Itália; a partir de 1956, por toda a Europa e, em 1959, atravessou o oceano, chegando pela primeira vez a um país não europeu, o Brasil. Sobre a difusão do MF no Brasil, falar-se-á mais adiante.

Atualmente, o Movimento dos Focolares, inter-religioso, intercultural, internacional, está presente em 182 países, dividido em 90 regiões territoriais; possui 141.400 membros,

congrega cerca de dois milhões de aderentes e conta com uma irradiação dificilmente mensurável, que envolve milhões de pessoas das mais variadas classes sociais. 11

II.3.2 Difusão religiosa

Dentre os participantes do MF, cerca de 50.000 pertencem a 350 igrejas cristãs e comunidades eclesiais (não católicas); mais de 30.000 pertencem a outras religiões (não cristãs). De fato, participam do Movimento dos Focolares judeus, muçulmanos, budistas, hindus e sikhs; mais de 70.000 são os amigos de convicções não religiosas.¹²

A década de 60 assinala o início dos contatos do MF com as igrejas cristãs não católicas, primeiramente com os luteranos, na Alemanha, onde, em 1968, foi instituído um centro de vida comum entre católicos e luteranos, a atual Mariápolis permanente 13 de Ottmaring. Anos mais tarde, surgiram outras iniciativas ecumênicas deste gênero, em Baar, na Suíça e em Welwyn Garden City, na Inglaterra. Em 1967, começou o contato com o Patriarca Athenágoras, de Istambul, e com a Igreja Ortodoxa. A partir do Prêmio Templeton – para o progresso das religiões – conferido a Chiara, em 1977, intensificou-se o relacionamento com fiéis de outras religiões (Lubich 1984:20). O fato de o MF estar presente em 182 países proporcionou um incremento nas relações entre cristãos e fiéis de outras religiões, tendo sido instaurado um diálogo com elas não apenas com os fiéis individualmente, mas também com grandes movimentos surgidos no interior dessas religiões, por exemplo, com o movimento leigo budista *Rissho Kosei-kai* (Japão), com a *American Society of Muslims* (Islamismo-EUA), e com a *Swadhyaya Family* (hinduísmo-Índia).

O início do diálogo com pessoas sem um referencial religioso pode ser localizado no final da década de 70. Em 1992 (Roma), realizou-se o primeiro congresso internacional para pessoas sem uma fé religiosa, pertencentes ao MF¹⁴.

11

¹¹ Dados extraídos do site oficial do Movimento dos Focolares: www.focolares.org . Consulta realizada em outubro de 2008.

¹² Dados extraídos do site oficial do Movimento dos Focolares: www.focolares.org . Consulta realizada em outubro de 2008.

¹³ A palavra *Mariápolis* significa *Cidade de Maria*. O adjetivo *permanentes* se justifica porque o mesmo nome de Mariápolis é dado também a Congressos temporários organizados pelo Movimento. Atualmente existem 35: Áustria, Bélgica, República Tcheca, Croácia, França, Alemanha (3), Grã Bretanha, Irlanda, Itália, Holanda, Polônia, Portugal, Espanha (2), Suíça (2), Coréia, Filipinas, Paquistão, Tailândia, República dos Camarões, Costa do Marfim, Quênia, México, Estados Unidos, Argentina (3), Brasil (3), Venezuela, Austrália, das quais duas em fundação. A mais desenvolvida tem caráter internacional: Loppiano (Incisa Val d'Arno – Florença – Itália) com uma média de 900 habitantes, de 70 países.

¹⁴ Dados extraídos do site oficial do Movimento dos Focolares: <u>www.focolare.org</u> . Consulta realizada em outubro de 2008.

II.4 Composição do Movimento dos Focolares

A Obra de Maria é constituída por pessoas de todas as idades e condições sociais, que dela participam de acordo com vários tipos de pertença, inserindo-se em uma de suas ramificações. O termo ramificações engloba: duas seções, 14 setores e nove Movimentos de amplo alcance, dos quais se falará a seguir. Apesar de se constituir por essas várias ramificações, o MF é um único organismo que encontra a sua unidade, justamente, no seu governo, exercido conjuntamente, isto é, colegiadamente.

Como órgão de direção mundial, o Conselho Geral, reúne o Centro da Obra, composto pela Presidente – que sempre será leiga e mulher¹⁵ – pelo Co-presidente, pelos responsáveis pelos aspectos gerais, pelos responsáveis das diversas regiões geográficas e pelos responsáveis das várias ramificações. Ao descrever o Governo da Obra não se pretendeu tratar da forma como esta é dirigida, mas assinalar que "os aspectos concretos da vida"¹⁶ fazem parte da estrutura da Obra, uma vez que ela se articula, se organiza e se governa também por meio dos aspectos. Os conselheiros gerais, de fato, assumem como função acompanhar a concretização desses aspectos na Obra – no seu conjunto e nas regiões. Dizem os estatutos Gerais da Obra de Maria:

Pela sua composição, o Centro da Obra resume, de certo modo, a Obra inteira e manifesta a sua unidade.

Ele tem a responsabilidade de assegurar e incrementar a unidade em toda a Obra, orientando-a à realização dos seus objetivos e zelando pela coordenação entre suas partes.

No cumprimento preciso e generoso das incumbências confiadas a cada um, os membros do Centro da Obra zelam para que sejam universal e fielmente vividos os aspectos concretos da vida da Obra e para que todas as regiões vivam na plenitude da unidade. (Obra de Maria: s.d.:69)

Esta estrutura central é, de certo modo, reproduzida nas regiões, que se organizam em conselhos, também esses constituídos pelos aspectos concretos da vida da Obra de Maria e pelos representantes das ramificações presentes em um determinado território.

As duas **seções** do Movimento dos Focolares constituem a sua estrutura fundamental. Trata-se dos focolarinos e das focolarinas: leigos (as), de vida comunitária (distintamente homens e mulheres) e pessoas casadas que, vivendo nas próprias famílias, doam-se totalmente a Deus,

_

¹⁵ Após o falecimento de Chiara Lubich, no dia 14 de março de 2008, a Assembléia Geral da Obra de Maria, reunida em julho deste mesmo ano, elegeu Maria Emmaus Voce como nova presidente do Movimento dos Focolares e para Co-predsidente, Giancarlo Faletti.

¹⁶ Sobre os aspectos, ver capítulo II.7.3, página 37.

inseridos nos respectivos focolares (masculinos ou femininos). Dedicam-se integralmente à organização do MF, bem como à atuação e difusão de seus ideais (Opera di Maria 2008). Há no mundo, 780 focolares, em 89 países, dos quais, 56 estão no Brasil.

Os setores do MF são formados por pessoas que desejam viver a espiritualidade da unidade, doando-se a Deus segundo a própria vocação, que se dedicam ao Movimento dos Focolares e a seus objetivos de forma comprometida e engajada. São eles:

Voluntários e voluntárias: leigos e leigas que se comprometem a viver de modo radical a espiritualidade da unidade e, consequentemente, a colaborar para que os objetivos da Obra de Maria sejam alcançados. Para isso, atuam, na vida privada e na esfera civil e pública, os princípios do Movimento dos Focolares (Opera di de Maria 2009a).

Sacerdotes e diáconos permanentes focolarinos: aderem à espiritualidade dos Focolares, portanto, procuram modelar a própria vida e o exercício do ministério de acordo com o espírito da unidade. Permanecem ligados às suas dioceses e se reúnem em focolares sacerdotais. Podem fazer parte deste setor ministros de outras igrejas e comunidades eclesiais (Opera di Maria 2009i).

Sacerdotes e diáconos permanentes voluntários: aderem à espiritualidade dos Focolares permanecendo ligados às próprias dioceses no exercício do ministério que lhes cabe. Cada membro deste setor faz parte de um núcleo que se reúne a cada 15 dias. Podem pertencer a este setor ministros de outras igrejas e comunidades eclesiais (Opera di Maria 2009h).

Gen 2: gen significa geração nova. Os e as gen 2 são os jovens da Obra de Maria, a segunda geração, portanto, assumem como próprios a sua natureza, o seu espírito e as suas finalidades. Além de jovens da Igreja católica, podem fazer parte deste setor jovens cristãos de outras igrejas e comunidades eclesiais, de outras religiões ou de convicções não religiosas que partilham dos ideais da Obra de Maria (Opera di Maria 2009b).

Gen 3: representam a terceira geração do MF. São adolescentes que desejam atuar os ideais da Obra de Maria na própria vida e difundi-los em toda a parte. Podem participar deste setor adolescentes de outras igrejas e comunidades eclesiais, de outras religiões ou de convicções não religiosas, desde que partilhem, de algum modo, dos ideais da Obra de Maria (Opera di Maria 2009c).

Gen 4: são as crianças do MF – a sua quarta geração – que vivem a espiritualidade e os aspectos da Obra de Maria de acordo com a própria idade. Podem fazer parte deste setor crianças de outras igrejas e comunidades eclesiais, de outras religiões ou de convicções não

religiosas, desde que partilhem, de algum modo, dos ideais da Obra de Maria (Opera di Maria 2009d).¹⁷

Gen's: são jovens que, enquanto se preparam ao ministério da ordem, assumem como próprio o espírito e os objetivos da Obra de Maria (Opera di Maria 2009e).

Religiosos e Religiosas: esses setores são constituídos por pessoas de diversos institutos de vida consagrada e de sociedades de vida apostólica que acolheram a espiritualidade da unidade, própria da Obra de Maria, e se sentem chamadas a cooperar com a realização de seus objetivos. Encontram na espiritualidade da unidade uma motivação especial para viver com renovado compromisso as regras e as constituições de suas congregações, segundo o carisma do próprio fundador ou fundadora (Opera di Maria 2009f; 2009g).

Bispos: aderem à espiritualidade da unidade e participam da Obra de Maria assumindo um compromisso exclusivamente espiritual, sem que este venha a interferir nos deveres que lhes são próprios. Participam deste setor bispos católicos, mas também bispos e personalidades representativas de outras igrejas e comunidades eclesiais (Opera di Maria 2009j).

Os movimentos de amplo alcance derivam dos setores, reúnem pessoas que aderem à espiritualidade da unidade que desejam colaborar na construção da fraternidade, de acordo com o campo no qual atuam. São eles:

Famílias Novas, coordenado por focolarinos/as casados/as, é composto por casais de todos os países, culturas, religiões ou de convicções não religiosas que se propõem a viver na família a espiritualidade da unidade, no que estiver de acordo com sua própria religião ou crença (Opera di Maria 2009n).

Humanidade Nova é coordenado por voluntários/as e atua na esfera profissional e civil; dele participam homens e mulheres de todas as convições religiosas ou ideológicas que partilham do projeto global do Movimento Humanidade Nova e colaboram para o alcance de seus objetivos, atuando nos próprios campos de atividade, promovendo iniciativas várias, sejam elas culturais, sociais, econômicas, políticas, etc. Humanidade Nova divide-se por "mundos": economia e trabalho; relações entre povos, etnias e culturas; ética social, justiça e direito; saúde da pessoa e do meio-ambiente; harmonia social e arte (urbanismo, arquitetura, moda arte, obras sociais etc); educação e cultura; comunicação social (Opera di Maria 2009k).

 $^{^{17}}$ É importante ressaltar que as crianças, os adolescentes e os jovens que participam do MF, o fazem de maneira livre, não são obrigatoriamente filhos de membros adultos da Obra de Maria.

Jovens por um mundo unido: é coordenado pelos/as gen 2 e reúne jovens que colaboram na construção do mundo unido como projeção, na sociedade, do testamento de Jesus: «Que todos sejam um» (Jo 17,21). A fim de realizar este objetivo, os jovens cristãos vivem o Evangelho; os seguidores de outras religiões colocam em prática a "regra de ouro" e os jovens que não possuem uma convicção religiosa se comprometem a viver pela fraternidade universal (Opera di Maria 20091).

Movimento Juvenil pela unidade: reúne adolescentes que aderiram aos princípios do MF e desejam colaborar na construção da unidade por meio de várias iniciativas de caráter internacional. Dele fazem parte adolescentes de todos os povos e culturas. Podem ser de várias igrejas e comunidades eclesiais, de outras religiões ou de convicções não religiosas (Opera di Maria 2009m).

Movimento dos religiosos e das religiosas. Composto por religiosos e religiosas, respectivamente, que, de algum modo desejam partilhar os objetivos e o espírito da Obra de Maria. Podem participar do Movimento das religiosas e dos religiosos, monjas ou pessoas consagradas/monges ou religiosos de outras igrejas ou comunidades eclesiais; como também monjas e monges de outras religiões (Opera di Maria 2009o; 2009p).

Movimento sacerdotal: fazem parte do Movimento sacerdotal padres, diáconos permanentes e seminaristas diocesanos que aderem ou simpatizam com a Obra de Maria. Podem fazer parte do Movimento sacerdotal, de acordo com suas próprias modalidades, ministros de outras igrejas e comunidades eclesiais (Opera di Maria 2009r).

Movimento Paroquial: de acordo com o fim específico da Obra de Maria, se propõe a cooperar com a realização do testamento de Jesus: «Que todos sejam um» (Jo 17,21), contribuindo, por meio da espiritualidade da unidade, para que as paróquias sejam cada vez mais «a casa e a escola da comunhão» ¹⁹. Podem fazer parte do Movimento Paróquias Novas cristãos de outras igrejas e comunidades eclesiais, bem como pessoas de outras religiões e de convicções não religiosas (Opera di Maria 2009q).

Movimento Diocesano: de acordo com o fim específico da Obra de Maria, se propõe a cooperar com a realização do testamento de Jesus: «Que todos sejam um» (Jo 17,21), animando, por meio da espiritualidade da unidade, as estruturas da Igreja particular: paróquias e organismos diocesanos. Podem fazer parte do Movimento Diocesano cristãos de outras

¹⁸ Existe em quase todas as religiões a assim chamada "regra de ouro": faça aos outros o que gostaria que fosse feito a você, não faça aos outros o que não gostaria que fosse feito a você (cf Lc 6,31).

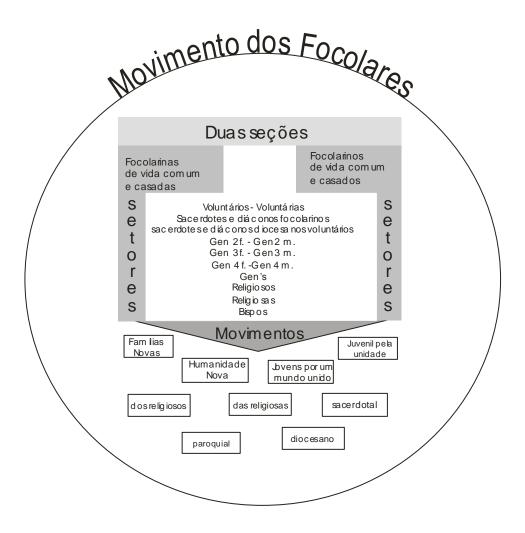
¹⁹ JOÃO PAULO II. 2001. Novo Millennio Ineunte. São Paulo: Paulinas. p.65.

igrejas e comunidades eclesiais, bem como pessoas de outras religiões e de convicções não religiosas (Opera di Maria 2009s).

Uma vez que a Obra de Maria é um movimento católico, as pessoas de outras denominações cristãs, de outras religiões e sem um referencial religioso que dele participam, podem integrar todas as suas ramificações acima descritas, na qualidade de agregados (cristãos não católicos) e de colaboradores (fiéis de outras religiões e pessoas sem uma crença religiosa).

A figura a seguir ilustra a composição do Movimento dos Focolares:

Figura 1 – Organização estrutural do Movimento dos Focolares



Neste gráfico, o círculo exprime o MF no seu conjunto, isto é, na sua unidade: todas as ramificações, embora possuam particularidades que as diferenciam entre si, fazem parte e compõem um único organismo, a Obra de Maria. As duas seções – a dos focolarinos e a das

focolarinas — formam as estruturas que dão sustento ao MF no seu conjunto, ou seja, a todas as suas ramificações e atividades. Os membros dos setores dedicam-se de forma engajada e comprometida ao MF, agindo, cada qual, na sua área específica, mas também colaborando para que haja sempre a unidade na Obra, atuando juntos quando necessário. São eles que acompanham de forma direta os Movimentos de amplo alcance, que possuem um raio específico de ação. Todos os membros do MF, em razão da unidade da Obra de Maria, sentem-se membros não apenas de uma de suas ramificações, mas do MF, justamente por meio de uma de suas ramificações. Isto porque todos os membros se orientam pelos Estatutos Gerais da Obra de Maria, válido para todos; depois, pelos respectivos regulamentos das seções, dos setores ou dos Movimentos, de acordo com a própria pertença.

II.5 Concretizações do Movimento dos Focolares no âmbito social

Uma das principais concretizações do Movimento dos Focolares na esfera social são as Mariápolis permanentes — cidadezinhas testemunho, nas quais moram pessoas de todas as vocações, idades, classes sociais, que desejam fazer a experiência de tecer as relações interpessoais e sociais tendo por fundamento a lei do amor recíproco proposta pelo Evangelho. Assumem as características urbanísticas e sociais das regiões em que estão inseridas. Atualmente as Mariápolis permanentes são 35, distribuídas em 28 países. No Brasil, estão presentes três dessas Mariápolis: em Benevides (PA), Igarassú (PE) e Vargem Grande Paulista (SP).

Ainda no âmbito social, o Movimento dos Focolares mantém, atualmente, mais de 1.000 obras e atividades de assistência em diferentes partes do mundo; a ONG *New Humanity* reconhecida pelo ECOSOC, Conselho Econômico e Social da ONU e a ONG AMU (Ações por um mundo unido), surgida em 1986, para a cooperação internacional ao desenvolvimento, reconhecida pelo Ministério do Exterior Italiano; e a Ação Adoções à Distância, que atende mais de 18.400 crianças, além de manter 96 projetos, em 45 países.

II.6 O Movimento dos Focolares no Brasil

Em novembro de 1959, o navio Andréa C. aportou em Recife trazendo ao continente americano um grupo de focolarinos – quatro homens: Enzo Morandi, Marco Tecilla, Giovanni Buselatto e Rino Chapperin; e quatro mulheres: Ginetta Calliari, Marisa Cerini, Ada Ungaro e

Violetta Sartori – que se instalaram na capital pernambucana, a fim de consolidar a comunidade do Movimento que havia surgido em virtude da ação de um sacerdote missionário e de uma viagem de 2 focolarinas e 1 focolarino realizada em 1958. Ginetta Calliari era uma das primeiras companheiras de Chiara, que com ela havia vivido os primeiros anos do surgimento do MF, em Trento. Embora a relação com a situação de pobreza tenha marcado a história do MF, seja em Trento, seja no Brasil, os focolarinos não vieram a Recife para tratar das questões sociais, para viver pelos pobres; vieram para "testemunhar Deus". Afirma Calliari em sua biografia, organizada por Ribeiro:

E se alguém nos tivesse feito a pergunta: "E vocês, o que vieram fazer? Vocês vieram abrir escolas?" "Não!" "Abrir hospitais?" "Não!" "Orfanatos?" "Não!" Mas o que vocês vieram fazer? Nós tínhamos vindo para dar um testemunho de Deus presente entre nós [...] Mas não um Deus abstrato e sim um Deus *em carne*, *nas pessoas*! (Ginetta apud Ribeiro 2006:181)

Nesta narrativa é importante salientar a crença em um Deus concreto, crença que se manifesta na dimensão – ou dimensões reais da vida. A espiritualidade dos Focolares se materializa no cotidiano e tende ao universalismo, no sentido de que as ações de seus membros se dirigem a todas as pessoas – um amor que ama a todos. Embora este amor tenha em si a característica de ser universal, o universal não se torna uma abstração, mas se materializa nas relações próximas, nas pessoas próximas, nas estruturas próximas, lá onde a vida social se realiza.

Assim sendo, pode-se verificar que o encontro deste primeiro grupo com a pobreza brasileira produziu um impacto e exigiu uma resposta já nos primórdios de sua história neste paíscontinente, assim como aconteceu no período do pós-guerra, em Trento. Contudo, era uma pobreza diferente, marcada pela desigualdade social. Em uma outra narrativa, diz Calliari:

Quando cheguei em Recife [...] no dia 5 de novembro de 1959, foi um choque ver a desigualdade social, a discriminação, a fome que transparecia nos rostos. Disse a mim mesma: Não é possível ficar numa atitude passiva. Alguma coisa deve mudar. O que deve mudar? O homem. Pensei: é preciso ter homens com uma mentalidade nova para que nasçam estruturas novas e, consequentemente, cidades novas, um povo novo. [Calliari apud Silva; Egman (orgs.) 2001:9]

Calliari não menciona homens novos que se sintam bem, mediante a conquista de um bemestar pessoal e basta. Ela introduz um objetivo que extrapola o âmbito da própria individualidade: para que nasçam estruturas novas e, conseqüentemente, cidades novas, um povo novo. Esta afirmação também aponta para a dimensão social da espiritualidade da unidade e da atuação do MF. A resposta, a pista de solução, provém da comunidade, da comunhão, como sempre aconteceu desde o surgimento do MF. Fala ainda Calliari:

Precisávamos da comunhão dos bens para irmos para frente... Foi ali que entendi: somente Deus pode fazer alguma coisa. Deus é Pai! Um Deus que nós temos de apresentar. Trata-se de um coletivo, um Deus que é um coletivo, ou seja, as comunidades. (Calliari apud Ribeiro 2006:174)

O discurso, mais uma vez, ressalta a dimensão comunitária do MF. E a compreensão de um Deus coletivo, que se manifesta na comunidade, deixa entrever a importância que o espaço social tem na constituição e articulação do próprio Movimento dentro de suas fronteiras e além delas.

Depois de um mês e três semanas da chegada do Focolare ao Brasil, havia uma pequena comunidade de 17 pessoas: jovens, estudantes, dois casais, uma viúva, um religioso, uma religiosa, um sacerdote (Ribeiro 2006:182). Em 1965 foi adquirido o terreno no qual surgiria a atual Mariápolis de Santa Maria, em Igarassú – PE; aquisição possibilitada pela comunhão dos bens praticada no interior do MF.

Aos poucos, a comunidade foi crescendo e acelerou a difusão da Obra de Maria no Brasil. De Recife, para São Paulo, em 1962. Próximo da capital paulista, em 1967, deu-se início a Mariápolis Araceli (atual Mariápolis Ginetta), que se tornou o centro de difusão e coordenação do Movimento no Brasil. Atualmente, o MF, no país, está organizado em seis regiões territoriais, mas a Mariápolis Ginetta continua a ter a característica de centralizar as atividades de cunho nacional.

Abriram-se, ao longo desses anos, 56 focolares nas principais capitais do Brasil, além de um Centro Mariápolis²⁰ em São Leopoldo (RS) – ecumênico – e um outro em Manaus (AM). As estatísticas oficiais dizem que os participantes do Movimento são cerca de 250 mil pessoas no Brasil, de todas as vocações, que compõem as ramificações da Obra de Maria.

II.6.1 Obras sociais como expressão de um amor social, no Brasil

Também no Brasil as obras sociais implantadas pelo MF surgiram como resposta a demandas locais, isto é, do encontro dos membros do MF com necessidades reais que se apresentavam no espaço social em que viviam. Como dito anteriormente, o objetivo da Obra de Maria não

permanentes.

Os Centros Mariápolis são estruturas – um complexo constituído de auditório, cozinha, refeitório, alojamentos – destinadas à formação espiritual e social dos membros do MF, por meio da realização de encontros e congressos. Há, no mundo, 63 Centros Mariápolis, em 46 países. Alguns destes se encontram nas Mariápolis

são as obras sociais nem a assistência social, mas um amor que deve se concretizar inclusive em estruturas.

A seguir, serão apresentadas três dessas iniciativas (Sociedade Movimento dos Focolari 2007) que levam à percepção de que o MF estabelece uma relação de reciprocidade com outras áreas da atividade humana e do conhecimento: a educação, a saúde, a política, a economia, etc.

Escola Santa Maria. Foi implantada em 1967, em Igarassu (PE), na Mariápolis Santa Maria, como resposta à necessidade de integrar as pessoas que trabalhavam na construção da cidadezinha. A primeira atividade foi a fundação de um curso noturno de alfabetização para os operários, uma vez que a maioria deles era analfabeta. A atividade se estendeu, mais tarde, aos filhos desses operários, que também não tinham acesso à escola.

Em 1982, a escola foi reconhecida oficialmente pela Secretaria de Educação de Pernambuco e atualmente conta com 545 alunos: crianças e adolescentes que viviam abaixo do nível de pobreza, com índice de evasão zero. A linha pedagógica da escola engloba a criança na sua integridade: formação cultural, ambiental, de saúde, política, humana.

Santa Maria tornou-se uma referência pedagógica na região, interagindo com profissionais de outras instituições e universidades. Por meio da sua atividade foi introduzida na rede municipal de ensino a disciplina Educação para a Paz.

Quilombo Bairro do Carmo. A comunidade do Bairro do Carmo é oriunda de um quilombo de resistência cultural, instalado em São Roque (SP), cuja presença na região remonta ao século XVIII.

Em 1970, o MF entrou em contato com o quilombo do Carmo por meio dos habitantes da Mariápolis Ginetta²¹, há pouco implantada no Município de Vargem Grande Paulista. A comunidade do bairro vivia isolada da cidade por falta de transporte e pelo estado precário das estradas, além de se encontrar ameaçada pela especulação imobiliária, desejosa de tomar posse de suas terras, dada a beleza da região.

O trabalho desenvolvido na comunidade busca estabelecer com a população local um vínculo de fraternidade e confiança recíproca, no respeito da sua cultura, tradições e valores étnicos, religiosos e morais. As necessidades são identificadas conjuntamente, pois uma das metas

_

²¹ Mariápolis Ginetta, então Mariápolis Araceli.

primordiais é a emancipação da pessoa e da comunidade, que deve ser protagonista da sua própria história. Atualmente, moram no bairro cerca de 160 famílias, somando 810 pessoas.

Ao longo desses mais de 30 anos, conseguiu-se a regularização da posse da terra para boa parte da população, a implantação da rede pública de iluminação e de água; a construção e reforma de casas por meio do sistema de mutirão; a ampliação da escola pública, a implantação do ambulatório médico e odontológico, a implantação de uma linha de transporte coletivo que liga o bairro à cidade.

Ademais, alguns membros do MF foram morar no Carmo, a fim de acompanhar os trabalhos e conviver com as pessoas do local. Entre as atividades podem ser citadas: a **Escola de Pão Santa Clara**, uma padaria comunitária na qual trabalham as mães que, em sistema de rodízio, fazem o pão diariamente, fornecendo alimento para 100 famílias. **Medicamento para todos**, atividade que possibilita a compra de medicamentos a preço de custo; **Mercado União**, que permite a compra de gêneros alimentícios e de higiene de primeira necessidade com 10% de desconto sobre o preço de custo, possibilitado pela ajuda recebida de benfeitores. **Esporte pela Paz**, que reúne crianças e adolescentes do bairro; **Projeto Jovem Profissional** que acompanha os alunos, dando-lhes reforço e orientação até a universidade; **Grupo de trabalhos manuais**; **Curso de costura**; **Grupo de dança**.

CIAPS - Centro Integrado de Assistência e Promoção Social, conhecido como Projeto Jardim Margarida. Este trabalho é um desdobramento de uma atividade social iniciada em 1977, quando os habitantes da então Mariápolis Araceli estabeleceram um contato com a população do bairro Jardim Margarida, situado em frente à Mariápolis. Também ali, como em Santa Maria, o início foi marcado pela implantação de um curso de alfabetização para adultos. Depois surgiu o Núcleo de Atendimento à Infância, instalou-se o projeto Adoção à Distância em parceria com a Pastoral da Criança, fundou-se a Associação dos Moradores, incrementou-se o atendimento médico-odontológico e foram ministrados cursos profissionalizantes.

A partir de 2002, foi instaurado o Projeto Jardim Margarida, que coordena toda a atividade social desenvolvida no bairro, por meio do MF. Há projetos realizados em parceria com o Banco do Brasil e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município. Segue a relação de algumas atividades permanentes: **Projeto "Tudo serve"**, um bazar de roupas e utensílios de segunda mão, vendidos por preço simbólico; **Atendimento médico, psicológico e odontológico; Projeto Informática**, que oferece cursos de formação

na área; Projeto Adolescente Trabalhador, em parceria com o Banco do Brasil; Projeto Mundo Unido e Diversidade Cultural, que mira a formação cultural das crianças e adolescentes com aulas de Geografia e História com a perspectiva de abertura à diversidade cultural e à integração, inclusive com visitas a outras comunidades, como a colônia japonesa. Projeto Família, que visa dialogar com os pais a fim de se encontrar soluções para os problemas mais urgentes, como inserção das crianças e adolescentes no meio escolar e social. Projeto "Nosso meio-ambiente", que tem por objetivo formar uma consciência ecológica de preservação da natureza e do meio em que se vive. Projeto Educar Brincando, que busca educar de forma lúdica; o Projeto Jovem cidadão e o Projeto Complementação Alimentar.

Pode-se verificar uma característica comum às três atividades: surgiram a partir de demandas – ou "sinais" – oriundas do contexto no qual se instalaram as Mariápolis de Santa Maria e Araceli (atualmente Ginetta), não muito tempo depois do surgimento dessas comunidades do MF. Este pode ser considerada uma confirmação de que o MF, embora constitua uma comunidade com identidade própria, encontra-se em constante relação com o meio que a circunda. Ademais, essas atividades surgem como expressão social do amor e visam a promoção e emancipação da pessoa, tanto que, no trabalho de assistência, é estimulada a reciprocidade da parte de quem recebe a ajuda, que deve atuar como protagonista não como mero receptor da assistência. Esta reciprocidade é concretizada, por exemplo, em horas de trabalho voluntário, como nos mutirões para reformas e construções de casas. Em relação ao trabalho de assistência social empreendido pelo MF, concluiu Leite:

O objetivo ao qual se destinam [as obras sociais; I.C.] é implementar um processo de organização social, considerando as realidades culturais e econômicas locais, tendo em vista cooperar para que a população envolvida alcance a autodeterminação pessoal e coletiva na linha de um desenvolvimento sustentável. (Leite 2007:186)

II.7 Espiritualidade da unidade: princípios gerais, os pontos da espiritualidade e os aspectos concretos da vida da Obra de Maria

II.7.1 Espiritualidade da unidade: característica fundamental

Uma característica fundamental da espiritualidade do MF é o fato de ela ser essencialmente comunitária ou coletiva. Convém aqui ceder o espaço à própria Lubich ao delinear as primeiras intuições sobre o que significaria uma espiritualidade coletiva:

Como é a nossa espiritualidade comunitária? Quais as suas características? Antes de tudo vejamos como nasceu. [...] Um indício revelador pode ter sido já o anseio expresso sob a fúria da guerra. Se morrêssemos, era desejo comum que nos

colocassem num único túmulo, com uma inscrição em cima: "Nós acreditamos no amor" (cf. 1Jo, 4,16).

Foi esta fé no amor que nos fez começar a nova vida amando os pobres nas formas mais diversas.

Foi uma experiência que logo nos iluminou quanto à necessidade de amar cada irmão, para sermos cristãs.

A partir daí, estando todas nós, primeiras focolarinas, dispostas a amar o próximo, vimos despontar a atuação do Mandamento Novo²² e a decisão de cada uma formulada numa espécie de pacto: "Estou pronta a morrer por você. Eu, por você". Todas, por uma, cada uma.

Um pacto que se reconheceu mais tarde, no passar dos anos, como uma base sobre a qual se construiu todo o Movimento; um pacto que manifestou qual deveria ser a sua natureza: o amor mútuo (até dar a vida) que dava origem a uma espiritualidade coletiva.

[...] Trouxe como resultado a comunhão espiritual das nossas experiências e a comunhão de bens. E esse amor mútuo deveria chegar até a nos consumar em um, até nos fazer experimentar a unidade.

Além disso houve o episódio do porão²³, com a leitura do Testamento de Jesus, que nos pareceu como sendo a carta magna daquilo que estava para nascer.

E havia um amor tão radical e total pelo irmão, que nos fazia perder qualquer outro objetivo, inclusive o da santidade como era então entendida. Se nós, chamadas para um novo caminho, tivéssemos buscado aquela santidade²⁴, ela não ficaria isenta do amor próprio, de egoísmo. A santidade pessoal surgiria do nosso viver a unidade.

Vieram mais tarde as primeiras idéias sobre a unidade fraterna. (Lubich 2004:21-23)

Segundo a espiritualidade da unidade, chega-se a Deus passando pelo irmão. Uma das novidades que pode ser identificada na espiritualidade dos Focolares é justamente esta: não se caminha para Deus individualmente, afastando-se dos irmãos e do mundo, mas se caminha para Deus justamente passando pelo irmão, com o irmão. «"Eu – o irmão – Deus", dizemos. Vamos a Deus junto com o homem, junto com os irmãos, aliás, vamos a Deus por intermédio do homem» (Lubich 2003b:70).

Nos séculos passados, pensava-se freqüentemente em se encaminhar a Deus sozinho. Essa é ainda conseqüência daquele período longínquo da história em que, arrefecido o fervor inicial que vira a comunidade de Jerusalém estreitar-se em um só coração e uma só alma e passadas as perseguições, os cristãos pensaram em salvar a própria fé retirando-se para o deserto. Foi a época dos anacoretas. (Lubich 2004:23)

_

²² Mandamento Novo de Jesus se baseia na frase da Escritura Cristã: «Eis que vos dou um novo mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei. Ninguém tem maior amor do que quem dá a sua vida pelos amigos» (Jo 15,12-13).

²³ O episódio do porão proporcionou a compreensão do objetivo específico do MF. Segue uma das inúmeras narrativas de Lubich a respeito deste fato: «Um dia aconteceu que, sempre devido à guerra, nos encontrávamos num porão escuro para nos protegermos dos bombardeios e, à luz de velas, abrimos o Evangelho. Deparamo-nos com a oração que Jesus dirigiu ao Pai antes de morrer: "Que todos sejam um como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que eles estejam em nós..." [(Jo 17,21), IC)]. Era um texto nada fácil para nós. No entanto, pareceu-nos ter conseguido compreende-lo de certa forma. Não só isso, mas pareceu-nos ainda intuir que nós tínhamos nascido sobretudo em função daquela página do Evangelho; era lá que se encontrava a "magna carta" do Movimento que estava surgindo» (Zambonini 1991:53).

²⁴ Entenda-se santidade individual alcançada por meio de uma espiritualidade individual.

A dimensão comunitária é, portanto, uma das características peculiares da espiritualidade da unidade. Piero Coda — Presidente da Associação Teológica Italiana — afirma que o pensamento e a espiritualidade de Chiara Lubich testemunham uma mudança de paradigma na história da espiritualidade cristã: a passagem do primado do indivíduo ao equilibro entre pessoa e comunhão, de acordo com as expectativas do Concílio Vaticano II (Coda 2003:25). E Jesus Castelano — carmelita especialista em espiritualidade e mística — diz que:

Lubich superou algumas tendências da ascese clássica com a regra de ouro universal do amor ao irmão que não é jamais empecilho para se elevar a Deus. [...] A ascese da caridade dá valor à palavra e não apenas ao silêncio; à comunhão e não apenas à solidão; à comunhão das experiências e não apenas à prece silenciosa. (Castelano 2003: 32).

É importante considerar a dimensão comunitária da espiritualidade da unidade, pois esta característica justifica o fato de a sua concretização histórica ser essencialmente social.

Para viver esta espiritualidade na primeira comunidade de cerca de 500 pessoas que se formou em Trento, nos primeiros meses de 1944, colocamos em comum, livremente, os bens espirituais e os poucos bens materiais, mas também as necessidades. Esta concretização, com a qual desejávamos imitar, de algum modo, os primeiros cristãos, foi o primeiro sintoma de que o nosso Movimento teria uma expressão também no âmbito social. (Lubich 2001a:19) [tradução nossa]

II.7.2 Os pontos da espiritualidade

Os pontos da espiritualidade são 12: Deus Amor, a vontade de Deus, o amor ao próximo, a Palavra de Vida (Escrituras), o amor mútuo, Jesus abandonado, a unidade, a Eucaristia, a Igreja, Maria, o Espírito Santo, Jesus entre nós.

Em relação aos pontos, este trabalho optou por centralizar a atenção na compreensão de Deus como sendo amor, por julgá-lo como instrumento mais adequado para a análise empreendida, uma vez que a escolha de Deus, e de Deus que é Amor, está na base de todas as ações empreendidas pelo Movimento dos Focolares, sem deixar, contudo, de considerar os demais pontos, sobretudo os que falam do amor ao próximo e do amor recíproco.

II.7.2.1 O primeiro ponto: Deus Amor

Como dito anteriormente, a compreensão de Deus como sendo amor é capital para a elaboração teórica à qual se pretende com este estudo. Afirma Lubich, referindo-se às primeiras compreensões que tivera nos primórdios do Movimento:

Na consciência dos cristãos, em seu modo de pensar e de agir, não era mais tão viva a realidade de Deus-Amor que o apóstolo João anunciara. Além disso, tampouco era presente – particularmente no Ocidente – a rica doutrina que os Padres da Igreja [...] e, na Idade Média, os grandes teólogos, [...] tinham elaborado sobre esse mistério central da nossa fé.

É verdade, havia as páginas maravilhosas em que um sem-número de santos, místicos e místicas da Igreja do Oriente e do Ocidente nos fizeram conhecer a sua união com Deus e a experiência do seu infinito amor. Contudo, se essas páginas confirmavam e ilustravam o aprofundamento progressivo da realidade de Deus-Amor que a Igreja, guiada pelo Espírito Santo, ia fazendo, e continuavam sendo um precioso nutrimento espiritual para cada época, elas, porém, refletiam [...] uma espiritualidade um tanto individual, não adequada, portanto, às novas exigências espirituais do nosso tempo, caracterizado pela intensificação dos relacionamentos interpessoais e pela interdependência dos povos. (Lubich 2004:36).

Destaca-se neste texto de Lubich, dois trechos. A expressão *em seu modo de pensar e de agir*, demonstra que a adesão à espiritualidade da unidade não se detém numa mística pessoal que leva à união com Deus separada da realidade social na qual vive e se move o fiel, mas que da prática da espiritualidade da unidade emerge uma cultura, um modo de pensar e de agir. A concepção de Deus como sendo amor extrapola o âmbito das consciências individuais e se materializa em relações sociais que constituem a comunidade dos Focolares, sofrendo um processo posterior, ao extrapolar também as fronteiras da comunidade, chegando a influenciar o ambiente social no qual vivem seus membros, seja no âmbito mais pessoal – privado – seja no âmbito público.

Esses aspectos são de fundamental importância para o estudo da EdC sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, pois entender que a adesão à espiritualidade da unidade não se detém numa mística pessoal que leva à união com Deus separada da realidade social na qual vive e se move o fiel, mas que da prática da espiritualidade da unidade emerge uma cultura, um modo de pensar e de agir indica que as escolhas e seleções que se dão no interior do MF – portanto a ação de seus membros – são motivadas na direção da prática do amor, mas de um tipo bem característico de amor e não de outro. Ou seja, o amor que confere sentido à ação dos membros do MF contém um valor semântico, um significado, próprio, oriundo da sua espiritualidade. E o fato de a concepção de Deus como sendo amor extrapolar o âmbito das consciências individuais e se materializar em relações sociais que constituem a comunidade dos Focolares, sofrendo um processo posterior, ao extrapolar também as fronteiras da comunidade, chegando a influenciar o ambiente social no qual vivem seus membros, seja no âmbito mais pessoal – privado – seja no âmbito público, indica a interação que pode existir entre as consciências individuais e os sistemas sociais, o que Luhmann conceitua como interpenetração. No caso da EdC, pode apontar para a

compreensão de que as ações dos agentes da EdC contêm o mesmo valor semântico que motiva suas ações em outros âmbitos, porém, no caso da EdC, aplicadas à conjuntura econômica, além das fronteiras religiosas do MF.

A compreensão de Deus como sendo amor parte de uma reflexão pessoal – de Chiara Lubich – imediatamente comunicada às suas companheiras. Continua Lubich:

(...) Entre as outras circunstâncias que, naqueles dias, evocavam fortemente a expressão "Deus a ama imensamente" que – como sabemos – me foi dirigida²⁵, fez como que explodir aquela realidade que – acho importante ressaltar – não se deteve apenas em mim. Pelo contrário! Ela logo se tornou patrimônio comum. (Lubich 2004:37).

De fato, a novidade cristã não está no fato de crer que Deus existe, mas sim que Deus é amor. Compreender Deus como sendo amor não produz nos membros do grupo apenas uma relação vertical do fiel com o seu Deus, destacando-o do mundo e da convivência com os outros seres humanos. Provoca também um movimento de buscar o outro e estabelecer com ele uma relação cujo vínculo é justamente o amor, seja ele quem for. A religião torna-se, desse modo, um espaço de construção do social, fortemente fundamentada em valores espirituais e teológicos.

II.7.2.2 Os outros 11 pontos da espiritualidade

O segundo ponto da espiritualidade da unidade deriva do primeiro, é a **vontade de Deus**. De fato, o fazer a vontade de Deus é compreendido como resposta ao amor infinito de Deus por todas as criaturas, é «o amor que responde ao Amor» (Lubich 2004:39).

Segue-se o **amor ao próximo**. O amor foi compreendido como o coração da mensagem cristã, portanto, era um dever colocá-lo em prática (Ibidem:42). Depois, a **Palavra de Vida**, o Evangelho, identificado, desde os primórdios, não apenas como livro de meditação, mas como código de vida, do qual surgiu uma cultura, a cultura da unidade, entendida como modo de pensar, fazer, perceber a realidade e estruturar as relações interpessoais e sociais (ibidem:43-45); **o amor recíproco**. Este ponto emerge do **amor ao irmão** fundamentado no "mandamento novo" deixado por Jesus: «Como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros (Jo 13,34)» (Ibidem:45).

_

²⁵ Frase dirigida a Chiara Lubich por um sacerdote que lhe perguntara se ela poderia dedicar uma hora do seu dia a Deus e obteve por resposta: "Até o dia todo" (cf. Lubich 2004:37).

Jesus Abandonado. Na espiritualidade da Obra de Maria, Jesus abandonado torna-se a *chave* para se alcançar a unidade. Ele é o *como* do amor pedido por Jesus no Mandamento Novo. Durante a paixão, o grito de Jesus na cruz: «Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?» apresenta-se como o *algo a mais* deste momento. Ele amou até o ponto de dar a vida, esta é a medida do amor cristão, fonte do «"desapego exterior e sobretudo interior" necessário para qualquer forma de unidade» (Lubich 2004:47).

A **unidade** é a palavra que resume em si toda a espiritualidade do Movimento dos Focolares. A **Eucaristia**. Ela é compreendida como vínculo de unidade. (Ibidem:56); a **Igreja**. «Pelo carisma da unidade e suas exigências, entendemos que a Igreja [...] era principalmente, no fundo do seu ser, povo de Deus; era comunhão, a Igreja-comunhão» (Ibidem:57).

Maria. A compreensão de Maria que emerge da espiritualidade dos Focolares é peculiar. Ela não é apenas venerada, mas procura-se tê-la como modelo: «segundo o qual todos podem se moldar».(Obra de Maria s.d.:15). **O Espírito Santo**. Ele é considerado – diz Lubich «por aquilo que significa em Deus e para o homem. Ele é vínculo de unidade entre as divinas Pessoas, [...] é vínculo de unidade entre os cristãos» (Lubich 2004:63). **Jesus entre nós**. A unidade tem como efeito a sua presença espiritual entre os homens (Ibidem:54).

II.7.3 Os sete aspectos

Assim como se procedeu com os pontos da espiritualidade, far-se-á uma descrição dos elementos basilares dos chamados aspectos. Estes são subdivididos em sete e, se os 12 pontos resultam e simultaneamente modelam o estilo de vida dos membros dos Focolares forjando uma cultura, os aspectos resultam dessa cultura e ordenam as estruturas do próprio Movimento. Consta no Estatuto Geral da Obra de Maria:

O espírito da Obra de Maria ou Movimento dos Focolares, que é caridade, manifesta-se e exprime-se nos múltiplos aspectos concretos da vida da Obra e das pessoas que dela fazem parte. Estes Estatutos Gerais contêm as idéias e as normas fundamentais, em relação aos aspectos concretos, que cada integrante do Movimento deverá assumir como base para atuar o que é previsto no regulamento da ramificação à qual pertence.

Dessa vida segundo os aspectos podem surgir obras e atividades específicas, que serão acompanhadas no Centro da Obra pelos conselheiros e pelas conselheiras aos quais os respectivos aspectos são confiados. (Obra de Maria s.d.:27).

Considerou-se pertinente fazer este preâmbulo para demonstrar quanto os *aspectos concretos* da vida pertencem à estrutura da Obra de Maria, enquanto estrutura que articula e orienta a

concretização da espiritualidade da unidade no âmbito sócio-religioso, isto é, no cotidiano, tanto dos membros dos Focolares, quanto dos Focolares como instituição.

Também, neste caso, o primeiro aspecto receberá especial atenção, uma vez que está diretamente vinculado ao objeto desta pesquisa, a Economia de Comunhão.

A origem dos aspectos remonta os anos 50 e não se deu de forma linear. Pode-se notar uma estreita relação entre eles e o primeiro ponto da espiritualidade da unidade — Deus-Amor — pois cada um deles emergiu do amor atuado no cotidiano, segundo uma determinada ordem. Segue um texto relativamente longo de Lubich, no qual ela descreve como foram identificados esses aspectos, a partir da idéia central do cristianismo que é ser e viver o amor, uma vez que Deus é Amor:

"Nós somos o amor", exatamente como Deus é Amor. Se o amor era a nossa vida, o amor deveria ser a nossa regra. (...) O amor é luz, é como um raio de luz, que ao atravessar uma gota de água, se desdobra num arco-íris, em que é possível admirar suas sete cores. São todas elas cores de luz, que, por sua vez, se desdobram em gradações infinitas.

Do mesmo modo que o arco-íris é vermelho, alaranjado, amarelo, verde, azul, anil, violeta, o amor, a vida de Jesus em nós, teria cores diversas, expressar-se-ia de vários modos, diferentes um do outro.

O amor, por exemplo, leva à comunhão, é comunhão. Jesus em nós, porque é Amor, operaria a comunhão.

O amor não é fechado em si mesmo, é difusivo de per si. Jesus em nós, o Amor, seria irradiação de amor.

O amor eleva a alma. Jesus em nós elevaria a nossa alma a Deus. Eis aí a união com Deus, eis aí a oração.

O amor cura. Jesus, o amor no coração, seria a saúde de nossa alma.

O amor reúne diversas pessoas em assembléia. Jesus em nós, porque é amor, reuniria os corações.

O amor é fonte de sabedoria. Jesus em nós, o Amor, nos iluminaria.

O amor compõe em um os muitos, é unidade. Jesus em nós nos fundiria em um.

São essas as sete principais expressões do amor que teríamos de viver. Elas representam um número infinito de outras. (Lubich:2004:67-68)

Dentro do paralelo feito por Lubich entre as várias concretizações do amor na vida cotidiana e social na comunidade dos Focolares e o arco-íris, cada aspecto recebe o nome de uma das suas sete cores.

II.7.3.1 O primeiro aspecto. O amor é comunhão: vermelho

O aspecto *Comunhão de bens e trabalho* é de fundamental importância, pois é preponderantemente a partir dele que se estrutura o projeto Economia de Comunhão. Este aspecto engloba a comunhão dos bens e o conceito que a Obra de Maria tem sobre a

economia, o trabalho e a pobreza (Lubich 2004:71). No entanto, para se compreender como essas dimensões da vida são entendidas pelo MF, é necessário partir da compreensão de Deus como sendo Amor, o que vincula este primeiro aspecto ao primeiro ponto da espiritualidade acima citado.

Desde o início do Movimento, de fato, o amor a Deus se manifestava de forma concreta no amor ao próximo. Num primeiro momento, este amor fora dirigido de forma mais direcionada aos pobres, aos que haviam sofrido as conseqüências da guerra. Com o passar do tempo e com o exercício de colocar em prática as palavras do Evangelho, aquele primeiro grupo logo entendeu que o amor possuía características universais, deveria ser dirigido a todos, indistintamente:

E foi, talvez, por este amor exercitado continuamente, que entendemos como o nosso coração não devia dirigir-se somente aos pobres, mas a todos os homens, sem distinção.

Sim, podíamos dar de comer aos que têm fome, de beber e de vestir, mas havia também pessoas que deviam ser instruídas, aconselhadas, suportadas, e outras que precisavam de orações... (Lubich 1984:38)

Pode-se concluir que a experiência de comunhão de bens atuada pelo Movimento dos Focolares possui a novidade de ter sido estendida para fora dos muros dos conventos. É uma comunhão praticada também, e majoritariamente, por leigos. O espaço social em que se concretiza esta comunhão é a própria sociedade. Quando se afirma que esta comunhão foi estendida para fora dos muros dos conventos, não se pretende dizer que é uma prática que não considera este tradicional modo de viver a comunhão. Ele é, de certa forma, englobado, contido nesta comunhão mais ampla e mais leiga. De fato, na Obra de Maria há dois tipos de comunhão dos bens: uma, completa, portanto total, feita pelos focolarinos e focolarinas, semelhante à comunhão praticada no campo das ordens e congregações religiosas, pois os focolarinos e focolarinas colocam todos os seus bens totalmente em comum; outra, medida de acordo com as possibilidades de cada um, realizada pelos outros membros do Movimento, inclusive religiosos e religiosas. A comunhão é praticada tendo por fundamento a liberdade de cada pessoa e não existem taxas ou valores estipulados, com exceção dos focolarinos/nas que, conforme o que foi dito anteriormente, colocam em comum todos os seus bens. Ademais, na concepção do Movimento, o dar, portanto, o colocar em comum, compreende tanto a doação de bens quanto a doação - comunicação - das necessidades. Isto é, também a necessidade apresentada – de um determinado bem ou serviço – é considerada um ato de doação que integra o circuito da comunhão dos bens.

Uma outra característica fundamental da prática da comunhão dos bens no Movimento dos Focolares, que remonta à sua origem, em Trento, é o fato de ela ter sido introduzida como expressão social do amor e da fraternidade. Tanto que uma das metas primitivas da comunidade nascente era erradicar a pobreza na cidade de Trento, principalmente nas condições do pós-guerra. Não se trata da opção pela pobreza ascética característica de muitas outras espiritualidades da Igreja Católica, mas sim de uma renúncia por amor. Renuncia-se a um bem por amor a quem não o possui, colocando em ação a circulação das riquezas e das necessidades.

Desde o princípio a comunhão dos bens constituiu-se num uso ativo dos bens. Não se tratava apenas de desfazer-se deles, nem simplesmente doá-los, limitando-se a isso. Praticava-se uma partilha contínua, sistemática e organizada, estimulada pelo desejo ardoroso de viver o Evangelho de um modo nem intimista e tampouco carnal. Almejava-se um compromisso em fazer dessa partilha a base concreta para uma vida comunitária com um desejo profundo e explícito de um maior equilíbrio social. (Sorgi 1992:63)

A meta de colaborar na construção de um maior equilíbrio social sempre esteve presente no modo de viver dos membros dos Focolares, porém conforme o que foi dito anteriormente, como resultado da caridade colocada em prática no cotidiano das pessoas.

Da caridade florescia o desejo de um maior equilíbrio social. Nós possuíamos;... os pobres, não. Os ricos possuem;... os miseráveis, não. Por que não despojar-nos espontaneamente do que é supérfluo – nós que podemos nos privar de pouca ou muita coisa – e destiná-lo aos que morrem de fome e de frio, até elevar com todas as ajudas possíveis, sugeridas pela caridade, o seu nível social? (Lubich 1984:37)

Neste trecho de Lubich é importante notar que, além da comunhão derivar da atuação do amor ao próximo – da caridade²⁶ –, ela visava, desde os primórdios, a emancipação da pessoa também no que se refere à questão financeira.

Uma primeira sistematização da comunhão dos bens aconteceu em 1948. Lê-se em um escrito desta data, publicado no v*ademecum*²⁷ do primeiro aspecto:

Foi neste último Natal que uma de nós teve a maravilhosa idéia de pedir à espontaneidade das pessoas a atuação de um plano semelhante àquele dos primeiros cristãos... Que cada um doasse tudo o que possuísse, do qual poderia se privar sem causar danos a si mesmo e às próprias exigências "evangélicas". Algo possível de

²⁷ Em 1983, foi publicado, no âmbito do Movimento dos Focolares, um *vademecum* de sete volumes, cada um deles dedicado a um dos aspectos da vida concreta da Obra de Maria.

-

²⁶ Caridade, na concepção dos Focolares, não se reduz ao ato de assistir quem está em dificuldade, como, por exemplo, dar esmolas, mas tem por significado o amor praticado em todas as esferas da vida humana; a concretização do "mandamento novo" de Jesus: «Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros» (Jo 13,34).

ser feito entre nós, educados a uma totalitariedade de vida no cumprimento prático do grande preceito: "Ama o Senhor teu Deus com todo o coração..." (Lc 10,27).

Cada um levaria o que possuísse a mais, sobretudo em dinheiro, e se comprometeria a dar uma soma estabelecida por ele todos os meses.

Com o dinheiro recebido seriam ajudadas, mensalmente, as famílias pobres; e esta delicada tarefa seria regulada com toda caridade e discrição.

O objetivo era chegar ao ponto de não existir mais nenhum pobre entre nós, que todos tivessem o necessário para viver.

O resultado da soma obtida e do compromisso mensal foi inimaginável e conseguiu, já no primeiro mês, atender 30 famílias. (Guella; Basso; Venturini 1983:19-20) [tradução nossa].

Não se tem notícia da duração desta comunhão sistematizada. Provavelmente ela se desdobrou e se concretizou na comunhão que se realiza no interior das ramificações do MF de acordo com cada um de seus regulamentos específicos. É importante perceber que esta comunhão se deu e se dá no nível interpessoal, ou seja, os bens colocados em comum se originam da renda pessoal de quem pratica tal comunhão.

O aspecto do vermelho contém outras dimensões, como o trabalho, a pobreza e a Providência. Considerando-se o âmbito desta dissertação, procurou-se destacar o que tem relação com a comunhão dos bens. Neste sentido, este estudo não vai tratar da questão do trabalho nem da Providência e, em relação à pobreza, ressalta o fato de que ela não é vista como um fim em si mesmo, mas como meio de se estabelecer a comunhão entre as pessoas, pois comporta o desprendimento e a doação, sempre por amor.

É importante ressaltar que a pobreza não é um fim em si mesmo, ela deve construir o Reino de Deus entre nós, compor, a partir de um mosaico dividido em peças, um único desenho que une a todos. (Guella; Basso; Venturini 1983:27) [tradução nossa].

Este aspecto, o vermelho, contém também o projeto Economia de Comunhão, ao qual será dedicado o próximo capítulo, com o intuito de apresentar a sua origem, história, constituição e principais elementos: características, categorias e princípios.

II.7.3.2 O segundo aspecto. A irradiação do carisma da unidade: alaranjado

A idéia central deste aspecto diz que «o amor é o primeiro apostolado, o amor ao próximo como expressão do amor a Deus» (Lubich 2004:77). O apostolado torna-se um dom, dom do que se é, do que se vive, do que se crê. É também evangelizar, mas de modo delicado e respeitoso, mediante o diálogo, sem dar margens ao proselitismo.

Naturalmente o diálogo é verdadeiro se for animado pelo amor verdadeiro. Ora, o amor é verdadeiro se for desinteressado; se não, não é amor. É egoísmo.

Vocês me fizeram várias perguntas sobre a possibilidade de que haja interesse no amor, também no diálogo.

Se assim fosse, seria um diálogo construído sem amor; portanto não seria diálogo, mas uma outra coisa: proselitismo, por exemplo. O proselitismo deve ficar fora desta porta, não pode existir, porque se não, não há diálogo». (Lubich: 2001b:384)²⁸ [tradução nossa].

O *algo a mais* deste aspecto está no fato de que o apostolado característico do Movimento é realizado em unidade: «Que sejam um, a fim de que o mundo creia²⁹» (Lubich 2004:81). Esta dimensão coletiva do apostolado é importante, pois suscita uma maneira de viver e propagar a própria experiência não apenas individualmente, mas por meio de estruturas – corpos sociais que emergiram no âmbito do Movimento, como os próprios focolares e também as Mariápolis permanentes.

II.7.3.3 O terceiro aspecto. A vida espiritual: amarelo

O *Amor eleva*. Afirma Lubich: «De fato, o amor em nós, que nos faz ser Jesus, não cria apenas comunhão, não irradia somente, mas eleva. É princípio e fonte da nossa vida interior, da nossa união com Deus, da nossa verdadeira oração» (Lubich 2004:87). Embora tenha uma marcante dimensão social, o Movimento dos Focolares fundamenta-se na relação com Deus, em uma crença religiosa, portanto tem por princípio e por meta – simultaneamente – alcançar a união com Deus.

A característica central deste aspecto na espiritualidade do Movimento está no fato de buscar uma oração contínua, não apenas determinada pelos momentos específicos de oração, como as orações vocais, a liturgia, a meditação. Não se trata de multiplicar os momentos de oração, mas de *rezar sempre*. «Isto seria factível orientando a vida pelo amor, sendo uma expressão viva da palavra "amor", síntese de toda a Lei e dos Profetas» (Ibidem:89). Também o *amarelo* leva à construção do coletivo, pois, como afirmado até aqui, a espiritualidade da unidade é tipicamente comunitária, concretiza-se no grupo, na comunidade, nas relações que emergem ou que se modelam segundo a lógica da reciprocidade e da unidade.

-

²⁸ Resposta publicada no livro *Chiara Lubich – la Dottrina Spirituale*, na seção que trata do diálogo com pessoas de convicções não religiosas. Essa pergunta é uma das seis publicadas neste livro, recolhidas de dois congressos realizados com e para elas (pessoas que não possuem uma crença religiosa, que aderem ao Movimento dos Focolares) realizados em Loppiano – Incisa Valdarno (Florença) em maio de 1995 e em Castelgandolfo, em fevereiro de 1998.

²⁹ Cf. Jo 17.

Neste sentido, o amarelo compreende toda a espiritualidade dos Focolares e se baseia na vivência da Palavra. O Evangelho, de fato, fora redescoberto na sua dimensão social, não tanto no sentido de suscitar obras de assistência social – o que também ocorreu – mas no sentido de se tornar elemento de coesão espiritual, com uma conseqüente coesão social, mediante a partilha das experiências concretas vividas a partir da prática da Palavra de Deus no cotidiano das pessoas.

Um outro motivo do dinamismo de comunhão da Palavra era que esta não só era considerada objeto de meditação e de estudo, mas: «era perscrutada nas suas várias aplicações no contínuo contato com a vida, e provocava nos indivíduos e no grupo uma transformação». (Dallapiccola; Fondi 1983:17) [tradução nossa].

II.7.3.4 O quarto aspecto. O amor cura: verde

Esta cor se refere à vida do corpo. O carisma do Movimento dos Focolares dá importância à pessoa humana na sua globalidade e considera essencial tanto a saúde física quanto a saúde espiritual; tanto a saúde pessoal, quanto a saúde coletiva – do grupo – em todas as dimensões possíveis de serem verificadas dentro deste aspecto. Portanto, esta cor diz respeito à vida física, à saúde, ao percurso que transcorre a vida humana, à doença, à morte, à crença na ressurreição, à criação e à natureza. Relações entendidas em consonância com a saúde espiritual.

A nossa espiritualidade típica exige que alcancemos a saúde espiritual não sozinhos. Como homens e como cristãos, nós somos nós mesmos somente quando estamos em relação com os outros. (Lubich 2004:114)

Dentro deste aspecto, interessa a idéia sobre a ressurreição, pois estabelece uma ligação com a questão ecológica e ambiental. A fé na ressurreição é central na doutrina católica, portanto também o é na espiritualidade da unidade. A ênfase é colocada, também neste aspecto, no amor, pois «Na cena deste mundo, até mesmo a fé e a esperança passam, mas a caridade permanece», diz Lubich (2004:109) referindo-se ao pensamento do apóstolo Paulo (1Cor 13,8). Ainda dentro da fé na ressurreição, encontra-se a crença na ressurreição do cosmo, que confere valor à ecologia:

O cosmo, portanto, perdurará; sofrerá uma transformação, mas durará e existirá pela eternidade. Portanto, que já seja visto assim: as galáxias, os crepúsculos, as flores, os pinheiros, os campos, o céu devem ser vistos com este pensamento: isto permanecerá. E também todas as obras que o homem fez permanecerão, ainda mais se forem feitas por amor [...]. Tais pensamentos levam a dar valor, também, à ecologia, à qual se atribui particular importância no Movimento. É necessário que

mantenhamos bem esta terra, por respeito, dado que ela tem uma função no futuro. (Lubich 2004:111)

Como se pode verificar, no pensamento dos Focolares a saúde, tanto física quanto espiritual, resultam do bem-estar da pessoa em todas as suas dimensões. Uma vez que tal carisma centraliza-se na atuação do amor como "norma de vida", portanto como cultura, a base deste bem-estar pode ser identificada nos tipos de relações que se estabelecem no âmbito das comunidades. Relações regidas pelo amor mútuo, como seria numa família. De fato, sobre este aspecto, escreveu Lubich:

Se tivesse que deixar esta terra hoje, e me fosse solicitada uma palavra, como última palavra que afirma nosso Ideal, diria a vocês – certa de ser compreendida no sentido mais exato: "Sejam uma família". [...] Em resumo, se eu tivesse que partir de vocês, deixaria na prática que Jesus em mim repetisse: "Amai-vos reciprocamente... a fim de que todos sejam um"» (Lubich 2004:113).

II.7.3.5 O quinto aspecto. O amor acolhe: azul

Este é o quinto aspecto, que «aprofunda a realidade do Corpo Místico na articulação de cada membro com o outro e de todos com a Cabeça, Cristo» (Lubich 2004:115). Um outro nome dado a este aspecto é *eclesia*, que significa assembléia, Igreja. Continua Lubich: «Por ele vemos o Corpo Místico como Igreja, consideramos também as igrejas de pedra que o acolhem, as casas que o hospedam, a roupa que veste os seus membros» (ibidem:115). Haveria muito a ser descrito sobre como os Focolares concebem a casa e o vestuário; basta, no momento, destacar que:

(...) Estando afastado o mundo que nos cerca e freqüentemente precavido contra a Igreja (inclusive porque conhece aquela sua fisionomia que nossa vida pouco cristã deformou), será útil mostrar não apenas a sua bondade e a sua verdade, mas também a sua beleza, [de Deus, I.C.] com nossas habitações e com o próprio modo de vestir. (Lubich 2004:130).

Esta cor engloba outros tantos aspectos da vida que tem a ver com assembléia, reunião, como, por exemplo, a sociabilidade, o urbanismo, a cidade, portanto também as obras de assistência social.

II.7.3.6 O sexto aspecto. O Amor gera sabedoria: anil

Veja – dizia – "eu sou uma alma que passa por esse mundo. Vi tantas coisas belas e boas e sempre fui atraída somente por elas.

Um dia (dia indefinido) vi uma luz. Pareceu-me mais bela do que as outras coisas belas e a segui.

Percebi que era a Verdade". (Lubich 2004:132).

Partindo da premissa de que o Movimento dos Focolares é um movimento religioso, a sabedoria é concebida do seguinte modo: «A sabedoria é o Verbo de Deus. E o Verbo de Deus é Deus. Por isso, ela "não tem apenas sabor intelectual, mas sacia o coração, sacia a alma: é Deus"» (Sgariglia; Zanghì 1999:523) [tradução nossa]. Esta afirmação é fundamental, pois, como dito até então, a organização social que se inspira da prática dos Focolares, inspira-se, por sua vez, na crença e na relação que o Movimento estabelece com Deus. Assim sendo, a crença se torna um dos elementos constituintes do Movimento dos Focolares, uma vez que não permanece apenas no campo das idéias ou da espiritualidade pessoal, mas concretiza-se em estruturas, em possibilidades de combinações (relações) sociais dentro e fora do grupo.

O aspecto da sabedoria contém também o aspecto do estudo, entendido não como um acréscimo à sabedoria, «mas [como, I.C.] um meio para ampliá-la» (Lubich 2004:138).

II.7.3.7 O sétimo aspecto. O amor une, as comunicações: violeta

No âmbito do Movimento dos Focolares, a comunicação – que faz circular as notícias e a vida que se concretiza nos cinco continentes – tem a finalidade de alimentar o amor recíproco: «O que é de um comunique-se aos outros, de modo que cresça a comunhão fraterna» (Lubich 2004:152).

Para que esta comunicação seja o mais eficaz possível, utilizam-se todos os meios: correspondência, imprensa, televisão, internet, produção áudio-visual, etc. Há um elemento basilar neste aspecto: a universalidade. No Movimento dos Focolares o local se articula com o global de forma dinâmica: o global não cancela o local, mas o revitaliza a partir da comunhão, estabelece-se entre essas duas dimensões uma relação que constrói o todo social do Movimento dos Focolares. Diz Lubich:

O testamento de Jesus não diz somente "que sejam um como eu e tu", mas diz "que todos sejam um".

Os nossos focolares e o nosso Movimento seriam um círculo fechado se, com a unidade, não tivéssemos a universalidade. Se o timbre da universalidade não caminha lado a lado com a nossa unidade, a nossa unidade é falsa. (Lubich 2004:153):

II.8 Síntese

O presente capítulo teve por objetivo apresentar o MF a fim de possibilitar a compreensão da relação existente entre ele e a EdC.

Cabe ressaltar a escolha de Deus como sendo amor e a prática deste amor que confere sentido à ação dos membros do MF nas múltiplas dimensões da vida humana e às suas estruturas. De modo especial, deve-se frisar a prática da comunhão dos bens e o fato de que toda ação não possui valor em si mesma, mas se torna um meio de concretização do amor e visa um fim: a construção de relações, justamente, fundamentadas no amor. Este caminho é percorrido *juntos*, isto é, com o *outro*, coletivamente. Tratando-se de uma experiência religiosa, a relação com o outro leva à relação com Deus e a relação com Deus, leva à relação com o outro.

Uma vez traçados os princípios e os elementos primordiais que compõem o Movimento dos Focolares, este trabalho passa a verificar o projeto Economia de Comunhão também a partir de sua origem, história, constituição e principais elementos: características, categorias e princípios.

III A Economia de Comunhão

Este capítulo tem a função de traçar as principais características e princípios da Economia de Comunhão (EdC) – um projeto inspirado no cristianismo – tendo por base a recuperação dos elementos primordiais de sua história, a teorização elaborada a partir da sua prática e a sua relação com o Movimento dos Focolares (MF), também denominado Obra de Maria.

Para apresentar as principais características do projeto EdC será utilizado de forma preponderante o livro *Comunhão e as novas palavras em economia*, de Luigino Bruni, que oferece um condensado de proposições resultantes da pesquisa e da análise teórica elaborada pelo autor.

Ademais, será apresentada a organização teórica de orientações para a condução de uma empresa EdC inspiradas na espiritualidade da unidade, sistematizadas em um documento – *Linhas para gestão de uma empresa EdC* e em dois modelos da aplicação dos mesmos princípios que fundamentam este documento, elaborados por empresas de Economia de comunhão do Brasil. Julgou-se importante reportar essas orientações teóricas, uma vez que indicam o vínculo entre a espiritualidade da unidade e a EdC.

O presente capítulo tem o intuito de oferecer elementos suficientes para viabilizar a análise proposta por este trabalho, isto é, pretende indicar o quanto as idéias e a organização estrutural da EdC estão em relação com a esfera de uma experiência religiosa (Movimento dos Focolares) em interação com a esfera econômica (espaço social no qual o projeto se materializa). Por esta razão, este capítulo pretende colocar as bases para a análise da EdC – localizando-a como objeto – segundo a abordagem sistêmica, de acordo com a teoria de Niklas Luhmann, que será tratada no próximo capítulo.

III.1 Características gerais

Seguindo pela estrada Bunjiro Nakao, que liga Vargem Grande Paulista a Ibiúna, no km 47, encontra-se a Mariápolis Ginetta. Um pouco mais adiante, a quatro quilômetros da Mariápolis, ergue-se, do lado esquerdo da rodovia, a torre do Polo Empresarial Spartaco, uma das concretizações fundamentais da Economia de Comunhão (EdC). Implantado em 1994, o Polo Spartaco foi projetado para abrigar dez empresas, além de uma área comercial e de serviços. Atualmente estão funcionando no polo seis empresas: a KNE-Rotogine, que trabalha com rotomoldagem de plástico, cuja principal atividade é a produção e instalação de sistemas

de purificação e reaproveitamento de águas servidas; a Eco-ar, indústria de produtos de limpeza; AVN, de embalagens plásticas; Prodiet Nutrição Clínica, que trabalha com a produção e comercialização de alimentação enteral; e a ESPRI (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), sociedade anônima de capital fechado, proprietária e administradora do Polo Spartaco, que conta com 3.600 acionistas. Todas as empresas instaladas no Polo atuam segundo as linhas da Economia de Comunhão.

Surgida em 1991, no Brasil, mais precisamente em Vargem Grande Paulista (SP), como resultado da prática social dos membros do Movimento dos Focolares, a EdC é um projeto de caráter sócio-econômico que tem por finalidade básica reunir empresas que sejam capazes de gerar lucro e que esse lucro seja partilhado, segundo três objetivos fundamentais:

- Reinvestir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e a atividade econômica;
- Investir na formação humana, de modo a fortalecer a base cultural que sustenta o projeto, com a difusão da cultura da partilha;
- partilhar uma terceira parte do lucro com pessoas em situação de pobreza, enquanto não encontram emprego ou a renda não é suficiente para garantir suas necessidades básicas. Primeiramente com quem freqüenta as comunidades dos Focolares.

As empresas de Economia de Comunhão são propriedades privadas, sem que haja um modelo determinado de organização: podem ser empresas familiares, por cotas, cooperativas, sociedades anônimas, ou outras. Normalmente trata-se de empresas comerciais, com fins lucrativos, que atuam no mercado de acordo com a legislação vigente nos países em que atuam, com algumas exceções, dado que há, entre elas, empresas sem fins lucrativos. O fato de um dos objetivos centrais da EdC ser a partilha do lucro pode parecer contraditório com a existência de cooperativas e empresas sem fins lucrativos no projeto. Esta aparente contradição pode ser resolvida pelo menos de duas maneiras: primeiro, porque a EdC inclui outros tipos de comunhão – não apenas a do lucro – visando, especialmente a valorização dos bens relacionais (ver página 10); segundo: porque o lucro pode também ser entendido, no caso das cooperativas, como comunhão realizada pelos cooperados tendo por base a parte que lhes cabe como remuneração. As empresas da EdC introduzem na ação econômica categorias que,

hoje, estão preponderantemente presentes na esfera privada, como a comunhão. Luigino Bruni, um dos principais teóricos da EdC, afirma:

Não é, [a EdC, I.C.] nós repetiremos isso outras vezes, um projeto dirigido somente aos empresários, nem aos diretores, mas uma proposta vital, dirigida a todas as figuras da vida econômica, dos trabalhadores aos consumidores, para suscitar novas organizações orientadas à comunhão. (Bruni 2008:20) [tradução nossa]

Embora a EdC se constitua como um projeto abrangente, um dos pontos centrais que a caracteriza é a comunhão/partilha do lucro e o fato de ter como elemento-base empresas inseridas no mercado.

Neste sentido, Molteni assim sistematiza as características gerais da EdC:

Está presente dentro da economia de mercado.

Dá atenção tanto à produção quanto à distribuição da riqueza.

Liberdade de participação.

Empenho que ultrapassa as fronteiras da empresa (Molteni 1999:692) [tradução nossa]

A questão do lucro perpassa toda a reflexão construída sobre a EdC, uma vez que a distribuição do lucro é concebida como meio para colaborar com uma mais justa distribuição da riqueza. Zamagni identifica na EdC a característica de contradizer a visão do mercado como espaço ideal-típico, cujas ações são motivadas somente pelo auto-interesse, egoísta ou altruísta. O autor afirma que a EdC demonstra que é possível «utilizar o mercado para produzir riqueza de modo eficiente, mas também para redistribuí-la, de acordo com algum cânone de igualdade» (Zamagni 1999:735) [tradução nossa].

Esta também é uma das conclusões da análise efetuada por Leite, que diz:

A EdC, seja teórica, seja praticamente, busca (re) conceitualizar o mercado, pois o projeto constituiu-se, basicamente, por empresas que atuam no mercado, porém, não apenas com objetivos instrumentais; usam o mercado como meio de redistribuição da renda e da riqueza, através da comunhão dos lucros. (Leite 2007:282).

Há dois modos de as empresas aderirem ao projeto: como "coligadas", ou seja, empresas que funcionam fora de um dos polos empresariais da Economia de Comunhão; e empresas "inseridas", isto é, empresas que funcionam dentro de um dos polos da EdC.

Os polos empresariais – de fato – são um elemento fundamental da EdC, com duas finalidades: dar visibilidade ao projeto e funcionar como laboratório de Economia de Comunhão. No Brasil, além do Polo Spartaco – acima citado – há o Polo Ginetta, em Igarassu

(PE) e o Polo François Neveux, em Benevides (PA). No mundo há ainda outros quatro polos: em O'Higgins, na Argentina, o Polo Solidaridad; em Loppiano, Itália, o Polo Lionello; em Bruxelas, Bélgica, o Polo Rotselaar, e em Zagreb, Croácia, o Polo Krizevci. Há outros dois polos em fase de implantação: nas Filipinas e na Alemanha³⁰.

III.2 Objetivo central da EdC

Como foi dito, o objetivo central da EdC é a partilha do lucro segundo as três finalidades anteriormente descritas. No entanto, é importante ressaltar que os pobres, os destinatários de uma parte do lucro, não são considerados assistidos ou beneficiários da empresa, mas parte integrante do projeto, ao qual doam as suas necessidades, numa relação paritária, de comunhão. Este fato sinaliza para uma relação não assistencialista e nem filantrópica, o que freqüentemente caracteriza a ajuda dada aos pobres. Eles são tão membros do projeto quanto os empresários e os trabalhadores. O objetivo primordial da EdC é colaborar para a erradicação da pobreza, mediante a emancipação financeira da pessoa, ou seja, fornecer-lhe os meios para garantir renda e sustento suficientes para si e a família quando necessário, porém, como resultado de um processo de comunhão.

O documento *Rapporto sulla destinazione degli aiuti EdC 2008*, elaborado pela Comissão Internacional de EdC, apresenta uma tipificação dos tipos de ajuda que integram o projeto:

- Apoio ao desenvolvimento profissional e ao emprego por meio de projetos de financiamento de pequenas empresas, e em alguns casos, mediante o microcrédito, a pessoas que se encontram em dificuldade econômica, também com o intuito de gerar postos de trabalho.
- Assistência em situações de emergência. Este tipo de ajuda tem por objetivo dar auxílio a pessoas que vivem uma pobreza conjuntural: em situações de guerra ou de impossibilidade de se manterem com o próprio trabalho. Nesses casos, a ajuda EdC cumpre a função de um atenuante social, sem o qual muitas pessoas não teriam acesso, por exemplo, a uma alimentação adequada ou a um tratamento de saúde necessário, porque tanto o Estado quanto a família deixaram de desempenhar a função de dar apoio e suprir tais necessidades.
- Ajuda para a educação e formação profissional. Oferece subsídio para estudantes do nível médio e universitário, além de garantir transporte, material didático e alojamento para alunos que, por motivo de distância, devem morar em centros universitários. Há também o subsídio para cursos de informática profissionalizantes para adolescentes. (Segreteria Internazionale dell'Economia di Comunione:2008) [tradução nossa]

³⁰ Dados extraídos do site oficial da Economia de Comunhão (www.edc-online.org), atualização de 7 de julho de 2009.

III.3 O surgimento da EdC

III.3.1 Referências históricas

A Economia de Comunhão surgiu no Brasil, em Vargem Grande Paulista (SP), no ano de 1991. Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, estava em visita à comunidade brasileira. No caminho do aeroporto de Guarulhos até a cidade de Vargem Grande Paulista, onde se situava a então Mariápolis Araceli – atual Mariápolis Ginetta – ela ficou impressionada com a extrema miséria e com as muitas favelas que, como «coroa de espinhos»³¹, circundavam – e ainda circundam – a megalópole. A questão social, sempre viva em Lubich e nos membros do Movimento desde a sua origem, apresentou-se naquele momento de forma dramática em toda a sua dureza.

Se se pensa na "coroa de espinhos" (assim o cardeal de São Paulo chama o cinturão de pobreza e miséria da periferia) que circunda a cidade repleta de arranhacéus... É o grande problema dessas terras em via de desenvolvimento, um dos maiores problemas do nosso planeta, em relação ao qual podemos fazer muito pouco [...]. (Lubich 1991a:5) [tradução nossa]

A EdC tem a sua mola propulsora na percepção e na interpretação que Lubich fez da realidade social brasileira; mais do que a pobreza foi a desigualdade social o centro do problema que impulsionou à busca de uma resposta. Aliada a esta constatação mais geral, uma outra percepção, vivida por Lubich e pelos membros do Movimento naqueles dias, foi a de constatar que a comunhão de bens atuada no âmbito do MF não era suficiente para suprir as necessidades mais fundamentais de todos os membros de suas comunidades, uma vez que alguns enfrentavam situações de pobreza.

É compreensível que tenham surgido – idéia e programa – do encontro com a comunidade brasileira, emergente do coração de um país que sofre de maneira dramática o contraste social entre poucos riquíssimos e milhões de paupérrimos. Assim como se explica que este projeto tenha sido recebido com interesse e imediata participação em todas as outras partes do mundo – também onde os contrastes não são tão agudos – porque coerente com o carisma da onde extrai vida, inspiração e impulso, a Obra de Maria. (Quartana 1992:10)

A resposta surgiu no Brasil, mas logo se difundiu no mundo. Este processo pode encontrar justificativa no fato de ser, inclusive, resultado do encontro de várias pessoas oriundas de diferentes contextos – europeu e brasileiro, considerando-se que dentro do Brasil não há

³¹ Chiara cita a frase com a qual o cardeal D. Paulo Evaristo Arns se referia às favelas que circundam as grandes metrópoles brasileiras (Lubich 1991: 5)

homogeneidade, pelo contrário, há uma pluralidade contextual em todos os campos, inclusive no econômico. É igualmente importante considerar que a questão da desigualdade social é um problema de ordem planetária, como planetário é o MF.

A dicotomia riqueza-pobreza esteve sempre presente na reflexão, no discurso e na prática dos membros do MF naqueles dias de maio de 1991. Durante um encontro realizado em uma das comunidades, na Mariápolis Araceli, mais uma vez veio à tona tal questão:

São Paulo em 1900 era uma pequena vila. Hoje não é uma selva, mas uma floresta de arranhacéus. Quanto pode fazer o capital nas mãos de poucos e como resultado da exploração de muitos. Mas, por que, nos perguntamos, tanta potência não se direciona para solucionar os graves problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão, domina o cálculo, o egoísmo [...] Que caricatura o mundo sem Jesus! (Lubich 1991a:17) [tradução nossa]

O fato de a resposta ter emergido do carisma do Movimento dos Focolares indica pelo menos um elemento fundamental: a EdC não é um projeto isolado e solitário, mas é a expressão concreta de um carisma materializado no âmbito civil, portanto, público e social; parte de um complexo de relações que tornou possível a sua implantação: a experiência de milhões de pessoas que se comprometeram, no mundo inteiro, na construção da fraternidade universal a partir do próprio cotidiano. Continua Lubich:

Toda a Obra deve dar um salto de qualidade no campo de sua expressão social... nós temos um potencial neste campo expresso através de obras, ações, da presença de "homens novos", educados a viver para os outros; temos *células de ambiente*. Mas tudo é sempre pouco diante das necessidades do mundo e do próprio Movimento. É preciso que nasça algo muito maior e mais global. (Lubich apud Quartana 1992:15)

Este trecho de Lubich revela como a idéia da EdC foi amadurecendo ao longo da sua permanência no Brasil. Vários são os elementos que podem ser identificados como propulsores do surgimento da EdC. O primeiro foi este: a realidade brasileira, caracterizada por uma profunda desigualdade social, que revela, não a falta de bens e de recursos, mas a falta da partilha, de uma justa distribuição das riquezas. Os tópicos seguintes tratarão de outros dois elementos constitutivos.

III.3.2 Einsiedeln – Suíça – 1961: um fato

A história do MF pode ser lida por meio do entrelaçamento de fatos que ocorreram em diferentes épocas. A EdC é um desses acontecimentos que remete a memória ao ano de 1961,

em Einsiedeln – Suíça, quando Lubich e um grupo de focolarinos, do alto de uma colina, avistaram a abadia dos beneditinos e compreenderam o futuro surgimento das Mariápolis permanentes. Diz Lubich:

Um dia, [...] observando este complexo [...] do alto de uma colina [...] víamos realizado o ideal de São Bento que diz: «ora (isto é, reza) et labora (isto é, trabalha)». Porque havia ali uma majestosa igreja, no centro, na qual os padres rezavam. Havia os campos onde os frades trabalhavam ou então trabalhavam estudando naquelas casinhas enfileiradas. Havia também uma escola, à qual se dedicavam, etc. Admiramos como esses santos, mesmo depois de séculos e séculos, ainda estão vivos em suas realizações. A um certo ponto, como uma dissolvência, no lugar daquela imagem maravilhosa [...] sob um sol fulgurante, pareceu-nos entender [...] que Deus queria também de nós algo semelhante. [...] Que também de nós, Deus quisesse uma cidadezinha, mas não daquele jeito; [...] uma verdadeira e própria cidadezinha, com casas [...] com escolas, com chaminés, com indústrias, com empresas. (Lubich 1991b) [tradução nossa]

Uma lembrança fundamental, pois uma vez que as Mariápolis permanentes foram compreendidas como verdadeiras e próprias cidades, inclusive com indústrias e empresas, e que até 1991 ainda não estavam assim constituídas, a EdC foi compreendida não apenas como uma resposta à questão social do Brasil, mas tratava-se, também, da concretização, no tempo, do que seriam as Mariápolis. Isto porque o projeto surgiu em uma Mariápolis e propôs, justamente, a formação de empresas e indústrias a ela vinculadas.

III.3.3 Conjuntura internacional

Além da conjuntura social do Brasil e da intuição do que seria uma Mariápolis permanente, destaca-se a conjuntura internacional, pois dois anos antes, em 1989, caíra o Muro de Berlim, símbolo da derrocada do sistema comunista e do consequente avanço do capitalismo nos países do leste europeu. De um lado havia desmoronado a ideologia que fundamentava a economia em um coletivismo imposto; do outro lado, o capitalismo, baseado em um individualismo acirrado, também não respondia às necessidades básicas da pessoa humana na sua totalidade. Pelo contrário, uma análise feita na época diz que:

Vinte por cento dos homens do planeta – os habitantes das regiões industrializadas da América do Norte, Europa, Ásia Oriental e Oceania – detêm hoje 86% por cento de toda a renda mundial, enquanto inúmeros países do Terceiro Mundo, com uma dívida externa que lhes escapa ao controle, não conseguem mais reembolsar aos credores. (Ferruci 1992:175)

A história colocou em questão a eficiência do socialismo real e do capitalismo como propulsores de um mundo no qual todos os seus habitantes gozariam do bem-estar construído pela economia.

Com efeito, foi necessário admitir logo que nem todos os problemas se resolveram com o fim do marxismo. Por exemplo, só o fato evidente de que às vésperas do ano 2000 apenas uma minoria pode desfrutar de uma vida confortável não se alterou. Ainda: não obstante a tão exaltada economia de mercado já ter sido adotada há vários anos por mais de dois terços das nações do Planeta, até agora não se conseguiu sequer garantir a todos os seres humanos uma esperança de vida até a idade madura [entenda-se terceira idade; I.C.]. (Ferrucci: 1992:175)

A nova organização mundial que estava emergindo levou o Papa João Paulo II a lançar a encíclica social *Centesimus Annus*, também em comemoração aos 100 anos da primeira encíclica social, escrita por Leão XIII, a *Rerum Novarum*.

Na *Centesimus Annus* o Papa ressalta o direito à propriedade privada, à liberdade de iniciativa, à liberdade de associação, mas também destaca a função social da propriedade e conclama todos à solidariedade, também no campo econômico.

Este trabalho não pretende fazer uma análise de conjuntura, mas objetiva identificar a influência desses fatos, relacionados entre si, na construção da EdC. Antes de tudo, eles provocaram uma reflexão: diante desses acontecimentos haveria um caminho diferente a ser trilhado? Uma espécie de "terceiro caminho" alternativo seja ao comunismo que ao capitalismo?

No diário de Chiara – cedido pelo Movimento dos Focolares – no dia 25 de maio de 1991, pode-se ler as primeiras compreensões acerca do que viria a ser a EdC:

Creio [...] a sua vocação [da então Mariápolis Araceli; I.C.] é também a de se apresentar ao mundo como uma cidade imbuída da doutrina social cristã do século XX, de acordo, portanto, com a *Centesimus Annus*, com as características típicas do nosso Ideal: a unidade e a comunhão. [...] Isto comportaria a existência, na Mariápolis, da propriedade privada, da liberdade de iniciativa, do direito de associação (cooperativas, etc), tudo coroado pela comunhão dos bens. Uma Mariápolis assim, no Brasil, onde a desigualdade entre ricos e pobres constitui a chaga social por excelência, poderia ser um farol e uma esperança. (Lubich 1991a:20-21) [tradução nossa]

Naquele mesmo período foi lançado o livro; *I protagonisti d'oggi*, escrito pelo sociólogo Bruno Secondin, no qual ele identifica como protagonistas os movimentos eclesiais. O fator que se soma à reflexão que antecedeu o surgimento da EdC é que, nesse livro, Secondin diz

que «certas realizações desses movimentos indicam a possibilidade, entre o comunismo e o capitalismo, de um terceiro caminho» (Secodin apud Lubich 1991a: 19) [tradução nossa].

III.3.4 O discurso de lançamento da Economia de Comunhão e os elementos que dele emergem

No dia 29 de maio de 1991, durante um encontro realizado na, então, Mariápolis Araceli, com a presença de centenas de membros do Movimento provenientes, sobretudo, da região sudeste do Brasil, Chiara Lubich lançou o projeto EdC. Ela fez um discurso de fundação, do qual se podem extrair os elementos fundamentais do projeto que lhe dão sustento e, a partir dos quais, desenvolveram-se outros, que aos poucos vêm construindo a identidade da EdC.

Com o quadro que segue, procurou-se ressaltar os trechos deste discurso de fundação, dos quais foi possível destacar os elementos fundamentais da EdC:

Quadro 3

Trechos do discurso de fundação da EdC (Lubich 1991b) [tradução nossa]	Elementos identificados
A este ponto, começamos a considerar o nosso ideal e descobrimos que no nosso ideal existeo nosso ideal é um carisma, e que no nosso carisma existe também um aspecto social, é também um carisma de cunho social []. É um carisma que leva à santidade, [] é um carisma que pode ajudar o problema social.	Que o carisma da unidade – do MF – contém em si uma dimensão social.
Por que traz em si um aspecto social? Porque ressalta [] a comunhão dos bens. Não só frisa a comunhão dos bens, mas faz com que seja vivida há 47 anos, o tempo que temos de vida.	A dimensão social do MF é fortemente marcada pela prática da comunhão de bens desde a sua origem. E que a comunhão de bens visava não apenas a solução de problemas individuais, mas continha em si uma dimensão mais ampla, social. Que a EdC pôde ser lançada e contou com a adesão dos membros do MF porque a prática da comunhão de bens era comum entre eles.
Todo carisma que surge, traz uma novidade que está implícita no magistério da Igreja, na Sagrada Escritura [] mas que o espírito Santo torna explícita por meio deste carisma. Nós explicitamos a necessidade de que seja feita a comunhão dos bens livre, que o cristão deve fazer a comunhão dos bens livremente.	Ressalta a dimensão da liberdade na prática da comunhão dos bens e o fato de ela ser expressão do carisma do MF.
Depois, à medida em que íamos vivendo, foi enriquecida por todos aqueles princípios que dizem respeito à doutrina social cristã	Que esta prática está inserida e ao mesmo tempo é impulsionada pelo carisma da unidade em sintonia com a doutrina social da Igreja católica.

Trechos do discurso de fundação da EdC Elementos identificados (Lubich 1991b)) [tradução nossa] Depois dessas considerações, surgiu aqui, no Brasil, aqui, na Araceli, uma idéia. A idéia de que, talvez, A EdC seria uma atividade leiga. Deus convide o Movimento no Brasil (200 mil Que as Mariápolis permanentes – inicialmente a Araceli pessoas, com os simpatizantes), a atuar uma e Santa Maria - seriam o espaço social no qual essas comunhão de bens [...] globalmente, por todo o empresas surgiriam, isto é, as empresas se tornariam Movimento. [...] E se veja isso realizado nas nossas elementos constituintes das Mariápolis. Mariápolis: Araceli e Santa Maria. deveriam surgir indústrias, empresas... Instituídas, sobretudo, pelos focolarinos casados e Que a EdC propõe uma mudança substancial na forma de voluntários [...] a quem chamamos de "os primeiros se atuar a comunhão dos bens: manter a comunhão que cristãos do século XX". se dá em nível pessoal, mas, simultaneamente, passar a uma comunhão que se dá no plano coletivo, social, Deveriam surgir, portanto, empresas, [...] confiadas concretizada mediante a comunhão dos lucros a grupos de pessoas de todo o Brasil que formariam produzidos por empresas, administradas pelos membros uma sociedade [...]. Confiadas a pessoas do MF. competentes, com talento, para que as fizesse funcionar e os lucros fossem colocados em comunhão. Esta é a novidade. [...] Para fazer com que surja esta cidade industrial, que deveria ser um modelo de uma economia de comunhão [...] da qual a Araceli deveria ser um modelo, uma cidade-piloto. O ponto de partida seria a Mariápolis Araceli. [...] Capital, sim, capital [...] e os lucros deveriam Os lucros seriam destinados a três finalidades: ajudar os ser colocados em comum. Para que seriam necessitados, incrementar a empresa, fomentar a cultura colocados em comum? Pelos mesmos objetivos da da partilha, mediante a formação de "homens novos". primitiva comunidade cristã, isto é, [...] para ajudar quem se encontra em necessidade [...], para incrementar a empresa [...] e também para Que a comunhão dos lucros se dá no pleno uso da desenvolver a Mariápolis, [...] para formar "homens liberdade de cada pessoa. novos", porque sem "homens novos", não se faz uma sociedade nova. [...] Os lucros, em comum, dizia, livremente também

A EdC logo se apresentou como um projeto de amplitude mundial. De fato, poucos dias depois, a proposta também foi lançada em um congresso internacional do Movimento Humanidade Nova, realizado em Roma, com pessoas do mundo inteiro, contando com a adesão dos membros do MF no seu conjunto.

isso, livremente.

Nesses últimos 18 anos, a EdC, além de se consolidar no interior do MF, está se abrindo, extrapolando esta fronteira, seja com a adesão de empresários que não participam do MF, seja suscitando e apoiando outros projetos, como, por exemplo, o projeto "Cabra Nossa", inserido no programa Sertão Vivo, em 2005, desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, Prefeituras Municipais do Estado em parceria com Associações, entre as quais o Movimento

católico Shalom e dioceses. Os princípios norteadores do projeto foram extraídos da EdC e difundidos por meio de seminários denominados «de Economia Humana e de reciprocidade».

III.4 Principais categorias e princípios da EdC

A EdC foi se desenvolvendo, ampliando seu raio de ação e se re-criando a partir de sua própria prática, embora tenha mantido suas características fundamentais. Ao lado da concretização histórica, ou com base nela, está emergindo uma teoria específica, que busca identificar algumas categorias e princípios que subjazem o projeto.

Um primeiro ponto a ser considerado relevante é o fato de a EdC situar-se na esfera pública da sociedade, uma vez que se insere no campo da economia e do mercado. Neste contexto, a EdC «afirma que princípios outros, que não o lucro e a troca instrumental, [características da economia de mercado, I.C.] podem, querendo — encontrar espaço *dentro* da atividade econômica» (Bruni 2005:20). De acordo com a análise feita, este trabalho optou por dar destaque a algumas dessas categorias descritas e avaliadas no livro *Comunhão e as Novas Palavras em Economia*, com a consciência de que não esgota todas as possibilidades. São elas:

- comunhão
- gratuidade
- empresa
- reciprocidade
- cooperação

A partir de então, procurar-se á percorrer brevemente cada uma dessas categorias, com o intuito de delinear a percepção que a EdC tem de si mesma hoje, bem como dos elementos que a compõem.

A categoria *comunhão* apresenta-se como a base que dá sustentação ao projeto EdC, perpassando, inclusive, as demais categorias apresentadas. Ela não se dá apenas na partilha do lucro³², mas envolve toda a atividade empresarial. De fato, a comunhão constrói a realidade concreta das empresas, transformando-as a partir de dentro. Mas este "a partir de dentro" se constitui numa dinâmica interativa, pois a comunhão forja novo conteúdo – dá sentido – para as relações que se constituem no interior da companhia e também fora dela, com os agentes

 $^{^{\}rm 32}$ Partilha do lucro segundo as três finalidades fundamentais da EdC, citadas na página 48.

externos da empresa. A peculiaridade da categoria comunhão, está no fato de ela, nessas relações que se estabelecem , superar a troca de equivalentes como tem sido concebida no mercado. Concretiza-se em dois níveis:

(...) A comunhão, esta categoria central, articula-se em dois níveis³³:

Primeiro nível de comunhão: processo de criação de riqueza. A comunhão é antes de mais nada um estilo de vida empresarial, que se concretiza durante o processo de criação de bens e serviços na relação entre os empresários, entre empresários e dependentes (sic) com os fornecedores e clientes, com os concorrentes e financiadores. As diretrizes da empresa de Economia de Comunhão não dizem outra coisa senão isto: a comunhão dos lucros é conseqüência da comunhão como estilo de vida empresarial; primeiro nível de comunhão que é condição e garantia para que o segundo nível de comunhão, aquele "contábil", dos lucros, não seja apenas um aspecto determinante.

Segundo nível de comunhão: se e quando o primeiro nível de comunhão agrega valor sob a forma de lucros para serem distribuídos, então se passa a um segundo nível de comunhão, com base nos três objetivos anunciados por Chiara Lubich, cada um dos quais com um papel fundamental:

- Os pobres: a empresa não faz assistencialismo, mas sente como próprios os problemas daqueles membros da comunidade que, naquele momento, não podem prover às primeiras necessidades;
- A formação cultural: sem um investimento na cultura, o projeto da Economia de Comunhão não tem futuro;
- Autofinanciamento: a empresa deve sobreviver e permanecer no mercado. (Bruni 1999:54)

A *gratuidade*, por sua vez, é a categoria que permite uma aproximação entre os agentes envolvidos na atividade econômica, sabendo que o outro não é algo a ser utilizado, mas *alguém* com quem é possível estabelecer uma relação. Este outro pode também ser compreendido como empresa, instituição.

A empresa é de comunhão se constrói a própria identidade ao redor da gratuidade, se a valoriza como pérola preciosa e não tenta transforma-la sempre em contrato. [...] De que modo? Antes de mais nada, tentando permanecer "social", mesmo sendo totalmente "empresa", desenvolvendo uma cultura empresarial da gratuidade, que deve impregnar toda a visão empresarial. Além disso, essa cultura deve traduzir-se em normas e procedimentos, em boas práticas, em "governança de gratuidade", envolvendo o cotidiano da empresa. (Bruni 2005:48)

A gratuidade emerge da prática do amor cristão conhecido como ágape (amor oblativo, desinteressado, gratuito)³⁴. Este amor gratuito – concretizado no cotidiano dos agentes sociais

³⁴ Para aprofundar a reflexão sobre o ágape nas relações econômicas e de mercado: BRUNI, Luigino. (2007) La ferita dell'altro – economia e relazioni umane. Trento:Il Margine.

_

³³ Neste texto o autor retoma a idéia originária da distribuição do lucro segundo as três finalidades numa abordagem ampliada, resultado de sua análise teórica.

(associado a outros fatores) no interior do MF – suscita uma cultura³⁵, cultura do dar ou da partilha.

A "cultura do dar" engloba uma visão de conjunto – o homem em seu relacionar-se como centro e fim de toda atividade e realidade – e toda uma série de atitudes e comportamentos que qualificam as relações humanas e as orientam para a comunhão, nesse caso, sinônimo de unidade. (Araújo apud Bruni 2005:33)

A *empresa* é compreendida como um dos elementos básicos da EdC, uma vez que o projeto, na sua origem, não propôs o surgimento de ONGs ou de fundações, mas justamente de empresas. O fato de a EdC constituir-se preponderantemente por empresas privadas pode suscitar a questão se estas possuem, de fato, alguma diferença substancial em relação às demais empresas do tipo capitalista. A reflexão desenvolvida pelos teóricos da EdC extrai dessa aparente igualdade alguns pontos diferenciais. As empresas de EdC conferem um significado peculiar à *noção de propriedade privada*. Esta, a propriedade privada, torna-se um meio, um instrumento para alcançar um determinado fim: a comunhão.

A EdC, de fato, apresenta-se como uma silenciosa, mas radical, alternativa ao modo convencional de se entender, na empresa, a propriedade privada e o lucro. As empresas coligadas à EdC são empresas privadas sob todos os aspectos, plenamente inseridas no mercado, que salvaguardam, portanto, a propriedade privada dos bens... Mas que colocam os lucros em comunhão. (Bruni 2004:20)

Ademais, a empresa não concretiza a comunhão apenas partilhando o lucros Ela, em todas as suas estruturas, torna-se *espaço de comunhão*. Em 1997 deu-se início à elaboração das *Linhas para gestão de uma empresa EdC* – documento que está sendo constantemente aperfeiçoado, que procura sistematizar e explicitar os resultados da comunhão nos vários âmbitos da atividade de uma empresa. Este documento sintetiza a atividade da empresa em sete pontos, de acordo com os sete aspectos que regem a organização do MF e os mundos de Humanidade Nova (ver página 24). Ferrucci apresenta uma primeira sistematização desses sete pontos:

- Trabalho, balanço societário e destinação do lucro;
- Relações comerciais;
- Ética empresarial e relações com as instituições;
- Relacionamentos dentro da empresa e saúde dos trabalhadores;
- Ambiente de trabalho e relações sociais;
- Formação cultural e profissional;
- Circulação das informações. (Ferrucci 2004:40-41) [tradução nossa]

³⁵ Por cultura entendemos o conjunto de idéias, dos sistemas de valores e das instituições que caracterizam um determinado segmento da sociedade (Ribeiro 2003:99).

O que cada um desses aspectos significa na vida da empresa será discorrido mais adiante, contudo cabe ressaltar a reflexão de Ferrucci:

Na visão tradicional da empresa, o primeiro desses aspectos — o econômico e financeiro — é aquele ao qual todos os outros se submetem. Todos os outros aspectos são vistos em função do primeiro: é em função dele que se fazem as operações de marketing, é em função dele que é preciso construir uma boa imagem da empresa e, portanto, cuidar da comunicação, em função dele é que os trabalhadores devem se sentir bem e o ambiente de trabalho deve ser confortável e assim por diante. O primeiro aspecto é, portanto, o *fim*, todos os outros são *meio*, instrumentos para se alcançar este fim.

Mas se a empresa é amor-comunhão, então todos os aspectos têm um valor em si, todos são co-essenciais, e, por este valor intrínseco, eles são salvaguardados e não instrumentalizados: será, depois, também lógico que eles se influenciam reciprocamente, portanto [influenciam, I.C.] também o resultado econômico. O princípio basilar não é, portanto, o hierárquico – não só entre funções, mas entre as dimensões da vida empresarial – mas sim o princípio da reciprocidade entre todas as pessoas envolvidas e entre todas as dimensões da vida intra e extra-empresarial. (Ferrucci 2004:41) [tradução nossa]

Desse trecho podem ser extraídos os seguintes pontos: na EdC o aspecto econômico e financeiro, embora seja de fundamental importância, não é o fim absoluto da atividade empresarial, e sim um meio, meio para se estabelecer a comunhão; todos os aspectos da atividade empresarial são co-essenciais e se influenciam reciprocamente fora da lógica instrumental, pois o princípio fundamental não é o da hierarquia, mas o da reciprocidade, inclusive entre as várias dimensões da vida empresarial.

Um outro ponto a ser considerado é que a empresa – como espaço de comunhão – na sua relação com o mercado, no que diz respeito à sua *estrutura hierárquica*, apresenta um modo, também este, característico da EdC.

Caminhando na mesma direção, Bruni parte de uma breve análise de um modo dever o mercado forjado pelo pensamento moderno. De fato, com o advento da modernidade, o mercado passa a ser também entendido como espaço de relações horizontais, isto é, simétricas, entre iguais, levando a termo dois princípios fundamentais do mundo contemporâneo: a liberdade dos indivíduos e a igualdade entre eles.

A irrupção da economia de mercado desancou as rígidas estruturas verticais [do mundo pré-moderno, I.C.] e iniciou uma lenta e progressiva subversão da sociedade feudal; o mercador é, por "vocação", elemento de ruptura dos equilíbrios sociais (...). Adam Smith, especialmente em sua "Riqueza das Nações" (1776), é quem mais eloquentemente exprime a novidade cultural e antropológica da economia de mercado em relação ao passado: quando entramos no mercado, não dependemos mais hierarquicamente dos outros — o mendigo, do rico; o agricultor, do senhor da terra. Na interação de mercado, encontramo-nos num nível de paridade no qual, pagando o preço, nos *libertamos*, nos emancipamos do vínculo com os outros. (Bruni 2005:73)

O problema que se coloca é: quem pode pagar? Será que o mercado garante por si só a liberdade e a igualdade? E no interior da empresa, como se dão as relações do ponto de vista organizacional? Será que realmente o mercado é um espaço de relações simétricas e entre iguais? Uma simples observação conclui que nem sempre é assim, pelo contrário, a lógica vigente na esfera da economia e do mercado é primordialmente a lógica instrumental, marcada por relações assimétricas, que colocam em questão os postulados da economia liberal. De fato, o mercado, continua Bruni, não manteve suas promessas, expressas por Smith e pelos fundadores da economia moderna, quer em termos de liberdade, quer em termos de igualdade (Bruni 2005:78). De outro lado, é igualmente verdadeiro que as relações que se estabelecem não são sempre relações de exploração. A EdC introduz nas relações internas da empresa a prioridade do princípio da reciprocidade (ibidem:81). Este termo – reciprocidade – indica um determinado tipo de relação, isto é, ao atuar em um dado âmbito, tanto a empresa, quanto os agentes individualmente (empresários, trabalhadores, fornecedores, etc) se colocam em relação. Ora, esta relação exige que cada uma das partes envolvidas deve agir sem prescindir da outra, ou seja, que esta relação pode, de acordo com o modo com o qual é construída, trazer vantagens para todos ou apenas para alguns. A reciprocidade pressupõe que a relação deve ser vantajosa para todas as partes implicadas. A seguir, Bruni identifica três tipos de reciprocidade.

Reciprocidade. A reciprocidade pode ser considerada nas relações internas de uma empresa e nas relações que a empresa estabelece com os agentes externos.

No que diz respeito às relações que se dão *no interior da empresa*, este princípio suscita a necessidade de transformações estruturais concernentes à ordem hierárquica. Segundo Bruni «nenhuma organização pode funcionar sem o princípio e a prática de autoridade» (ibidem:76) que, no entanto, é diferenciada da prática do poder. Entrar na discussão do valor semântico e cultural dos termos "poder" e "autoridade" orientaria o trabalho para fora de suas fronteiras. Para se compreender a reciprocidade como característica da EdC, porém, é importante determinar que a autoridade é considerada de acordo com a seguinte definição dada por Bruni: «a autoridade é o poder legítimo e compartilhado pelas pessoas envolvidas» e poder é «a faculdade de obter um comportamento do outro indivíduo sem o consentimento dele» (ibidem:75). Nas empresas EdC o princípio da reciprocidade dá sustentação ao princípio da autoridade, isto é: todos são iguais em dignidade – irmãos – depois têm funções, tarefas e responsabilidades distintas.

Nessa base é possível viver a reciprocidade na empresa. As funções continuam, naturalmente, distintas como são distintos os princípios, evitando-se assim, dois erros típicos: de um lado, que em nome do princípio da fraternidade [antes somos irmãos, I.C] se negue a diversidade de papéis e, portanto, de funções; de outro, que o princípio hierárquico impeça que se experimente a liberdade da fraternidade, que uns se identifiquem com outros. (Bruni 2005:82).

Consequentemente, em relação ao tipo de hierarquia, nas empresas EdC, busca-se criar relações horizontais entre os variados graus de responsabilidade e competência. A ESPRI – proprietária e administradora do Polo Spartaco – elaborou um planejamento estratégico a ser concretizado ao longo de 10 anos (Projeto ESPRI 2010), apresentado em uma cartilha publicada pelo Conselho de Administração, na gestão 2001-2004. Este planejamento relaciona metas a serem alcançadas no que tange ao tipo de relações internas da empresa, sintetizadas nos seguintes tópicos:

- Liderança: Assume um novo estilo: os executivos deixam de ser controladores e passam a ser cultivadores, catalisadores do processo produtivo.
- **Hierarquia:** não é rígida, do tipo piramidal, mas sim uma hierarquia do tipo neural [circular, I.C.]. Mais flexível e funcional.
- Equilíbrio: não é mantido por meio da força entre os "polos opostos" (decisões rígidas), mas reconhece e soma as partes positivas desses "polos opostos", construindo, assim, um equilíbrio dinâmico entre grupos de interesses e tendências.
- Preservação da essência da empresa de EdC: procura-se distinguir as estruturas que estão em permanente transformação (funcionários, equipamentos, clientes, etc.), daquilo que é a sua essência (objetivos, valores, princípios). Estes não devem mudar. (Araújo 2001:5)

Esses são conceitos que se aplicam, sobretudo, na forma típica de administração que está conferindo identidade às empresas EdC, concretizados de modo variado nas empresas, de acordo com o grau de desenvolvimento de cada uma delas, bem como no respeito à liberdade. A figura a seguir, retirada da Cartilha ESPRI, ilustra este tipo de relação hierárquica neural ou horizontal:

Figura 2: organograma da administração da ESPRI



Fonte: Araújo 2001:10

No centro do gráfico está o Conselho de Administração que trabalha em conjunto com algumas diretorias, colocadas na órbita seguinte.

A ESPRI é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que se reúne periodicamente.

São profissionais especializados em diversas áreas, eleitos em Assembléia, que se empenham em praticar uma nova forma de agir, de decidir, motivados pelos princípios da unidade e pelo projeto da EdC. (Araújo 2001:10)

Na órbita externa, encontram-se os acionistas e os agentes EdC diretamente vinculados ao funcionamento do Polo Spartaco (representantes, empresas do Polo, administração e gerência do Polo) e agentes EdC vinculados ao projeto, ligados tangencialmente ao Polo Spartaco (Movimento Político pela Unidade, Movimento Econômico, empresas coligadas)³⁶.

No que diz respeito às relações que se estabelecem no âmbito externo da empresa, embora o que será descrito valha também para relações internas, a categoria reciprocidade pode ser definida em três tipos: reciprocidade-contrato, reciprocidade genuína, reciprocidade de comunhão.

_

³⁶ O Movimento Político pela Unidade (MPPU) teve início em Nápoles, Itália, no dia 2 de maio de 1996, por ocasião de um encontro entre Chiara Lubich e um grupo de personalidades com diversas funções na vida pública e de diferentes culturas políticas. O MPPU é uma rede que congrega o empenho político de pessoas de diferentes lugares do planeta e de diversas tendências políticas, que almejam fazer da política um meio para tornar a humanidade uma família [...] não é, e nunca será, um partido político. A sua missão é promover processos políticos inspirados na Fraternidade Universal como conteúdo, método e finalidade da ação política. (Dados extraídos do site: www.mppu.org.br); O Movimento Econômico surgiu em 1998, quando Chiara Lubich lançou a proposta de se construir, a partir da prática da EdC, uma teoria econômica; empresas coligadas, ver página 49.

A reciprocidade-contrato é bi-direcional (entre A e B), condicional e equivalente. O contrato faz parte da lógica econômica e dos mercados, lógica da troca entre "iguais", portanto, de equivalentes. A reciprocidade do contrato «é sem benevolência e gratuidade: bastam os incentivos e as instituições justas» (Bruni 2005:124-126). Esta pode ser definida reciprocidade instrumental.

A reciprocidade genuína também é bi-direcional, porém nem sempre a troca se dá entre valores equivalentes em quantidade. Também em relação à condicionalidade, na reciprocidade genuína as relações pressupõem gratuidade, embora exija a resposta do outro.

A abertura para o outro deve conter um elemento anterior, não condicional, de gratuidade; mas para a continuidade da relação no tempo, para que a comunhão seja real, é necessária também a parte do outro, que deve dispor-se a uma atitude de resposta, de reciprocidade. (ibidem:128-129)

A *reciprocidade-comunhão*, por sua vez, é marcada pela abertura, isto é, a resposta pode ser dirigida a um terceiro elemento que se introduz na relação. «É isso que torna a comunhão substancialmente diferente de um "encontro de interesse", podendo ser definida como "encontro de gratuidades"» (ibidem:130).

Em relação à parte do lucro que é colocada em comum, partilhada com quem passa necessidade, a resposta do pobre nem sempre é endereçada à empresa que partilhou o lucro, mas a terceiros.

A empresa percebe que vive a reciprocidade-comunhão com os necessitados por saber que o capital doado a eles se tornará oportunidade de outros atos de doação dirigidos a outras pessoas. Por isso, a fim de que haja comunhão, é importante que os necessitados ajudados estejam na mesma atitude de doação, tenham a mesma cultura de comunhão, não sejam receptores passivos da ajuda, mas pessoas que, como os demais atores da EdC, dão e recebem simultaneamente. Ginetta Calliari, indissoluvelmente unida à EdC no Brasil (e não somente aqui), dizia: "Nós damos a quem já deu". (ibidem:131)

A reciprocidade-comunhão possui dois níveis de concretização. Um, subjetivo, resultado da ação dos agentes envolvidos na EdC; e outro objetivo, no sentido de que a EdC não é apenas o resultado de atitudes pessoais que transformam a cultura das empresas. Afirma Bruni:

A EdC, creio, é também um novo modo de viver e conceber a vida empresarial; e dizer empresa significa dizer organização, portanto, estruturas; ela não pode se limitar ao aspecto da distribuição dos lucros nas três partes (quando se consegue fazer isso).

Sou da opinião de que já estão sendo geradas, pela EdC (especialmente nos polos industriais), empresas objetivamente de comunhão, embora nenhuma estrutura possa gerar objetivamente comunhão sem a presença de "homens novos"; mas não se deve esquecer que a recíproca também é verdadeira. [...] Disso decorre a exigência de

"estruturas de comunhão" que tornem a reciprocidade um pouco menos vulnerável e um pouco mais estável. (Bruni 2005:142-146):

Cooperação. Continuando a seguir os passos da reflexão de Bruni, a cooperação no âmbito da EdC possui um significado próprio, ela é questão de comunhão. Emerge, mais uma vez, a racionalidade de comunhão, que está também na base da cooperação, segundo a EdC.

A racionalidade econômica sustenta uma cooperação condicional, isto é: «eu o ajudo sob a condição de você me ajudar». A racionalidade de comunhão, em vez, propõe uma cooperação desinteressada. (Bruni 2005:91). Continua Bruni, afirmando que este tipo de cooperação se opõe à «cooperação entendida como "altruísmo mútuo" [...] como se o "retorno" fosse uma condição para a ação» (ibidem: 91).

III.5 Linhas para gestão de uma empresa EdC

As Linhas para gestão de uma empresa de Economia de Comunhão (Comissão Internacional EdC 2007), se baseiam nos sete aspectos da vida concreta da Obra de Maria e nos mundos de Humanidade Nova estendidos ao contexto empresarial. Atualmente, um grupo internacional de estudiosos e empresários trabalha no aperfeiçoamento dessas Linhas. A última versão foi redigida em novembro de 2007, durante o Congresso Internacional da Economia de Comunhão, realizado em Roma. Este será o texto utilizado por esta dissertação, ao fazer a sua descrição e análise.

A importância dessas *Linhas* para o presente estudo está no fato de que delineiam a identidade de uma empresa EdC, bem como a relação entre o projeto e o MF, não apenas na sua idéia, mas na sua concretização estrutural, pois essas *Linhas* orientam a forma como as empresas EdC devem se organizar, embora não tenham o caráter de um manual nem de um regulamento. Com base na análise desse texto é possível extrair outras características fundamentais da EdC.

O primeiro item diz respeito aos **empresários, trabalhadores e empresa**. Dentro deste aspecto, é considerada fundamental a categoria da comunhão concretizada no âmbito empresarial. As decisões são tomadas e assumidas de forma participativa, bem como o controle dos objetivos; prioriza-se o trabalho em equipe. As funções são exercidas com espírito de serviço. A pessoa humana está no centro da empresa; valorizam-se os talentos e

competência dos trabalhadores e se adotam medidas particulares de ajuda a quem passa momentos de necessidade³⁷.

Os investimentos devem ser realizados sem colocar em risco o equilíbrio econômico e financeiro da organização e deve-se priorizar a criação de novas atividades e o aumento dos postos de trabalho. A empresa deve obter lucros e partilhá-los segundo os cânones da EdC.

O segundo ponto diz respeito à **relação com os clientes, os fornecedores, inclusive os financiadores, a sociedade civil e os sujeitos externos.** Isso significa que a empresa deve tecer relações de lealdade, de diálogo, de abertura e de respeito com todos os agentes que atuam no mercado. O resultado dessa postura seria a constituição de um capital imaterial, de estima e de confiança.

O terceiro ponto trata da **ética.** O trabalho deve resultar no crescimento interior das pessoas que atuam na empresa. Além disso, a organização deve operar de acordo com as normas fiscais e legais, e empenhar-se para que sejam modificadas ou melhoradas as leis que prejudiquem o bem comum.

O quarto ponto visa a **qualidade de vida e da produção**. A empresa é concebida como comunidade, dando especial atenção à qualidade das relações interpessoais. A qualidade dessas relações é verificada em encontros programados com os responsáveis pela gestão, a fim de se resolverem os conflitos com base no diálogo e na participação. Igualmente valorizadas são a saúde e o bem-estar de cada membro da empresa.

A harmonia no ambiente de trabalho constitui o quinto ponto. Este aspecto leva a empresa a adotar sistemas de gestão e estruturas organizacionais adequadas para promover seja o trabalho em grupo seja o crescimento individual.

A **formação** e a **instrução** são consideradas no sexto ponto. Trata-se da atenção que é dada a formação profissional dos empregados em favor do crescimento individual e da própria empresa, que possibilita atualização e aprendizado contínuos. Também é considerada, dentro das possibilidades, a formação para a cultura de comunhão.

O último ponto é o da **comunicação**, valorizada dentro e fora da empresa. No âmbito interno da mesma, busca-se instaurar redes de comunicação que garantam a participação de todos na vida da empresa. No âmbito externo, os empresários da EdC buscam instaurar esta rede de

³⁷ Para aprofundar este aspecto, remete-se à leitura: da *Revista Economia de Comunhão – uma nova cultura*; do *Relatório sobre a distribuição das ajudas EdC*; ambos disponíveis on line no site www.edc-online.org; e do livro BENITES, Marcelo. 2009. *Pessoas que fazem Economia de Comunhão*. São Paulo: Cidade Nova.

comunicação entre as empresas do projeto e com pessoas que se interessam por ele, utilizando-se de todos os meios possíveis a fim de manter vivo, entre todos os agentes envolvidos, no âmbito local e internacional, um espírito de apoio recíproco e de solidariedade (Comissão Internacional EdC 2007).

Giampietro Parolin realizou um estudo que teve por objetivo verificar, com base nas *Linhas* para gestão de uma empresa EdC, em confronto com a prática de empresas aderentes ao projeto, situadas na região Nordeste da Itália, o quanto e como, na vida dessas empresas, se cristaliza uma tipologia de comportamentos e decisões administrativas que lhes conferem uma identidade comum, embora estejam inseridas em contextos empresariais diferentes quanto à dimensão, área de atividade e território (Parolin 2004:87).

O resultado obtido indica os seguintes pontos em comum:

- Várias iniciativas para combater o desemprego;
- Modos criativos para que os funcionários se sintam parte da empresa, inclusive na dimensão material, bem como do projeto EdC; e também para envolvê-los na experiência de solidariedade.;
- Modos originais para satisfazer os clientes, agindo como se estivessem no lugar deles;
- Escolhas e decisões, até mesmo heróicas, para se manterem fiéis aos princípios éticos, da legalidade e da justiça;
- Inúmeras estratégias para conciliar a atividade produtiva com as exigências de ecocompatibilidade, segurança e saúde dos trabalhadores e clientes;
- As mais variadas iniciativas para manter o ambiente de trabalho harmonioso e adequado à pessoa humana;
- Iniciativas de formação técnico-profissional vinculadas aos princípios inspiradores do projeto;
- Colaboração entre as empresas;
- Várias formas de comunicação internas e externas, como: publicação de um jornal da empresa, reuniões periódicas e fóruns na internet. (Parolin 2004:92)

Algumas empresas não só aplicam os princípios delineados nas *Linhas para gestão de uma empresa EdC*, mas também procuraram, com base neste documento, criar modelos de conduta e de administração que regem a ação da empresa em todas as suas dimensões e orientam a estruturação da mesma. No Brasil, é possível destacar dois modelos elaborados pela ESPRI – sociedade anônima proprietária do Polo Spartaco, em Cotia (SP) e pela FEMAQ – metalúrgica de Piracicaba (SP), utilizados também por outras empresas brasileiras, como a Almam, que trabalha com manutenção e reparação de máquinas industriais, situada em Santo

André (SP) e a AC Cardoso & Associados, uma empresa de consultoria e treinamento, de São José dos Campos (SP). A seguir, serão apresentados os modelos na forma como são empregados pela ESPRI e pela FEMAQ. No quinto capítulo, eles serão utilizados como parâmetro de comparação, a fim de verificar como se dá – em nível teórico – a transformação de elementos de origem religiosa em elementos de cunho econômico e administrativo, auxiliando na análise da EdC, segundo o pensamento de Niklas Luhmann.

III.5.1 Modelos ESPRI e FEMAQ

Tanto a ESPRI quanto a FEMAQ desenvolveram uma visão da empresa, de acordo com os cânones da EdC, como um organismo vivo, cujos conceitos, valores e percepção estão enraizados na partilha e na comunhão. Esta visão baseia-se também no fato de o amor recíproco ser colocado como base dos relacionamentos e das relações que estabelecem com todos os *stakeholders*. Este fator está em consonância com os resultados da pesquisa de Parolin, que conlcuiu:

Da nossa pesquisa, se delineia claramente a seguinte conclusão: o que mais caracteriza a pertença ao projeto EdC não são tanto os comportamentos em si, assumidos pelas empresas, mas o fato de que esses comportamentos emergem – às vezes de modo não intencional – do fato de orientarem a atividade da empresa à comunhão. (Parolin 2004:93)

Os casos da ESPRI e da FEMAQ dão um passo adiante, uma vez que criaram, intencionalmente, um modelo de gestão e de comportamento empresarial fundamentado nas *Linhas*, que colaboram na construção e definição da identidade da empresa. Nesses casos, portanto, é mais evidente a relação entre os aspectos da vida concreta da Obra de Maria e a visão econômica assumida pelas empresas EdC.

Tais modelos funcionam valorizando as partes, isto é, todas as dimensões da empresa, mas sem perder de vista o conjunto, pois o objetivo é alcançar um resultado totalizante, não apenas, por exemplo, a maximização do lucro monetário, mas a otimização do mesmo, considerando como lucro também a preservação e manutenção do meio-ambiente e a realização da pessoa. Como resultado desta sistematização, foi criado o círculo das cores (abaixo), que apresenta esses pontos de forma sintética (Araújo 2001:4).

Gráfico 2: círculo das cores



Fonte: Araújo 2001:4

A ESPRI sistematizou as cores, conferindo-lhes os seguintes significados: o tópico sobrevivência financeira – vermelho – indica que a empresa deve buscar indicadores financeiros positivos para a sobrevivência. A fim de concretizá-lo, nos últimos dois anos, a empresa traçou uma estratégia para incrementar a subscrição de ações, visando o desenvolvimento do Polo Spartaco e elaborou um projeto, a ser realizado a longo prazo, para a construção de um centro comercial, que colocará em exposição os produtos comercializados pelas empresas. A abertura de novas empresas entra neste tópico, pois favorecem a expansão da EdC: em 2007 foi implantada a PRODIET Nutrição Clínica. Neste aspecto, inclui-se a partilha do lucro.

O ponto *resultados compartilhados* – *alaranjado* – inclui a partilha dos resultados, a abertura do Polo a visitas de pessoas que desejam conhecer o projeto, inclusive visitas técnicas de estudiosos e profissionais. O número de visitantes é, em média, 500 por ano. Com o intuito de promover o projeto, foi criado um *work-shop* regular, que busca envolver os jovens nas ações do Polo e da EdC.

Garantir a *fidelidade à missão da empresa*, e consequentemente, ao projeto EdC, faz parte do *amarelo*. Para alcançar este fim, a ESPRI promove reuniões mensais do Conselho e da Diretoria e favorece uma maior convivência entre os empresários e funcionários das várias empresas.

Na voz *compromisso com a cidadania* – *verde* – procura-se construir estratégias de produção e de comercialização que valorizem a qualidade dos produtos e respeitem o meio-ambiente e a comunidade local. Neste sentido, foi instaurada a coleta de lixo seletivo em todas as empresas e se incentiva o não desperdício de energia e água.

O tópico *harmonia e relacionamento interno – azul –* estimula uma convivência harmoniosa no ambiente de trabalho, confiança, trabalho em equipe, ética e cooperação. Dentro deste tópico foi fundada uma associação dos funcionários do Polo, da qual fazem parte trabalhadores de todas as empresas ali instaladas. Tal associação realiza o micro-crédito, mediante a constituição de um fundo comum, administrado pelos funcionários, cujo capital provém, uma parte de cada um deles e outra, de cada empresa. Estabelece, também, convênios com farmácias, supermercados e papelarias. Foi implantado um espaço de uso comum para as empresas do Polo com acesso à internet via rede, biblioteca, refeitório.

Este modelo de gestão está sendo aperfeiçoado pelos trabalhos do *work-shop*, realizado a cada dois meses e se enquadra no aspecto que se ocupa do *desenvolvimento contínuo* – *anil*. Este tópico engloba o diálogo com estudiosos e pesquisadores.

A comunicação entra no tópico *intercâmbio de experiências* – *violeta* – e é praticada mediante a troca de experiências entre os empresários dos vários Polos e das empresas aderentes à EdC. Uma outra dimensão deste aspecto se concretiza no relatório anual das atividades, como ferramenta de prestação de contas aos acionistas e registro da história da EdC. Há, ainda, o *ESPRI Notícias*, veículo de comunicação com os acionistas, empresários, visitantes, funcionários, outros Polos e empresas EdC (Araújo 2004).

A FEMAQ busca o equilíbrio desses sete aspectos a fim de garantir uma gestão eficiente e produtiva, fundamentada em uma identidade clara e visível, além de garantir a liquidez da empresa. A falta de comunicação, por exemplo, pode comprometer a inovação que, por sua vez, pode comprometer a força competitiva da produção.

No aspecto do *vermelho*, além do equilíbrio financeiro e da comunhão do lucro, a empresa considera os recursos, entendidos como prédios, maquinário, capital, equipamentos, matéria-prima, etc. Esses recursos permitem produzir bens e serviços.

No *alaranjado* ocupa-se da integração da empresa com a sociedade e o governo. Busca-se formar opinião, transmitindo os valores da empresa e da EdC.

No *amarelo* procura-se garantir que todos os valores da empresa se configurem em uma unidade, além de garantir a missão da empresa.

No *verde* busca-se a saúde e a segurança de quem trabalha na empresa e assume-se uma postura responsável em relação à preservação do meio-ambiente.

O *azul* diz respeito à harmonia no local de trabalho. Para garantir esta harmonia, é necessário adotar sistemas de gerência e estruturas organizadoras capazes de promover a eficiência no trabalho em grupo e o crescimento individual das pessoas.

No *anil* promove-se o conhecimento técnico e administrativo, mediante uma formação e um aprendizado contínuos.

No *violeta* a empresa deve se comunicar com os clientes, fornecedores, governo, acionistas e colaboradores. No seu interior, deve promover a comunicação e o relacionamento entre todas as equipes produtivas (Leibholz 2009).

O importante para a análise à qual este trabalho se propõe é perceber que *as Linhas para gestão de uma empresa EdC*, que orientam a prática das empresas do projeto, possui uma relação fundamental com os sete aspectos que orientam as estruturas do MF, conferindo sentido à ação de seus membros.

III.6 Síntese

Como dito anteriormente, o objetivo do presente trabalho é verificar o quanto este projeto, a Economia de Comunhão, pode ser compreendido na sua relação com as esferas civil e religiosa de acordo com a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Por esta razão, este capítulo procurou discorrer e traçar a origem e as principais características da EdC.

Por esta mesma razão, o capítulo se apresenta como uma descrição refletida que orienta o raciocínio para a análise da EdC em sua relação tanto com MF, quanto com a esfera econômica. Por uma questão metodológica, optou-se por realizar esta análise no quinto capítulo, após ter perpassado a teoria de Luhmann que, dada sua complexidade, e dado o espaço possível de ser utilizado, bem como o tempo concedido a um trabalho de mestrado, não poderá ser esgotada em sua totalidade. Pretende-se, porém, extrair da teoria Luhmaniana os elementos fundamentais que possibilitem a presente pesquisa. É o que se fará no próximo capítulo.

IV Referências teóricas

A fim de possibilitar a análise da EdC, segundo as hipóteses levantadas por esta dissertação, isto é: (1) mais do que atuar ora na esfera religiosa, ora na esfera econômica, a EdC possui em si essas duas dimensões (religiosa e econômica), sendo ao mesmo tempo um empreendimento religioso e civil; (2) que a EdC pode ser considerada um meio de a religião cristã católica influir em âmbitos não religiosos, o foco da atenção recai na Economia de Comunhão e não na religião enquanto fenômeno abrangente.

O caminho escolhido para verificar essas hipóteses parte da posição ocupada pela religião – no caso a católica cristã – na sociedade contemporânea. Assim sendo, neste capítulo, num primeiro momento, procurar-se-á traçar brevemente o processo que deslocou a religião para fora do centro de decisões, formulação da moral, da ordenação do mundo e das explicações dos fenômenos naturais de forma hegemônica, colocando-a diante de um pluralismo de escolhas religiosas, bem como no interior de uma sociedade, pode-se afirmar, policêntrica, porque funcionalmente diferenciada.

Este percurso levará à questão da secularização, sem pretender com isso ceder o espaço a uma reflexão sobre a teoria da secularização, mas apenas situar o cenário fundamental, a partir do qual as hipóteses serão avaliadas.

A fim de possibilitar a análise da EdC na sua relação com as esferas civil – economia – e religiosa – MF – como possível modo de a religião cristã católica atuar sua influência em âmbitos não religiosos, fez-se a opção de trabalhar com a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Portanto, em um segundo momento, serão apresentados alguns conceitos fundamentais de tal teoria, considerada como ferramenta de análise apropriada, justamente pela leitura que Luhmann faz da sociedade, a partir da perspectiva dos sistemas sociais no contexto de uma sociedade funcionalmente diferenciada.

IV.1 Tradição, religião, modernidade: ruptura inicial

A fim de verificar a EdC na sua relação com as esferas religiosa e econômica, julgou-se necessário localizar a religião no âmbito da sociedade ocidental contemporânea, caracterizada por uma estrutura funcionalmente diferenciada.

A partir da modernidade, de fato, a religião cristã católica foi perdendo cada vez mais a hegemonia na função de orientar a organização social no seu conjunto, sem que com isso tenha perdido totalmente a influência, tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público. Não é por acaso que a religião esteve presente no centro das análises dos autores clássicos da sociologia que se depararam, na origem desta disciplina, com as primeiras conseqüências das transformações geradas pela modernidade.

Os clássicos da sociologia enfrentaram a questão da religião dentro da tentativa mais ampla de individuar as características da nova sociedade que se estava delineando, no começo do século XIX. (Martelli 1995:29)

A sociedade Ocidental começou a ser vista sob diversos prismas: como sociedade industrial, sociedade burguesa, capitalista ou moderna. Também as causas das transformações foram identificadas de forma variada, como resultado da revolução científica, tecnológica, divisão do trabalho social, processo de racionalização (ibidem:29). Todas essas variações tratam do mesmo objeto – a sociedade – sob diferentes prismas, logo, embora apresentem diferenças, apresentam também pontos de convergência. Neste contexto, entender a questão religiosa tornou-se vital, uma vez que uma das principais transformações ocorridas foi, justamente, a ruptura com tudo o que havia de tradicional, entendendo o tradicional como uma posição diante do mundo e da própria sociedade fortemente fundamentada em valores, mais precisamente, numa visão de mundo religiosa.

De fato, as mudanças sociais que fundaram a sociedade contemporânea levavam a crer que a religião perderia a sua relevância no entrelaçamento de relações que se constituíram entre os vários âmbitos da sociedade colocados lado a lado, em oposição à organização tradicional, na qual as esferas eram indiferenciadas e a religião, hegemônica.

Marx acreditava que a religião desapareceria junto com a alienação, na sociedade socialista; e Weber pensava que a religião, na sociedade desencantada e racionalizada, presa em uma gaiola de ferro, teria sido colocada para fora dela, talvez para sempre (ibidem:30-31).

Ao falar de desencantamento do mundo – expropriação de todo elemento tradicional fundamentado na magia e no sagrado – Weber (2004) aponta para o fato de que o processo de racionalização – característica da sociedade ocidental moderna – se deu inclusive no interior da esfera religiosa, principalmente nas igrejas da Reforma, sem deixar imune, porém, mesmo se mais tarde, o próprio catolicismo.

Também Durkheim previu, de um certo modo, o fim da religião, mas de uma forma diferente de Weber e Marx. Para ele, a religião tem origem no social, ela é expressão do que realmente transcende o indivíduo: a força da associação que está na consciência individual, mas não é por ela produzida. Esta força de associação eleva o homem acima de si mesmo, mas é imanente à natureza humana. Porém, até então, só foi expressa por forças religiosas. Esta força religiosa, energia, é transfigurada seja no totem – no caso das sociedades tribais – seja na figura de Deus (Durkheim 1989).

Uma vez que a sociedade moderna é caracterizada pelo declínio da religião, esta haveria de ser substituída – pois um deus, sempre haverá de existir – por um equivalente funcional civil, deuses laicos, como o indivíduo e, nele, a sociedade (Durkheim 1975:235-249). Em última instância, para Durkheim, o Deus que o homem adora é a própria sociedade.

Na Divisão social do trabalho, ele (Durkheim 1999), afirma que a solidariedade, coesão social, seria garantida pela interdependência das várias funções sociais.

Uma vez que a religião cristã católica tenha perdido sua hegemonia como pensamento legitimador do mundo e tenham surgido outras confissões a partir da Reforma, abriu-se espaço para a legitimação do pluralismo religioso e a decorrente possibilidade de escolha. Unido a este fator, o processo de desfiliação, característico das sociedades pós-tradicionais, mediante o qual «as pertenças sociais e culturais dos indivíduos, inclusive religiosas, tornam-se opcionais» (Pierucci 2004:14), a adesão à religião passou a ser resultado de uma escolha pessoal, livre de coerções externas. Fenômeno este que fortaleceu ainda mais o processo de secularização, no que diz respeito ao declínio de uma prática religiosa hegemônica.

A partir de então, este trabalho optou por utilizar o termo polissêmico da secularização, abstraindo-se, porém, da vastidão de conteúdo de significado que engloba incontáveis teorias a respeito deste fenômeno, para expressar, justamente, a dinâmica que deslocou a religião para fora do centro da sociedade, que passou a ser estruturada de forma autônoma em relação à religião, prescindindo de toda e qualquer justificação transcendente. Afirma Martelli: «Na sociedade moderna os processos sociais se fundam sobre uma racionalidade instrumental que não requer nenhuma legitimação transcendente» (Martelli 1995:165).

Berger segue a mesma direção, entendendo a secularização como «o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos» (Berger 1985:119), tendo sido forjada na área econômica, de modo especial nos setores da economia formados pelos processos capitalistas industriais.

Em outras palavras, a moderna sociedade industrial produziu um setor "localizado" no centro que é algo assim como um "território livre" com relação à religião. A secularização partiu daí "para fora" na direção das outras áreas da sociedade. (Berger 1985:141)

A reflexão elaborada até então firma como pressuposto da análise à qual esta dissertação se propõe, o fato de a sociedade contemporânea constituir-se e organizar-se segundo a especialização e a diferenciação dos vários âmbitos, fomentando o processo de secularização, entendido como autonomia dos vários campos sociais em relação à religião, que deve subsistir ao lado dos demais setores da sociedade.

IV.2 Secularização e dinamismo da prática religiosa: um paradoxo sempre presente

Ora, se de um lado é verificável que a religião tenha perdido a sua hegemonia, e com ela a sua força de influência social, de outro, é igualmente verificável que ela não perdeu a sua capacidade de influenciar o âmbito público e civil, portanto âmbitos não religiosos. Este é um dos vários paradoxos produzidos pela modernidade.

De um lado índices recentes apontam, em todos os sentidos, que a religião está perdendo cada vez mais espaço dentro da sociedade. Por outro, o número de igrejas, templos, centros e "espaços místicos" aumenta a olhos vistos. Há uma relação dialética entre religião e modernidade que escapa a qualquer análise redutora. (Souza 2004:7)

O que se pode atestar é que a religião precisou encontrar novos caminhos para se manter presente na sociedade secularizada. Continua Souza:

Ao mesmo tempo em que a sociedade rapidamente perdia os referenciais exclusivamente religiosos, a própria religião encontrava novas maneiras de sobreviver — muitas vezes adaptando e legitimando práticas laicas, com eventuais prejuízos para o sentido propriamente religioso da questão. (ibidem:9)

A antinomia entre tradição e modernidade, frequentemente aplicada como antinomia entre religião e sociedade, contém em si o risco de se deixar envolver por um dualismo simplista, que não percebe

o caráter ambivalente — ou polivalente — de tais fenômenos. Longe de ser sempre contraditórias, a modernidade e a tradição são muitas vezes articuladas, associadas e combinadas de uma maneira complementar — um processo no qual os componentes tradicionais não são um peso morto (relíquias do passado) e sim constituintes ativos de renovação cultural. (Löwy 2000a:87).

A Igreja católica na América Latina, de modo especial no Brasil, oferece um exemplo deste tipo de combinação ambivalente, segundo a qual a religião, em tempos de modernidade, ainda pode exercer um elevado grau de influência em esferas não religiosas, como no campo político e econômico. Trata-se da Teologia da Libertação, que contém em si elementos tradicionais – como a rejeição da privatização da fé e da separação das esferas políticas e religiosas – e elementos modernos, incorporando os valores da Revolução Francesa de liberdade, fraternidade e igualdade, e a separação entre Igreja e Estado (Löwy 2000a: 89-97). Muito embora, se possa questionar se a teologia incorporou os valores da liberdade, fraternidade e igualdade ou se a Revolução Francesa incorporou valores fundamentais do cristianismo, submetendo-os a um processo de laicização. Fica em aberta a questão, intimamente relacionada com a dinâmica que deu origem à sociedade contemporânea, na qual co-existem elementos tradicionais e modernos que se combinam e recombinam, construindo formações que oscilam de um polo a outro de forma flexível. Neste sentido, as várias esferas sociais se inter-relacionam e se constituem de modo autônomo, mas influenciando-se reciprocamente.

Diante de uma vasta gama de possibilidades, optou-se por fundamentar a análise da EdC recorrendo à teoria de Niklas Luhmann. Também ele, ao tratar da questão religiosa, utiliza-se do conceito de secularização que, na sua concepção, mais do que resultado da transferência da compreensão religiosa para a compreensão racional do mundo (processo iniciado com o renascimento do século XVI, intensificado, sobretudo, a partir do século XVIII, com as revoluções Francesa e Industrial), é efeito do elevado grau de especialização e de diferenciação funcional da sociedade em sistemas, em decorrência, principalmente, do capitalismo, encontrando nesta sua tese pontos de convergência com Berger e com Durkheim.

Afirma Luhmann:

A secularização é uma das conseqüências da transformação da sociedade na direção de um sistema primariamente diferenciado de forma funcional, no qual cada âmbito funcional adquire uma maior estabilidade própria e uma maior autonomia, mas se torna também mais dependente do fato e do modo com o qual são exercidas as outras funções (Luhmann 1991:241). [tradução nossa]

A Teoria dos Sistemas Sociais oferece um instrumental adequado para observar a religião na sua relação com os vários âmbitos da sociedade, uma vez que Luhmann analisa a sociedade organizada em sistemas diferenciados, que estão em relação entre si. Ele traz um suporte teórico considerado capaz de responder ao desafio identificado por Pierucci de «pensar os dois fenômenos [secularização e presença ativa e dinâmica da religião, I.C.] ao mesmo

tempo» (Pierucci 2004:19). Faz-se necessário, porém, perpassar alguns dos principais conceitos gerais da teoria de Niklas Luhmann, para depois tratar da questão religiosa.

IV.3 Base conceitual de Niklas Luhmann

Niklas Luhmann é o autor contemporâneo cuja elaboração teórica trouxe uma importante contribuição para a Teoria dos Sistemas Sociais ao introduzir dois conceitos fundamentais, que resultaram na formulação de um novo paradigma, isto é, os sistemas sociais entendidos como auto-referenciais, constituídos a partir da diferença sistema/ambiente.

Por auto-referência entende-se a capacidade que os sistemas têm de designarem a si mesmos como diferentes do próprio ambiente, conferindo a esta diferença um valor informativo para suas operações internas (Luhmann 1990:713).

A auto-referência originou-se do conceito de autopoiese, desenvolvido pelos biólogos Maturana e Varella, incorporado por Luhmann em sua teoria. Maturana e Varella cunharam este termo – autopoiese – para descrever a organização dos seres vivos, capazes de produzirem a si próprios. Afirma Maturana que a criação da palavra aconteceu diante da necessidade de encontrar «[...] uma expressão que captasse plenamente a conotação que eu dava ao falar da organização circular do vivo. [...] E começamos a falar de autopoiese para referirmo-nos à organização dos seres vivos» (Maturana; Varella 1997:18).

Uma das principais características da visão sistêmica é o fato de procurar compreender o objeto, a realidade, a partir da relação – e não da decomposição – entre as partes. Introduzindo-se a compreensão de que um sistema se delimita a partir da diferença entre sistema e ambiente, chega-se à conclusão de que esta relação entre o todo e as partes é reformulada como teoria da diferenciação sistêmica e reinserida no novo paradigma. Com a diferenciação sistema/ambiente, não basta mais verificar a relação entre as partes, mas verificá-las sempre como relação que se origina e se dá a partir, justamente, da diferença sistema/ambiente. Desse modo, «a diferenciação dos sistemas não é outra coisa se não a réplica da diferença sistema/ambiente no interior do sistema» (Luhmann 1990:71) [tradução nossa].

Logo se conclui que «o sistema não é composto por um dado número de partes em relação entre si, mas por um maior ou menor número de diferenças sistema/ambiente que reconstroem o sistema global como unidade de subsistemas e de ambiente (ibidem:71) [tradução nossa].

Já a apropriação do conceito de autopoiese incorporado à Teoria dos Sistemas Sociais, conduz à compreensão de que os sistemas sociais operam de forma fechada, transformando-se e se auto-reproduzindo a partir de si mesmos, de seus próprios elementos, sendo, porém, simultaneamente abertos, pois recebem de seu ambiente perturbações que se transformam, no interior do sistema, em informações.

Para melhor elucidar esses conceitos fundamentais da teoria de Luhmann, bem como a aplicação que dela se pretende fazer como referencial teórico para a análise proposta por esta dissertação, a seguir serão perpassados alguns dos conceitos básicos da Teoria dos Sistemas Sociais.

IV.3.1 Esboço dos teoremas básicos da teoria de Luhmann

IV.3.1.1 Sistema e ambiente

Luhmann fundamenta a sua teoria no pressuposto de que a sociedade contemporânea estrutura-se de forma funcionalmente diferenciada, na qual operam sistemas especializados que exercem uma função igualmente especializada, como a política, a economia, a religião, a educação, a área da saúde, ambiental, etc. Assim sendo, os sistemas se separam uns dos outros, tornando-se cada vez mais autônomos. O fato de se tornarem mais autônomos não significa que não haja relação ente os vários sistemas sociais.

De acordo com Luhmann, os sistemas são formados a partir da diferença entre sistema e ambiente. Logo, um sistema não pode se constituir independentemente de seu ambiente, que é «o pressuposto para se chegar à identidade do sistema, porque tal identidade é possível apenas mediante a diferença» (Luhmann 1990:87) [tradução nossa]. Por exemplo, se isolarmos, pela observação, o sistema político, o seu ambiente é determinado por tudo o que não é político, ou melhor, a diferença entre o que é e o que não é político determina o sistema político.

O ambiente, por sua vez, não é uma espécie de sistema mais complexo e mais amplo. Ele é tudo o que não pertence ao sistema. Não há rigidez na demarcação de um sistema e, conseqüentemente, de um ambiente, no sentido de fixar uma dada realidade sempre como sistema ou sempre como ambiente. Isso significa que, de acordo com a referência adotada, um sistema pode ser observado ora como sistema, ora como ambiente de outros sistemas ou de um determinado sistema.

A autonomia dos sistemas consiste no fato de que eles se organizam, se modificam e se mantêm a partir de seus próprios elementos. Por isso, cada sistema é regido por leis próprias, oriundas de suas comunicações específicas — o que é político comunica sobre o que é político; o que é econômico, comunica sobre o que é religioso comunica sobre o que é religioso.

Cada sistema, portanto, é gerido de forma autônoma, quase que de maneira indiferente ao que acontece fora de suas fronteiras, num processo de autopoiese – auto-criação.

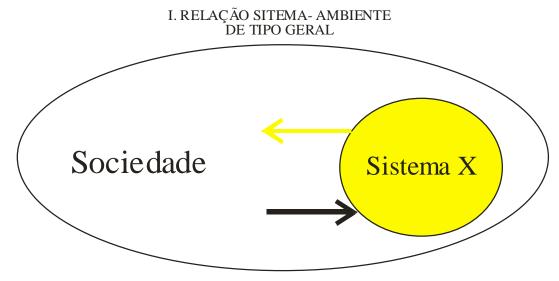
Os sistemas sociais têm por elementos constitutivos as comunicações, logo são capazes de produzir e de reproduzir suas comunicações somente dentro de suas fronteiras. A comunicação é a síntese de três seleções, portanto, é uma unidade tripolar (Luhmann 1990:254) que contém a emissão (ato de comunicar), a informação (conteúdo) e a compreensão. Por sua vez, a compreensão leva à aceitação ou à rejeição do conteúdo da comunicação; logo, a aceitação ou rejeição não coincidem com a compreensão, mas são uma conseqüência da compreensão. Sendo assim, a comunicação só é completa, só se realiza, quando se verifica a compreensão (ibidem:262). Existe comunicação se Ego compreende que Alter emitiu uma informação. Na relação entre emissor e receptor, Luhmann considera Alter como primeiro *partner*, justamente porque, segundo o seu esquema, a comunicação só se verifica de fato quando se realiza a compreensão com suas conseqüências, isto é, a resposta de quem recebe a informação. Esta recepção não é passiva, mas ativa, funciona como uma nova comunicação que dá continuidade ao processo comunicativo, o que mantém o sistema operante.

Embora sejam autônomos, os sistemas estão continuamente em relação com o ambiente ou com os demais sistemas da sociedade. Luhmann identificou três níveis de relação sistêmica. A relação sistema-ambiente de modo geral se dá no âmbito da sociedade enquanto sistema social global³⁸.

possíveis entre os vários sistemas.

³⁸ Cabe ressaltar que o termo global utilizado para caracterizar a sociedade não possui ligação ou referência semântica com o fenômeno da globalização. Significa a sociedade como espaço no qual se dão todas as relações

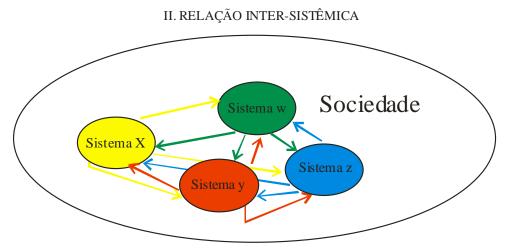
Figura 3



Com todos os tipos de relações possíveis de se estabelecer

A relação inter-sistêmica ocorre quando um sistema particular determina um outro sistema como ambiente, dando origem a um ambiente social interno.

Figura 4

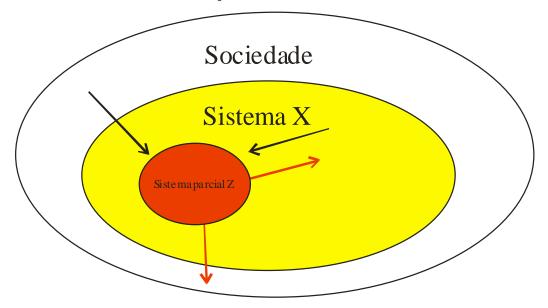


Quan do um sistema determina um outro como seu am biente

Quando um dado sistema, ao alcançar um elevado nível de complexidade, exige uma diferenciação interna, dando origem a sistemas parciais ou subsistemas; trata-se da relação intra-sistêmica.

Figura 5

III. RELAÇÃO INTRA-SISTÊMICA



Quando o sistema se torna ambiente para o sistema parcial, dele oriundo, mediante redução de complexidade, e vive-versa. O sistema parcial pode se relacionar com o ambiente do sistema global - o que lhe deu origem - delimitando tal relação, utilizando-se da mesma diferença sistema-ambiente, dando início a uma nova relação inter-sistêmica

Esses tipos de relação são gerais, isto é, dizem respeito a todo tipo de sistema. Isso significa que os sistemas parciais não se relacionam mais com a sociedade segundo exigências, valores ou normas que valem para todos os sistemas, mas com um ambiente do qual recebe sinais ou perturbações, que transformam em informações.

O ambiente possui, como característica fundamental, o fato de não possuir capacidade de ação nem de reflexão sobre si mesmo. Desta definição seria possível concluir que o ambiente é passivo em relação ao sistema. Esta não seria uma dedução de todo verdadeira. Embora ele não seja um ente operativo, o ambiente se apresenta ao sistema que, ao percebê-lo, deixa-se influenciar por ele.

Quando se inicia a comunicação, surge, portanto, um sistema que mantém uma relação de tipo especial com o ambiente. O ambiente é acessível ao sistema somente como informação, pode ser vivido pelo sistema apenas como experiência seletiva e recebido só por meio de modificações (dentro do próprio sistema ou do ambiente). (Luhmann 1990:293) [tradução nossa]

Esta influência se dá não porque o ambiente exige algo ou faz pressão sobre o sistema, mas acontece porque o sistema colhe sinais emitidos pelo ambiente, os transporta a si e os transforma em informações. Fecha-se, desse modo, o círculo comunicativo compreendido pelas três etapas anteriormente referidas: o ato de comunicar — o sistema comunica a si mesmo a partir da percepção que tem do ambiente; a informação, que compreende um conteúdo seletivo, isto é, introduz a necessidade de se fazer uma seleção; e a compreensão do conteúdo da comunicação, que pode levar à aceitação ou à rejeição da informação.

É neste estágio que acontecem as transformações, pois diante de uma informação – elemento novo – o receptor da comunicação não é mais igual ao que era antes, contém em si a nova informação.

No momento em que lemos que o cigarro, o álcool, a manteiga, a carne congelada, etc. fazem mal à saúde, estamos – quer acreditemos ou não – mudados (como pessoas que poderiam ter conhecimento disso e tomar cuidado). [...] Seja qual for a escolha, a comunicação fixa um estado do destinatário que não existiria sem que ela houvesse ocorrido. (Luhmann 1990:262) [tradução nossa]

O mesmo acontece na relação intersistêmica. A emissão de sinais (ou ruídos ou perturbações) da parte do ambiente para o sistema é denominada *output* (saída) e a recepção por parte do sistema, *input* (entrada). Não se trata de uma entrada ou de uma saída inoperantes, mas de um processo no qual os dois sistemas reciprocamente constroem-se a si mesmos.

Resumindo: ao receber uma dada perturbação (sinal) o sistema receptor transforma este sinal em informação e reelabora-se a si mesmo utilizando-se de seus próprios elementos (autopoiese), podendo inverter o processo, tornando-se, por sua vez, emissor (enviando sinais para o sistema do qual recebera perturbações).

A interação se dá mediante mecanismos de *input* e *output* entre os vários sistemas a partir do referencial escolhido para a observação. Assim sendo, toda questão social passa a ser verificada a partir de um referencial, a partir da relação sistema-ambiente, sistema-ambiente social interno.

Com a passagem de uma diferenciação primária da sociedade de tipo segmentária a uma de tipo estratificado e desta para uma diferenciação do tipo funcional, muda também a forma de intervenção do sistema social global sobre os sistemas parciais, que se desloca das estruturas dos sistemas parciais para o seu ambiente social interno. [...] A integração deve ser mais facilmente mediada pelo fato de que todos os sistemas parciais são, um para os outros, ambiente social interno. (Luhmann 1991:231-232)

Nas sociedades funcionalmente diferenciadas, os sistemas parciais se movem de forma variada segundo o referencial assumido: orientando-se ao sistema social global, ao ambiente interno do sistema global ou ao próprio sistema parcial. São nesses níveis que acontecem as interações.

Quando o sistema interage com o sistema social global, o faz na forma de função. Quando interage com o ambiente social interno, o faz na forma de prestação, e quando interage consigo, o faz na forma de reflexão.

IV.3.1.2 Meios de comunicação simbolicamente generalizados

Os sistemas sociais são constituídos mediante processos de comunicação. Toda comunicação cria uma expectativa, isto é, ela pode ser ou não compreendida, ser ou não aceita. Por esta razão, os sistemas estão continuamente sujeitos à contingência, isto é, à questão de a existência ser possível também de um outro modo. Esta contingência se torna dupla quando, no nível intra-sistêmico, as comunicações são submetidas à contingência da resposta seja de *alter* que de *ego* reciprocamente. Isto é, *alter* emite uma comunicação, cuja continuidade depende da reação contingente de *ego* que, por sua vez, depende da resposta contingente de *alter*. Há também a dupla contingência experimentada pelo sistema em relação a outros sistemas, «isto acontece quando os sistemas sintonizam a seleção de seus próprios estados com a contingência de outros sistemas» (Luhmann 1998:102) [tradução nossa]. O que significa? Que os sistemas interagem na forma *input/output* de modo reciprocamente contingente. Isto é, uma perturbação pode: ou ser respondida de vários modos ou não ser respondida. No primeiro caso, desencadeia-se o processo de autopoiese; no segundo, não se estabelece um processo comunicativo e não se acrescenta nada ao sistema que recebe a perturbação.

De fato, os meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG) têm a função de reduzir os efeitos da contingência, garantindo o êxito da comunicação, isto é, a aceitação da comunicação. Por esta razão, eles são fundamentais para a constituição dos sistemas sociais, porque se a contingência não fosse controlada, ou seja, reduzida mediante a diminuição de possibilidades de seleção, os sistemas se desintegrariam, uma vez que os sistemas são constituídos por um número elevado de elementos em relação (comunicações) demarcados por uma fronteira, um limite, justamente um limite que determina os tipos de comunicações

possíveis de serem estabelecidas em seu interior, a partir da redução da complexidade, que compreende a redução da contingência.

Por exemplo: se o marido diz à esposa "estou com fome", a expectativa de a comunicação ser ou não compreendida e aceita, provocando uma nova comunicação por parte da esposa, "vou lhe trazer algo" pode sofrer desilusão. A esposa tem diante de si duas possibilidades: responder positivamente à expectativa da comunicação feita pelo marido, levando-lhe algo para comer, ou recusá-la.

A possibilidade de se obter uma resposta positiva à expectativa da comunicação pode ser condicionada pelos MCSG, que têm a tarefa de garantir o sucesso da comunicação, uma vez que condicionam a seleção/escolha da própria comunicação, motivando e garantindo a aceitação de uma determinada proposta seletiva. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados «utilizam-se de generalizações para simbolizar o nexo existente entre seleção e motivação, e para representá-lo como unidade» (Luhmann 1990:278) [tradução nossa]. Alguns exemplos apresentados por Luhmann (ibidem) são a verdade, o amor, a fé religiosa, a arte, bem como valores fundamentais generalizados, isto é, fixados como geralmente aceitos pela civilização. Eles condicionam a seleção, a resposta à comunicação, pois atuam como motivação para se orientar em uma determinada direção.

Trata-se [...] de condicionar a seleção da comunicação de modo que esta possa agir também como instrumento de motivação, garantindo, portanto, a aceitação de uma determinada proposta seletiva. (Luhmann 1990:278)

No exemplo citado acima, o meio de comunicação simbolicamente generalizado <u>amor</u> pode orientar a resposta da esposa na direção de ela satisfazer – e não decepcionar – a expectativa do marido, isto é, preparar algo para ele comer.

Os MCSG se expressam mediante a formação de um código binário que se constitui como *medium* (meio). Para a economia, por exemplo, que tem como meio de comunicação simbolicamente generalizado o dinheiro (a monetarização das relações de troca), vale o código pagar/não pagar ou ter/não ter; para a ciência, que tem como meio de comunicação simbolicamente generalizado a verdade, vale o código verdadeiro/não verdadeiro. O código é caracterizado pela preferência social por um dado valor considerado positivo, isto é, entre o verdadeiro e o não verdadeiro, prefere-se o verdadeiro, o que orienta a expectativa de aceitação na direção do que é indicado como valor positivo (Corsi et al 1996:108).

Para o presente estudo, este conceito torna-se de vital importância, uma vez que a fé religiosa é concebida como um meio de comunicação simbolicamente generalizado, que delimita as possibilidades de seleção por parte dos fiéis envolvidos nesta rede de comunicações, da qual derivam as ações, pois as comunicações são possíveis de serem observadas e compreendidas apenas quando expressas em ação.

IV.3.1.3 Sistema de interação e inovação

Diante de tudo o que foi exposto anteriormente, pode-se concluir que as transformações sociais sejam oriundas da relação sistema-ambiente ou da relação inter-sistêmica. Segundo a abordagem Luhmanniana, é o que acontece. Muitas dessas transformações, porém, podem ter suas origens em um tipo particular de sistema: o sistema de interações.

Os sistemas de interações são aqueles que incluem tudo o que pode ser tratado como fisicamente presente (Luhmann 1990:635). Isto é, são as relações que se dão entre pessoas fisicamente presentes em um dado espaço. Podem ser entendidas como relações próximas, nas quais cada indivíduo é sistema em si e ambiente para os demais indivíduos.

É da relação entre interação e sociedade que podem emergir inovações dentro de um sistema social. Uma inovação pode ser iniciada no âmbito da interação, por meio da recusa de se manter um determinado comportamento socialmente instituído, por exemplo, ou com a modificação de um modo de se portar que não signifique propriamente uma recusa desviante (no sentido de colocar-se em conflito com a norma, na forma de uma ruptura radical), mas uma recusa modificante (que apresenta alternativas substitutivas à norma – termo cunhado por esta dissertação). É no nível da interação que se dá uma primeira pré-seleção, uma primeira demonstração de que a inovação é possível.

Uma inovação pode ser antecipadamente experimentada dentro de um sistema de interação – como o foi, pelo que parece, a crítica aberta à monarquia e ao clero nas lojas maçônicas do século XVIII. A estabilidade do improvável no nível da interação é um pressuposto indispensável para a sua introdução na evolução. (Luhmann 1990:661)

É importante destacar que para tal inovação fixar-se, isto é, estabelecer-se no âmbito do sistema social global, na sociedade, deve transcender o sistema de interação originário, tornando-se convincente em outros lugares, tanto no sistema em questão, quanto em outros sistemas parciais da sociedade. (ibidem:661).

Pode acontecer, porém, que antes de se fixar no sistema social global, tal inovação se generalize em um determinado sistema social, por exemplo, na economia, no direito, para depois, atingir um maior nível de generalização e chegar a se tornar um meio de comunicação simbolicamente generalizado duplamente generalizado (também este conceito foi cunhado por esta dissertação). Pois analisando a proposição de Luhmann, uma inovação experimentada no âmbito do sistema de interação, que tenha força para se generalizar, que percurso deveria fazer? Primeiro, ser aceita pelo grupo que forjou tal inovação. Segundo, ampliar o raio de aceitação desta nova proposta, envolvendo outros grupos, portanto, tornando-se geral dentro de um dado sistema: familiar, escolar, empresarial. Tal inovação pode ter seu curso de expansão finalizado dentro de um sistema parcial, como acima mencionado. O sistema empresarial pode ser considerado um sistema parcial da economia. Por isso, uma inovação pode transformar o sistema empresarial sem inovar a economia no seu conjunto, promovendo apenas uma inovação parcial. Este percurso pode ser ampliado mediante processos de comunicação, extrapolando os limites do campo empresarial, alcançando a economia no seu conjunto. Pode se dar por meio de transformações estruturais, com a ampliação das possibilidades de seleção, o que significa o surgimento de uma nova referência sistêmica, com a formação de um sistema parcial que absorva em si um ou mais novos meios de comunicação simbolicamente generalizados. Pode haver, também, o surgimento de novos meios de comunicação simbolicamente generalizados que poderiam ser absorvidos por outros sistemas – ou pelo sistema global, no qual se encontra o sistema parcial – que, mediante um processo de interação, provocaria modificações no interior do sistema global.

IV.3.1.4 Interpenetração

Para falar de interpenetração é preciso, antes, determinar o que vem a ser penetração. Ora, por penetração, entende-se a relação que se dá quando um sistema coloca a sua própria complexidade à disposição para a construção de um outro sistema. A interpenetração ocorre quando ambos os sistemas colocam à disposição, um do outro, reciprocamente, a própria complexidade (Luhmann 1990: 354).

A interpenetração não é apenas o resultado da relação entre dois sistemas na forma da diferença sistema e ambiente de acordo com os mecanismos de *input* e *output*. Vai um pouco mais além. Na interpenetração verifica-se uma dependência recíproca entre os sistemas envolvidos (Corsi et al 1996:21). Isso significa que os sistemas interpenetrantes dependem da

complexidade do outro para se constituírem. Nesses casos, os confins de um sistema podem ser integrados na esfera operacional de um outro (Luhmann 1990:359).

O fato de os sistemas disporem reciprocamente da própria complexidade quer dizer que colocam à disposição – um do outro – suas comunicações. Assim, o sistema que recebe retroage, no sentido de modificar o que está estabelecido, influindo na formação – ou modificação – de estruturas do sistema que nele penetra. Desse modo, contribui no processo de sua autopoiese sem impedir que o sistema continue a operar de maneira autoreferencial. Como isso pode acontecer? A complexidade recebida por cada um dos sistemas é reelaborada na forma de comunicação dentro de suas fronteiras, assimiladas como estruturas que delimitam as comunicações sucessivas de forma autopoiética e auto-referencial, isto é, os sistemas continuam a operar tendo por base seus próprios elementos.

Um dos principais tipos de interpenetração é o que há entre os sistemas psíquicos e os sistemas sociais, pois um não pode existir sem o outro. Mais ainda, os sistemas sociais surgem a partir dos rumores produzidos pelos sistemas psíquicos que tentam se comunicar entre si (Luhmann 1990:356). Por sistema psíquico, entendem-se os homens, e o termo homem não é casual. Luhmann o utiliza para diferenciá-lo de pessoa, termo que indica o indivíduo no seu papel social, diante das expectativas que os outros têm em relação a ele, no exercício de determinada função (Luhmann 1990:356).

A interpenetração acontece em forma de comunicação e a concretização de uma comunicação pressupõe uma relação de interpenetração. (ibidem:359). E para comunicar, compreender e produzir os dados de fato que agem como informação, é necessária a presença dos homens. (ibidem:358). Logo, se ressalta a dependência recíproca entre homens e sociedade, pois não pode haver comunicação sem as consciências e não pode haver consciência sem comunicação. No entanto, não há fusão entre esses dois tipos de sistema, mas sim, interpenetração, mediante a qual os sistemas colocam à disposição, reciprocamente, a própria complexidade.

A relação que se dá entre os homens, portanto pressupondo a presença física e intimidade, é conceituada como interpenetração inter-humana (ibidem: 367).

IV.3.1.5 O sistema religioso e a integração do sistema social

De maneira geral, a religião tem, para Luhmann, a função de determinar o indeterminado, entendendo-se por indeterminado a esfera do transcendente e por determinado, a esfera do

imanente (Luhmann 1991). Assim, a religião constrói e concretiza no cotidiano as comunicações que teriam origem no âmbito transcendente, estabelecendo entre essas duas esferas uma relação do tipo inter-sistêmica, na qual o transcendente se apresenta como ambiente do imanente.

No âmbito do imanente, a religião, segundo a referência sistêmica, apresenta-se como um sistema parcial do sistema social (Luhmann 1991:234), tendo se tornado um sistema ao lado de outros e, como tal, também deve estabelecer os três tipos de relação identificadas: com o sistema global, com os sistemas parciais e consigo mesmo.

Quando a religião atua na qualidade de função, se relaciona com a sociedade global, ou seja, com a sociedade, como Igreja; logo este tipo de relação diz respeito à comunidade espiritual e ao culto. Quando se relaciona com seu ambiente social interno, isto é, com os demais sistemas, o faz na qualidade de prestação, também denominada diaconia. Trata-se do serviço realizado fora do âmbito estritamente religioso, caritativo ou não. Quando se relaciona consigo mesma, a religião atua como reflexão, que tem por resultado a elaboração teológica; trata-se da autocompreensão dogmática da própria religião.

IV.3.1.5.1 Função

Em relação à função, Luhmann aponta para o fato de a Igreja, enquanto comunidade espiritual, se encontrar diante da dificuldade de motivar as pessoas a permanecerem na Igreja quando, de um lado, não consegue mais controlar a adesão ou a coerência de seus membros a partir do sistema religioso e, de outro lado, os demais sistemas, como o político, o econômico, o educacional, não apresentam mais motivações para conduzir os indivíduos à religião, à Igreja. Esta é uma das conseqüências da diferenciação e uma das características principais da secularização, pois cada sistema se tornou autônomo e não busca mais justificar a si mesmo e encontrar explicações para seus processos, bem como soluções para seus problemas recorrendo ao transcendente.

Antes da metadifereciação da economia, também os processos econômicos, como crises, eram tratados "religiosamente"; depois da diferenciação em sistema funcional, as crises econômicas são tratadas e atribuídas unicamente ao sistema econômico e não precisam de interpretações religiosas. (Luhmann 1991:237)

Buscou-se, então, no campo da função, uma renovação dos rituais e uma reafirmação acentuada dos sacramentos (Luhmann 1991:229). Além disso, a atividade eclesial acabou por concentrar sua atenção na forma de prestação.

Com certeza, a orientação à função da religião, tão importante para a sociedade no seu conjunto, não foi abandonada; ela permanece, como antes, determinante para a identidade do núcleo eclesial da atividade religiosa. Só que a sua relativa fraqueza é compensada por um acréscimo de ativismo social, que traz vantagem para os sistemas parciais do ambiente social interno. (Luhmann 1991:247)

IV.3.1.5.2 Reflexão

A teologia, no pensamento de Luhmann, é o âmbito no qual acontece a reflexão. Neste processo, porém, não se pode pretender que a teologia importe elementos secularizados para explicar a si mesma. A postura mais adequada para a teologia é a de assumir o seu papel de «ciência reflexiva e auxiliar do sistema, refletindo, na própria reflexão, a diferenciação de função, prestação e reflexão, e buscando expressar, neste nível, o significado da secularização para a identidade do sistema religioso» (Luhmann 1991:249) [tradução nossa]. Ela deve permanecer teologia, porém, com o objetivo de explicar o que a Igreja e a diaconia podem ser em uma sociedade secularizada (ibidem:249).

IV.3.1.5.3 Prestação

Uma outra característica da diferenciação social é fazer com que a integração social seja definida de forma negativa, ou seja, é necessário evitar que as operações de um sistema particular causem problemas insolúveis em um outro sistema parcial (Luhmann 1991:231). Deve-se, portanto, evitar que a otimização dos resultados em um dado sistema cause danos em outros, por exemplo, que a otimização da educação provoque desemprego, onerando o sistema econômico, ou que a otimização do zelo religioso impeça o consenso na política, ou ainda que a produção de consenso por meio da *welfare state* impeça a acumulação do capital (Luhmann 1991:234). Esta seria a condição ideal, não verificada, porém, empiricamente, pois o que ocorre, de fato, é uma constante interferência entre os sistemas — não no sentido operacional de ingerência, mas justamente no sentido de que operações de um sistema acabam por onerar outros sistemas ou, ao onerar a si mesmo, um sistema precisa que outros atuem na solução dos problemas.

Na estratificação e, mais ainda com a diferenciação funcional, aumentaram a interdependência e o ônus recíproco entre sistemas parciais, até que se tornou normal que os problemas não sejam resolvidos no lugar em que foram produzidos. (Luhmann 1991:231)

A religião como prestação consiste, justamente, na tomada de posição da mesma ao resolver problemas gerados em outros sistemas que não foram solucionados por eles. A diaconia pode ser compreendida como resultado do enfraquecimento da religião na sua forma de função, como acima mencionado; e pode ser compreendida como serviço, na medida em que, na relação intersistêmica, um determinado sistema pode colocar-se a serviço de outro, a fim de resolver um problema que ele mesmo não consegue resolver.

Nos termos conceituais que propusemos, isso significa que diminui a orientação à função e aumenta aquela relativa à prestação. [...] Este deslocamento de acentuação representa, com certeza, a mais importante conseqüência específica da secularização. (Luhmann 1991:247) [tradução nossa]

Na relação da religião com o ambiente social interno, as prestações subsistem somente se são assumidas e reelaboradas por esses outros sistemas (Luhmann 1991:60). Esta observação de Luhmann é basilar, pois toca o cerne de um problema que pode dificultar a manutenção da religião enquanto experiência religiosa, mas pode também fortalecê-la.

Pode dificultar, porque a diaconia deve submeter-se à lei objetiva do sucesso, aos desejos e às normas do destinatário, pois, de outro modo, não obtém resultado positivo. Dessa forma «extrai da ação de ajuda e assistência o seu caráter especificamente religioso» (ibidem:247) [tradução nossa]. Outra possibilidade é que, como diaconia, o serviço prestado pela religião não se distinga mais, de forma considerável, dos serviços oferecidos por outros sistemas parciais (ibidem:230). Disso resulta o risco de uma secularização da própria prática religiosa, ou seja, uma desvinculação da religião de si mesma, com um conseqüente esvaziamento de sentido da própria religião.

Esses riscos, porém, podem atuar como "perturbações" – *input* – que levam o sistema religioso a reelaborar-se a partir de seus próprios elementos, mediante a interação dos três níveis de atuação: função, prestação e reflexão, encontrando novos modos de se relacionar com o ambiente social interno, sem comprometer sua própria identidade e função social, pelo contrário, fortalecendo-as. Isso pode se dar porque a religião, ao prestar um serviço, deve conformar-se às estruturas normativas e aos limites de capacidade dos sistemas que assumem tal serviço (ibidem: 60), mas este conformar-se pode não significar obrigatoriamente que ao

«pensar a partir do outro» (Luhmann 1991: 60) [tradução nossa], isto é, ao "perder-se" na lógica do sistema ao qual se presta a diaconia, a religião não produza, mediante o mecanismo de *input* e *output*, transformações, inclusive no sistema que recebe a prestação.

Essas transformações podem ocorrer mediante a transmissão e criação de novos meios de comunicação simbolicamente generalizados vinculados, de alguma forma, ao sistema religioso.

O meio de comunicação simbolicamente generalizado fundamental da religião é a fé, que determina as comunicações que se dão no sistema religioso e motiva a seleção proposta pelas comunicações. Pode ser relacionada a vários códigos binários – *mediuns* – que, em virtude da relação inter-sistêmica, poderiam ser introduzidos em sistemas não religiosos. Desse modo, a prestação poderia concretizar tal processo, uma vez que o serviço proporcionado é motivado por algum tipo de *medium*, que poderia ser introduzido no sistema receptor junto com o próprio serviço.

Neste caso não haveria apenas uma conformidade da religião com as estruturas normativas e aos limites de capacidade dos sistemas que assumem tal serviço, mas também uma modificação dessas estruturas a fim de garantir a continuidade do serviço prestado, uma vez que as prestações subsistem somente se são assumidas e reelaboradas por esses outros sistemas. Dessa forma, poder-se-ia entender que a religião haveria de perder a sua identidade, porém na forma, mas não na motivação, o que garantiria a continuidade das comunicações, portanto, das ações e, conseqüentemente do próprio sistema.

Esta dissertação trabalha com a hipótese de que este seria um caminho viável para a religião, no caso a cristã católica, continuar a influir em âmbitos não religiosos, na sociedade diferenciada, especializada. É o que será proposto como demonstração teórica no quarto capítulo, tendo-se por base a Economia de Comunhão.

IV.4 Função da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann para a análise da EdC

Diante da aparente contradição na qual se encontra a sociedade contemporânea no que diz respeito ao fenômeno religioso, isto é, de um lado a secularização e de outro o dinamismo da experiência religiosa, mais do que tratar da questão, polarizando entre o fim ou a continuidade da religião; entre a sua presença nas esferas pública e privada, o olhar se volta para o modo

como a religião interage com os demais sistemas sociais, sendo, também ela, um sistema autônomo.

Nesta perspectiva, a religião tornou-se um sistema parcial do sistema social, isto é, um sistema da sociedade como todos os outros, logo, vulnerável, de um lado, às mudanças que ocorrem em seu ambiente social – compreendido como os demais sistemas da sociedade que interagem com o sistema religioso – de outro, capaz de influenciar os demais sistemas ao assumir a posição de ambiente para eles, referência inversa (ver figuras das páginas 80-81).

O estudo da EdC se situa neste campo, uma vez que tal empreendimento surgiu no sistema religioso – no interior de um movimento eclesial católico – e se concretiza no sistema econômico, dando origem, não a igrejas, por exemplo, mas a um complexo de empresas que atuam no mercado com a finalidade de produzir lucros para, depois, partilhá-los com quem se encontra em necessidade.

A sua origem pode ser verificada a partir de sinais emitidos pelo ambiente – sistema econômico – ao Movimento dos Focolares e a sua concretização, da EdC enquanto sistema, influencia o sistema econômico, na qualidade de ambiente social interno.

A EdC pode ser verificada na sua relação com o sistema econômico a partir da prestação. Assim sendo, caberá especificar como se dá a relação da EdC com seu ambiente social interno por meio da prestação.

Desse modo, os problemas colocados por esta dissertação: se a EdC pode ser considerada ora como pertencente à esfera religiosa e ora à esfera civil; ou se possui em si essas duas dimensões e como se articulam essas duas dimensões, podem ser verificados segundo a hipótese de que a Economia de Comunhão seja resultado da interação sistêmica que possibilita à religião continuar a influenciar âmbitos outros da sociedade, até o ponto de operar transformações no interior desses sistemas.

No capítulo que se segue, a EdC será, portanto, avaliada em confronto com a Teoria dos Sistemas Sociais, valendo-se, sobretudo, da relação entre sistema e ambiente. Será apresentada como um modo de a religião cristã católica manter a sua influência em âmbitos não religiosos. Um modo que possui a sua especificidade, mas não o único. Basta considerar o fenômeno da Teologia da Libertação na Igreja da América Latina. Uma diferença fundamental entre essas duas realizações pode ser verificada no fato de que a EdC extrai seus princípios e seu método de análise da realidade permanecendo no âmbito de um carisma religioso e a Teologia da Libertação incorpora, segundo Löwy «o método marxista de

interpretação e transformação da realidade» (Löwy 2000a:109). Neste sentido, pode-se entrever o mesmo movimento de influência recíproca, entre o campo religioso e o campo político e o econômico, porém em duas direções possíveis: enquanto na Teologia da Libertação o profano é incorporado ao religioso, que permanece religioso, influenciando, por sua vez, o profano, na EdC o religioso é incorporado pelo profano que modifica a si mesmo, permanecendo profano.

Nos dois casos, o ponto de partida foram sinais emitidos pelo ambiente (profano) ao sistema religioso, versando sobre um mesmo problema: a situação de injustiça e de desigualdade vivenciadas no continente.

A relação sistema-ambiente poderá, portanto, fornecer o quadro geral que dará sustentação à pesquisa, e abrirá o caminho para a análise desta relação à luz do conceito de prestação. A lente da análise pretende estabelecer um recorte e focalizar mais de perto o fenômeno da EdC também como resultado de transformações que tiveram início em um sistema de interações, no interior do MF.

V Interpretação da EdC à luz da teoria de Niklas Luhmann

O presente capítulo tem por objetivo verificar, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais, de Niklas Luhmann, como a EdC pode ser considerada um sistema formado na esfera do religioso, mas concretizado na esfera do econômico – como se dá esta relação – e também verificar o quanto este projeto pode ser considerado um meio de a religião atuar em âmbitos não religiosos no contexto de uma sociedade funcionalmente diferenciada.

A abordagem sistêmica se concretiza de forma referencial. Logo, deve-se sempre adotar uma dada referência, a partir da qual se poderá efetuar a análise. Isto significa que é preciso determinar o objeto enquanto sistema, subsistema ou enquanto ambiente e o que resulta desta atribuição, de acordo com o ângulo da observação. Um mesmo objeto pode, portanto, ora ser considerado sistema, ora subsistema, ora ambiente.

O fenômeno EdC será observado segundo três perspectivas: surgimento, delimitação, desempenho. Em relação ao **surgimento**, a análise parte do pressuposto de que a EdC é um subsistema do MF. Um subsistema pode surgir da diferenciação interna de um dado sistema, tornando-se relativamente autônomo do sistema de origem, no sentido de se tornar independente no modo de efetuar as seleções a partir do seu ambiente, logo, adquire uma lógica e uma função própria. O subsistema passa a se relacionar com o sistema de origem segundo a diferença sistema/ambiente. Assim sendo, para verificar o surgimento da EdC será utilizada a relação inter-sistêmica mediante a dinâmica *input/output*, a conseqüente autopoiese do sistema receptor do *input*, além dos conceitos de prestação, de interpenetração, de interação e diferenciação.

Adotando uma segunda referência para a observação da EdC, ela pode ser considerada um subsistema do sistema econômico. Neste caso, a diferenciação da EdC como subsistema do sistema econômico se dá mediante a delimitação de suas comunicações. Esta condição será verificada ao se tratar, justamente, da **delimitação** e do **desempenho** da EdC. No caso da **delimitação**, serão utilizados os conceitos de diferenciação sistema/ambiente, o de estrutura e os meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG). Para verificar o **desempenho**, serão utilizados os conceitos de *input/output*, prestação, MCSG, estrutura.

Considerando essas três perspectivas, a EdC será observada como um subsistema que possui uma dupla pertença: subsistema do MF e, simultaneamente, do sistema econômico.

V.1 Perspectiva primeira: o surgimento

V.1.1 Como autopoiese

Historicamente, a EdC possui um marco inicial bem determinado: a viagem de Chiara Lubich ao Brasil, em 1991. Este marco assume um caráter metodológico, um ponto a partir do qual dar início à análise. Do aeroporto de Guarulhos até a então Mariápolis Araceli – hoje Ginetta – Chiara teve uma primeira percepção. Que tipo de percepção? A percepção da grande desigualdade social que existe no Brasil. O problema não se encontrava na falta de recursos, mas na má distribuição da riqueza. Esta pode ser considerada uma primeira perturbação (*output*) emitida pelo sistema econômico ao MF, uma vez que a má distribuição dos bens e da riqueza é um problema gerado no e pelo sistema econômico. Cabe destacar que a perturbação foi, inicialmente, uma relação estabelecida entre o ambiente e Chiara Lubich, fundadora e principal representante do MF. A interpenetração entre Chiara Lubich e o MF permite que a análise seja feita observando a relação MF-sistema econômico.

Pode-se, então, concluir que o sistema econômico tenha emitido sinais ao MF. Estava-se diante de um dos maiores problemas do planeta que indicava uma relativa carência na concretização da função do sistema econômico que compreende: satisfazer as necessidades, produzir bens e serviços e garantir o crescimento do próprio sistema econômico, entendido como desenvolvimento (Luhmann 1998:81).

O MF recebeu este sinal como perturbação e o transformou em informação, reelaborando-se a si mesmo, utilizando-se de seus próprios elementos, num processo de autopoiese. O que significa reelaborando-se a si mesmo, utilizando-se de seus próprios elementos, de suas próprias comunicações?

- 1. A desigualdade social era vivenciada também por membros do MF.
- 2. A comunhão dos bens praticada há cerca de 40 anos no MF, em nível pessoal, não era suficiente para resolver este problema.
- 3. Era necessário encontrar uma solução.

O MF respondeu transformando esta perturbação (sinais) em informação, dando início a um processo comunicativo. Pode-se verificar, assim, que a EdC surgiu mediante um processo de autopoiese no interior do MF, a partir de *inputs* recebidos do sistema econômico, mas não

apenas. Por exemplo, na relação com o sistema político, pode-se considerar a conjuntura política brasileira; com o sistema religioso, a Teologia da Libertação que, de um modo especial, na América Latina, desenvolveu uma forte sensibilidade de seus membros à questão social, na busca concreta de respostas para resolver a grave situação de pobreza e de exclusão. A conjuntura internacional pode ser identificada como um outro tipo de *input* recebido pelo MF, proveniente do sistema econômico, do sistema político e do sistema religioso simultaneamente. Já a experiência vivida em Einsiedeln pode ser identificada como comunicações próprias do MF (ver página 52).

Para demonstrar esta conclusão, será utilizado parte do conteúdo disposto no quadro elaborado e inserido no segundo capítulo (ver página 55), que apresenta um paralelo entre o discurso de fundação da EdC e seus principais elementos constitutivos.

Quadro 4: EdC - input - elementos pré-existentes (MF) - transformações autopoiéticas

Input	Elementos pré-existentes (MF)	Transformações autopoiéticas
 Desigualdade social (Input econômico) Centesimus Annus Livro Protagonisti d'oggi Teologia da Libertação (Input sistema religioso) Queda do comunismo Contexto político brasileiro (input político) 	 Prática da comunhão de bens em nível pessoal, por parte dos membros do MF Sintonia entre MF e Doutrina Social da Igreja católica Einsiedeln, 1961 As Mariápois permanentes Espiritualidade da unidade Obras sociais Sensibilidade dos membros do MF à questão social 	 Mudança substancial na forma de se atuar a comunhão dos bens: manter a comunhão que se dá em nível pessoal, mas, simultaneamente, passar a uma comunhão que se dá no plano coletivo, social, concretizada mediante a comunhão dos lucros produzidos por empresas Que as Mariápolis permanentes — inicialmente a Araceli e Santa Maria — seriam o espaço social no qual essas empresas surgiriam, isto é, as empresas se tornariam elementos constituintes das Mariápolis

A EdC, portanto, surgiu do próprio MF, transformando-o em suas estruturas, pois houve a passagem da comunhão de bens, realizada em nível pessoal, para o nível empresarial, e as Mariápolis permanentes passaram a conter, em seu projeto completo, os Polos Empresariais da EdC.

V.1.2 Como inovação a partir do sistema de interação

O surgimento da EdC pode ser observado também como resultado de uma inovação que teve início em um sistema de interação. Isso se justifica pelo fato de que, a partir do *input* recebido do sistema econômico, tenham surgido comunicações no nível do sistema de interações formado pela convivência e dialogo de um grupo mais restrito do Movimento dos Focolares – Chiara e os responsáveis pelo Movimento no Brasil – que trataram, justamente, da problemática social vivenciada naqueles dias. Vamos percorrer as etapas da formação da EdC mediante uma releitura do diário de viagem de 1991, escrito por Chiara Lubich, retomando alguns trechos já indicados no capítulo segundo, dada a importância que eles têm para a análise de acordo com a abordagem sistêmica. No dia 22 de maio, consta:

Em uma sala confortável, me encontrei com os cinco e as cinco responsáveis das regiões [brasileiras; I.C.]: um encontro alegre, festivo, familiar. Entre outras coisas, falamos deste milagre que é a cidade de São Paulo: em 1900 não passava de uma vila. Agora não é uma selva, mas uma floresta de arranha-céus. Quanto pode fazer o capital nas mãos de alguns e com a exploração de outros.

Mas por que – nos perguntamos – tanta potência não se orienta para solucionar os enormes problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão, domina o cálculo, o egoísmo; falta o ideal [a escolha de Deus; I.C.]. Que caricatura o mundo sem Jesus. (Lubich 1991a:17) [tradução nossa]

Neste trecho é possível verificar a perturbação emitida (*output*) pelo sistema econômico, isto é, a sinalização do problema, que exigia uma resposta. A resposta começou a ser buscada no sistema religioso, isto e no interior do MF (logo a partir de suas próprias comunicações): *falta o amor ao irmão*; *que caricatura o mundo sem Jesus*.

No dia 24 de maio, lê-se:

Li em um livro (*I protagonisti d'oggi*, de Bruno Secondin) [Os protagonistas de hoje; I.C], que certas realizações concretas dos novos movimentos [eclesiais; I.C.] manifestam um terceiro caminho para o qual tenderia a história depois do comunismo e do capitalismo: um caminho de comunhão na liberdade. Entre essas, também as nossas cidadezinhas seriam uma comprovação. (Lubich 1991a:20) [tradução nossa]

Este trecho indica o processo de reflexão que se deu após o *output* enviado pelo sistema econômico. Ainda dentro da interação, as comunicações foram continuadas, tendo sempre por base os elementos da espiritualidade da unidade e a experiência do MF. Houve uma primeira alusão à dimensão social das Mariápolis Permanentes do MF, ligada à questão da solução dos problemas econômicos: *também as nossas cidadezinhas seriam uma comprovação*.

No dia 25 de maio:

Nesta manhã, um encontro um pouco especial com os responsáveis regionais, sobre o qual falarei mais longamente, quando voltar a Rocca [Rocca di Papa – Itália; I.C.]. Falei com eles sobre algumas idéias que eu tive para o futuro desenvolvimento desta cidadezinha [...].Creio que [...] a sua vocação é também a de se apresentar ao mundo como uma cidade imbuída da doutrina social cristã do século XX, de acordo, portanto, com a *Centesimus Annus*, com as características típicas do nosso Ideal: a unidade e a comunhão. [...]. Uma Mariápolis assim, no Brasil, onde a desigualdade entre ricos e pobres constitui a chaga social por excelência, poderia ser um farol e uma esperança.

Uma cidade na qual sejam revividos os princípios que governavam a vida dos primeiros cristãos (amor recíproco, comunhão dos bens, nenhum necessitado), enriquecidos por todo o patrimônio da doutrina social fixado pela Igreja nesses últimos séculos. (Lubich 1991a:20) [tradução nossa]

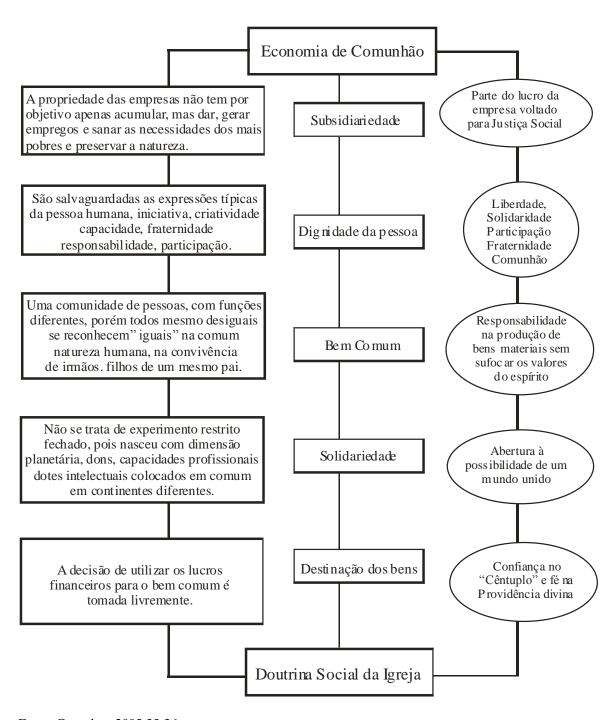
Também neste trecho se evidenciam a busca da solução por meio das comunicações características do MF: a espiritualidade da unidade, que contém em si a Doutrina Social da Igreja Católica.

Gonçalves (2005)³⁹ elaborou um esquema no qual sistematizou a inserção da EdC no discurso da Doutrina Social da Igreja Católica. Na coluna da esquerda foram colocadas características das empresas EdC; na coluna do meio, princípios da Doutrina Social da Igreja Católica e na coluna da direita, valores que norteiam o agir empresarial dos empresários da EdC.

_

³⁹ Em seu trabalho Gonçalves também estabelece um paralelo entre as características das empresas EdC, capitalistas e solidárias (Gonçalves 2005: 77); e entre os fundamentos da economia clássica e da EdC (Gonçalves 2005: 83).

Figura 6: Economia de Comunhão e Doutrina Social da Igreja Católica



Fonte: Gonçalves 2005:35-36

Recentemente, no mês de julho, o papa Bento XVI lançou a Carta Encíclica Caritas *in Veritate*, de cunho social. Nesta encíclica, o papa faz uma re-leitura das encíclicas sociais precedentes, de modo especial da *Populorum Progressio*, de Paulo VI, focalizando, entre outros temas, a questão da economia e do mercado. No número 46, Bento XVI, ao falar da

relação entre empresa e ética na atualidade, questiona se a distinção entre empresas que têm por finalidade o lucro e organizações que não buscam o lucro é capaz de dar conta da realidade econômica. Neste mesmo tópico, ele se refere a uma ampla área intermédia, que se coloca, portanto, entre essas duas tipologias, constituída por:

empresas tradicionais, mas que subscrevem pactos de ajuda aos países atrasados, por fundações que são expressão de empresas individuais, por grupos de empresas que se propõem objetivos de utilidade social, pelo mundo diversificado dos sujeitos da chamada economia civil e de comunhão. Não se trata apenas de um "terceiro setor", mas de uma ampla e nova realidade complexa, que envolve o privado e o público e que não exclui o lucro, mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais. (Bento XVI 2009:86)

A referência que Bento XVI faz ao mundo diversificado dos sujeitos da chamada economia civil e de comunhão, referindo-se a uma nova realidade complexa, que envolve o privado e o público e que não exclui o lucro, mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais, como uma tipologia intermédia entre empresas com fins lucrativos e empresas sem fins lucrativos, pode ser considerada um indício de que a EdC tenha sido inserida, de certa maneira, na Doutrina Social da Igreja Católica.

A partir de uma reflexão fundamentada na abordagem sistêmica, torna-se plausível, inclusive, assinalar uma possível interação sistêmica – o que exigiria uma reflexão mais aprofundada – entre a EdC (não apenas: basta pensar nas várias expressões da economia civil, também citada na encíclica) e a Doutrina Social da Igreja Católica. Isto porque pode-se presumir que, se a EdC, na sua origem, recebeu como *input* elementos da Doutrina Social da Igreja Católica, com esta encíclica, por meio de *outputs*, elementos da EdC podem ter sido absorvidos e reelaborados pela Doutrina Social da Igreja Católica⁴⁰. Esta possível relação foi percebida de um modo geral e manifestada em alguns artigos publicados na imprensa hodierna, como, por exemplo, por Fabrizio Summonte, jornalista da rede italiana TG5⁴¹:

Do ponto de vista sócio-econômico, a leitura da encíclica oferece algumas idéias de grande interesse: a de que não poderá haver paz no mundo enquanto as injustiças e a fome atingirem a maior parte da sua população; e a idéia de que o remédio está em uma economia de mercado que valorize a ética. É evidente, nesta parte, a contribuição de leigos e de movimentos engajados na vida da Igreja. De modo especial, foi acolhido o princípio da Economia de Comunhão, teorizado por Chiara

⁴⁰ Para um maior aprofundamento desta questão, indica-se a leitura da encíclica *Caritas in Veritate* (Bento XVI 2009).

⁴¹ Cita-se ainda dois outros artigos: um deles, publicado no American Magazine, escrito por Austen Ivereigh, intitulado "The hidden hand in "Caritas" of Focolare" (A mão escondida dos Focolares na "Caritas"). www.americamagazine.org/blog/entry.efm?blog_id=2&id=10760395-3048-741E9522355227676310 (acesso realizado em 11.08.2009); outro, publicado no The Wal Street Journal, intitulado: "Pope weighs in on finacial crisis": http://blogs.wsj.com/economics/2009/07/07/pope-weighs-in-on-financial-crisis/tab/print (acesso realizado em 12.08.2009).

Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares. Não é por acaso que um grande economista, como Stefano Zamagni⁴², tenha sido convidado para a apresentação da encíclica, no Vaticano. (Summonte:2009) [tradução nossa]

Lubich continua o seu diário referindo-se à idéia de que surgiriam empresas que colocariam os seus lucros em comum:

Os lucros das empresas, sob o impulso da carga ideal [espiritualidade da unidade; I.C.] seriam colocados livremente em comum, em favor de uma vida digna para todos os cidadãos e para o desenvolvimento harmônico das estruturas da cidadezinha e das próprias empresas. Isto comportaria a existência, na cidadezinha, da propriedade privada, da liberdade de iniciativa, do direito de associação (cooperativas, etc.). Tudo favorecido pela comunhão dos bens.

[...] Será que essas primeiras idéias são a resposta a uma nossa "oração potente", quando colocamos, como filhos de Deus, no coração do Eterno Pai a problemática do Brasil? Parece que Ele nos ensine o que nós devemos fazer em miniatura, para depois fazer com que seja conhecido em grande escala: "coepit facere et docere". (Lubich 1991a: 20-21) [tradução nossa]

As primeiras idéias sobre a EdC – que neste estágio ainda não existia como um projeto coletivo e nem possuía nome – surgiram e amadureceram em encontros pequenos, portanto, pode-se dizer, em um sistema de interações dentro do MF. A idéia foi se desenvolvendo durante reuniões posteriores, das quais participaram outras pessoas. No dia 26 de maio houve um encontro que reuniu cerca de 100 membros do Movimento dos Focolares, aos quais foram comunicadas «as nossas novas idéias» (Lubich 1991a:26) [tradução nossa]. A adesão foi imediata.

Vale ressaltar que foram comunicadas "as nossas novas idéias", isto é, no plural, não as "minhas novas idéias", indicando que essas idéias, ainda incipientes, fixaram-se enquanto comunicação dentro de um primeiro sistema de interações. Quando comunicadas a um grupo maior, elas transcenderam este primeiro grupo, fixando-se em um segundo grupo, mais amplo. Pode-se verificar que estava em formação um processo de inovação (ver páginas 85-86). No dia 29 de maio, em um encontro que reuniu cerca de 650 pessoas, a EdC foi lançada em um âmbito ainda mais amplo e abrangente, pois este discurso (ver página 55), além de ter sido aceito pelas pessoas presentes no ato de lançamento do projeto, foi logo transmitido a Roma e para o mundo, contando com a adesão do MF no seu conjunto.

⁴² Stefano Zamagni é economista, professor de economia política na Universidade de Bolonha e membro da Academia de Ciências de Nova York.

A inovação – EdC – surgiu no interior do MF, dentro de um sistema de interações, extrapolando-o, fixando-se primeiramente no sistema MF, comprovando a tese de Luhmann, segundo a qual é no nível da interação que acontece uma pré-seleção, uma primeira confirmação de que a inovação é possível (ver páginas 85-86).

V.1.3 Síntese primeira

A EdC surgiu no interior do MF, portanto, em relação a ele pode ser considerada um subsistema. Ora, um subsistema surge também da diferenciação interna de um dado sistema, tornando-se autônomo em suas comunicações, relacionando-se com o sistema de origem mediante *input/output*, segundo a diferença sistema/ambiente. Tal consideração complexifica a situação da EdC enquanto subsistema em relação ao MF, uma vez que a EdC surgiu e se mantém dentro do MF.

No entanto, há sistemas que se relacionam entre si de um modo peculiar, são interpenetrantes, isto é, a existência de cada um deles depende da existência do outro e ambos colocam a disposição, reciprocamente, a própria complexidade. O que significa colocar a própria complexidade à disposição do outro? Primeiramente é necessário retomar o conceito de complexidade, que exprime o número de relações possíveis de serem estabelecidas por um dado sistema. Quanto maior for este número, mais elevada será a complexidade do sistema. Ora, as relações sistêmicas se dão mediante a comunicação, logo, pode-se entender que quanto maior forem as possibilidades de comunicação, mais elevada será a complexidade do sistema. Disso decorre que colocar a própria complexidade à disposição de um outro sistema, significa colocar à disposição dele as próprias comunicações.

No caso da EdC em relação ao MF, pode-se deduzir que a EdC, tendo à sua disposição comunicações que se dão no MF, dispõe de comunicações que comunicam sobre o religioso, segundo a espiritualidade da unidade. Mantém-se, portanto, como sistema que se utiliza das mesmas comunicações utilizadas pelo MF, mas não apenas, pois este trabalho conclui que a EdC é um sistema que possui uma dupla pertença: de um lado, é um subsistema do MF, como dito acima; de outro lado, é um subsistema do sistema econômico, portanto comunica também sobre o econômico, uma vez que a EdC é formada por empresas que atuam no mercado, que produzem lucros a fim de serem partilhados. A EdC, portanto, comunica sobre religião e economia simultaneamente. Cabe entender como se dá este processo.

V.2 Perspectiva segunda: a delimitação

A pergunta central desta dissertação é se a EdC pode ser considerada um meio de a religião – especificamente – a cristã católica atuar em âmbitos não religiosos em uma sociedade diferenciada, na qual a religião perdera a sua força hegemônica para orientar a organização social no seu conjunto.

Anteriormente, ao tratar-se do surgimento da EdC, verificou-se que ela emergiu no interior do MF, comunicando tanto sobre o religioso quanto sobre o econômico. Esta interseção é o ponto central que confirma a hipótese levantada por este trabalho, isto é, que a religião, diante do seu afastamento do centro de decisões e de determinação da ordem na sociedade, reagiu, encontrando novos caminhos para permanecer atuante da esfera civil e púbica. Uma dessas formas de reação é a própria EdC, que reage como prestação, como serviço, mediante o qual a religião se dispõe a resolver um problema que tem sua origem em um dado sistema – não religioso – que, porém, não o resolve por si mesmo. Logo a EdC pode ser considerada um meio de a religião católica atuar em âmbitos não religiosos.

Para comprovar a validade desta confirmação, é necessário demonstrar como a EdC comunica sobre o religioso no interior do sistema econômico. Um dos caminhos possíveis para se alcançar este objetivo é observar a EdC no que diz respeito à sua delimitação. Um sistema (como também um sistema parcial ou subsistema) é demarcado a partir da diferença sistema/ambiente, mas também por meio de suas estruturas, que definem quais comunicações constituem o sistema, conferindo-lhe identidade. «As estruturas são condições que delimitam o âmbito de relações das operações de um sistema [...] indicam, portanto, a seleção das relações entre elementos que são admitidas em um sistema» (Corsi et al 1996:73) [tradução nossa].

Como referido anteriormente, a EdC e o MF se relacionam como sistemas interpenetrantes, isto é, a EdC tem à sua disposição as comunicações estabelecidas no interior do MF. Qual é a estrutura que delimita as comunicações no interior do MF? O MF é um sistema altamente complexo. Portanto, a fim de reduzir a sua complexidade, decidiu-se considerar como estrutura central do MF, a sua espiritualidade. A fim de justificar tal escolha vai-se recorrer ao conceito de carisma.

Ora, carisma, na acepção católica do termo, significa «graças do Espírito Santo que direta, ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, ordenados que são à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo» (Compêndio do Catecismo da Igreja Católica

1993:198). Por exemplo, dons recebidos por fundadores de ordens e movimentos religiosos que desenvolveram e levaram ao amadurecimento a mensagem evangélica (Bruni; Smerilli 2009:21-22). É o que especifica Ribeiro:

A teologia católica afirma que o termo carisma indica um dom que a divindade faz a uma dada pessoa de compreender a mensagem do Evangelho a partir de uma determinada perspectiva, ou seja, dando um enforque particular a algum aspecto da mesma, ainda não colocado totalmente em evidência na doutrina e na prática da Igreja. (Ribeiro 2003:15)

O carisma do Movimento dos Focolares é expresso por sua espiritualidade, que se apresenta como estrutura que demarca as fronteiras do sistema MF. No caso em questão, o MF comunica sobre o religioso de acordo com a sua espiritualidade, de um modo próprio, diferente da comunicação sobre o religioso feita por outros sistemas religiosos. Por exemplo, o *medium* designado para o sistema familiar é o amor. Logo, segundo a lógica sistêmica, Febbrajo afirma que «a família não pode mais ser vista como o lugar no qual o *medium* amor é encerrado, praticado, tutelado, mas como o lugar no qual se ama o que não pode ser amado em outro lugar» (Febbrajo in Luhmann 1990:46) [tradução nossa].

O *medium* identificado por Luhmann para a religião é a fé; cabe aqui ratificar que a fé se explica a si mesma, portanto, torna-se vivível mediante a dogmática⁴³, mas também mediante os carismas que contêm em si tanto a doutrina quanto a fé. Ora, disso se deduz que a religião, no caso a Igreja e, consequentemente, um movimento eclesial, não é apenas o espaço no qual se guarda e se desenvolve a fé, mas o espaço no qual a fé pode ser guardada e desenvolvida de um modo que não pode ser guardada e desenvolvida em um outro lugar. Assim estabelece-se o sistema.

Desse modo, O MF se apresenta como um sistema que tem como *medium* (cuja origem está na fé, portanto na dogmática católica) a espiritualidade da unidade, fundamentalmente formada pelos pontos da espiritualidade e os aspectos. Ou seja, o MF é o espaço no qual a crença católica é vivida de um modo que não é vivida em outros espaços.

Dentro da espiritualidade do MF – também esta complexa – o seu primeiro ponto (Deus Amor; ver página 34) e o primeiro dos sete aspectos (o amor é comunhão – o vermelho; ver

fé» (Eicher 1993:200)

_

⁴³ Ao referir-se à dogmática, Luhmann afirma que: «na tradição ocidental, é [a dogmática; I.C.] antes de tudo teologia (só mais tarde, secundariamente, é doutrina da fé, eclesiologia, etc.)» (Luhmann 1991:118). O dicionário de conceitos fundamentais de teologia refere-se à dogmática como«ciência da revelação» de Deus na História da salvação [...]; ou ainda como «ciência da fé» e como «função da Igreja, sendo a auto-reflexão e a autoconscientização da Igreja quanto à pretensão de verdade e validez de sua doutrina de fé (sic) de sua práxis de

página 38), dão sustentação à análise que segue. O conteúdo semântico central desses dois elementos da espiritualidade da unidade é o amor. Cabe, porém, definir o tipo deste amor, isto é, qual o conteúdo de significado que este termo contém em si enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado. Fundamentando-se na pesquisa realizada, conclui-se que ágape é o termo que exprime o valor semântico do amor como MCSG que delimita as comunicações que se estabelecem no MF, disponibilizado como MCSG a fim de delimitar as comunicações que se estabelecem na EdC. Antes de demonstrar este pressuposto, é necessário apresentar o conteúdo semântico da palavra ágape, como é compreendida por esta dissertação.

V.2.1 O amor-ágape

O termo ágape foi incorporado do grego ao cristianismo pelos apóstolos João e Paulo para indicar um modo de se conceber a vida (Foresi 2000:570).

O amor-ágape, segundo a concepção cristã, não é somente uma postura exterior nem apenas uma atitude moral, mas é a realidade que investe e encerra o homem na sua totalidade, pela qual Paulo pode ainda dizer: «Se não tivesse a caridade, nada seria» (cf 1 Cor 13,2). (Foresi 2004:570) [tradução nossa]

O ágape indica um modo de ser e de agir, logo, motiva as ações dos homens, porque motiva suas comunicações. Neste sentido, ágape é sempre uma escolha, um ato de vontade livre, (Araújo 2009:246), não apenas um sentimento, mas uma decisão que se dá sempre que se apresenta uma comunicação que exige uma seleção, uma resposta. Assim sendo, o ágape pode cumprir a função de MCSG.

Mas qual é o conteúdo semântico de ágape? O amor a Deus, o amor ao próximo e, sobretudo – aqui está a novidade – um amor que é recíproco: «Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei» (Jo 15,12-13). Ágape é um amor tipicamente cristão, contém, *eros* e *philia*, mas os transcende, porque inclui em si a gratuidade. O ágape é um amor ativo, que leva a pessoa a projetar-se para fora de si mesma, na direção dos outros (Foresi 2004:569) que provoca, podese dizer, um agir agápico. Afirma Cataldi:

O agir agápico apresenta características emergentes que ao mesmo tempo admitem e transcendem o amor compreendido como philia e eros, alargando a própria esfera de ação à concretude, à gratuidade, à criatividade e à reciprocidade típicas do ágape evangélico. (Cataldi 2009:243-244) [tradução nossa]

Disso decorrem algumas breves considerações.

Primeira consideração. Ágape contém o amor ao próximo como expressão do amor a Deus. Está escrito no Novo Testamento que não se pode dizer que se ama a Deus, a quem não se vê, se não se ama o próximo, a quem se vê (cf. 1 Jo 4,19-21). Neste sentido, dentro da lógica sistêmica, o amor ao próximo determina o indeterminado, isto é, traz para a esfera do imanente a realidade que se vive na esfera do transcendente, ou seja, o amor a Deus. Por outro lado, sem o amor a Deus o amor ao próximo poderia se degenerar em «uma simples filantropia, em um sentimento egoísta de posse ou em um puro afeto sem conteúdo espiritual» (Foresi 2004:570) [tradução nossa].

Assim sendo, o amor-ágape exige a pureza do amor. O sociólogo russo Sorokim, ao verificar o amor como categoria social, refere-se à pureza do amor como uma sua dimensão que

varia entre o amor que encontra a sua própria razão unicamente no amor – sem a mancha de uma "motivação contaminadora" de utilidade, prazer, vantagens ou ganho – e o "amor contaminado", quando o amor não passa de um meio para alcançar um fim utilitarista ou hedonista ou outro qualquer, e é apenas um pequeno afluente que se perde em uma corrente limosa de aspirações e objetivos esgoístas. (Sorokin 2005:59) [tradução nossa]

O amor, na sua acepção geral, pode, também, variar em intensidade, indo do ponto zero ao ponto máximo possível. Pode, inclusive, alcançar um grau negativo, transformando-se desse modo, em ódio (Sorokim 2005:57). É importante ressaltar a consideração feita por Sorokim, de que a intensidade do amor não se concretiza segundo uma escala linear, ascendente ou decrescente, mas varia de um polo a outro, de acordo com a posição assumida pelos atores sociais em um determinado momento ou período.

Há ainda uma terceira dimensão do amor indicada por Sorokim, que vale a pena ser destacada: é a sua extensão, que também pode ser, de uma certa forma, medida. A extensão do amor varia entre o ponto zero – amor exclusivo a si mesmo – e o amor universal, por toda a humanidade, por todas as criaturas e por todo o universo (ibidem:58). Neste sentido, ágape se apresenta como intensidade, pureza e extensão máximas do amor.

Segunda consideração. O ágape se concretiza no amor ao próximo e reclama a reciprocidade. Mas quem é o próximo? No Antigo testamento, logo, antes de Jesus, o próximo era aquele que pertencia à mesma estirpe ou que havia sido admitido na comunidade judaica, portanto implicava um vínculo de sangue ou de adoção jurídica. Com o cristianismo e a introdução do amor-ágape, o próximo passa a ser toda e qualquer pessoa com quem se estabelece uma relação durante a vida, territorialmente próximas ou não, tenham ou não a

mesma fé religiosa, as mesmas idéias morais ou os mesmos objetivos políticos. Também os inimigos são considerados próximos (Foresi 2004:576).

Na espiritualidade da unidade o amor ao próximo ocupa um lugar central, justamente pelo fato de ser uma espiritualidade coletiva, segundo a qual se caminha para Deus junto e por meio do irmão, além de possuir – o amor – a característica de ser universal. No entanto, o universal se concretiza no local, na vida cotidiana. Diz Lubich:

Amar a todos. E para realizar isso, amar o próximo. Mas, quem é o próximo? Nós o sabemos: não devemos procurá-lo distante. O próximo é o irmão que passa ao nosso lado no momento presente da vida.

É necessário (...) amar este próximo agora. Portanto, não é um amor platônico, não é um amor ideal, é um amor concreto. Precisa amar não de forma abstrata e futura, mas de modo concreto e presente, agora. (Lubich apud Araújo 2009:250) [tradução nossa]

Deste trecho de Lubich é possível extrair uma outra característica do ágape: é um amor que se realiza no serviço concreto, dirigido a pessoas concretas, que toma forma no momento presente (Araújo 2009:250).

Terceira consideração. Jesus crucificado e abandonado: modelo do amor-ágape.

O modelo do amor que alcança o grau máximo de pureza, de intensidade e de extensão é Jesus crucificado e abandonado: «Amai-vos uns aos outros como eu vos amei» (Jo 15, 12-13). E o amor, em Jesus, alcançou o ápice na cruz, na capacidade de dar a vida, este é o "como". Jesus abandonado é, na espiritualidade da unidade, a chave para se alcançar a união com Deus e com os irmãos. Diz Lubich:

Jesus disse "este é o meu preceito: amai-vos uns aos outros"; mas não deixou este amor sem um modelo, porque acrescentou: "como eu vos amei". E não deixou sem explicação, quando acrescentou ainda: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos". Sim, Jesus crucificado e abandonado é o modo de amar os irmãos. (Lubich 1985:114)

Em seu abandono, Jesus apresenta a medida do amor. Dar a vida no pensamento de Lubich, não é apenas dar a vida física, por amor, como fizeram os mártires antigos e contemporâneos, mas ela indica que, para amar com a medida máxima do amor-ágape em todas as suas dimensões, é necessário "fazer-se um".

Fazer-se um, diz Araújo (2009:248), é um comportamento típico do ágape. Explica Lubich:

O verdadeiro comportamento que interpreta a palavra "amor", "amar", é o fazer-se um, ir ao encontro do irmão, das suas necessidades, assumir em si as suas preocupações,como também os seus sofrimentos. Então terá significado dar de comer, de beber, oferecer um conselho, uma ajuda. (Lubich apud Araújo 2009:248) [tradução nossa]

Porém, no cristianismo e, portanto, também na espiritualidade da unidade, o amor a Jesus abandonado não significa viver no sofrimento, mas, por amor, superar o sofrimento, transformando cada "encontro" com a dor, com o limite, com o conflito em possibilidade de amar, que traz, como resultado, a plenitude da alegria. Neste sentido, Jesus abandonado pode ser entendido como o super amor (Araújo 2009:248). Diz ainda Lubich: «Efetivamente, a alegria que Deus quer de nós é uma alegria especial; é a alegria de Jesus Ressuscitado, que floresce na dor, irrompe da renúncia, acompanha o amor» (Lubich 1985:103).

A questão do sofrimento e de como a espiritualidade da unidade o compreende e procura vivê-lo na relação com Jesus abandonado-ressuscitado é demasiadamente complexa. Para um aprofundamento acerca deste tema, indica-se a leitura de: Lubich, Chiara. 1985. *A unidade e Jesus abandonado*. São Paulo: Cidade Nova. A esta dissertação é importante destacar este elemento, uma vez que este confere sentido semântico ao amor, ao amor-ágape, entendido como amor gratuito que tem por medida a não medida, isto é, a capacidade de amar até o ponto de dar a vida⁴⁴.

Quarta consideração. O amor recíproco revela, para os cristãos, a realidade íntima de Deus: ser Trindade (Foresi 2004:577), o que configura uma relação de amor entre Pai, Filho e Espírito Santo. A Trindade apresenta-se, desse modo, como raiz, espaço e modelo da sociabilidade:

O amor supõe uma dinâmica intersubjetiva, feita de relações: um eu que se dá e um tu que recebe. Assim, embora reconhecendo que "Deus é um só" (Dt 6,4; 1 Cor 8, 4-6; Rm 3,30), a própria lógica do amor também exige que, na vida intradivina, haja pluralidade, alteridade, comunicação, reciprocidade, não apenas dom de si, mas também dom em si, como indicam a escritura bíblica e a fé da Igreja. (Cambón 2000:15)

A relação trinitária torna-se fundamento e modelo da relação entre os seres humanos. Na Trindade é a relação que constitui as pessoas divinas. O Pai é pai enquanto gera o Filho. O Filho é filho enquanto gerado pelo Pai. O Espírito Santo é Espírito Santo enquanto relação de amor entre Pai e Filho.

_

⁴⁴ Para aprofundar a relação da EdC com o sofrimento, com os limites e com a superação dos conflitos, indica-se a leitura de Bruni, Luigino. 2007. *La ferita dell'altro. Economia e relazione umane*. Trento:Il Margine.

Por ser mútuo, este amor exige uma relação, pelo menos, entre duas pessoas. Quando esta *mutualidade* envolve um número grande de pessoas, aumenta o número das relações possíveis de serem estabelecidas de acordo com esta lógica, abrindo-se, de certa forma ao infinito.

Esta questão evidencia o fato de as relações sociais serem compreendidas em conformidade com a relação que se dá na dinâmica trinitária. Lubich afirma a este respeito:

No Movimento, tínhamos entendido desde os primeiros tempos que a fidelidade ao amor recíproco, vivido segundo o modelo de Jesus crucificado e abandonado (eis aí o como!), terminaria na unidade segundo a vida da Santíssima Trindade. [...] O dinamismo da vida intratrinitária é o dom de si mútuo e incondicional, é a total e eterna comunhão ("tudo o que é meu é teu e tudo o que é teu é meu" [Jo 17,10]) entre Pai e Filho no Espírito. (Lubich 2004:46-47)

Araújo, no seu estudo sobre o agir agápico na espiritualidade da unidade, afirma que a dimensão do ágape trinitário no pensamento de Lubich não é um modelo abstrato, mas pode ser concretizado na vida social (Araujo 2009:247). É o que ratifica Hermmerle – filósofo e teólogo alemão que se dedicou ao estudo do pensamento de Lubich – «o modelo trinitário faz com que cada um, a seu modo, seja origem da sociedade e que, todavia, a sociedade seja algo que vai além da soma dos indivíduos» (Hemmerle apud Araújo 2009:247) [tradução nossa]. O modelo trinitário compreende em si a unidade e a multiplicidade, é um *uno-múltiplo*.

V.2.2 Síntese segunda

Um sistema, como também um subsistema, pode ter suas fronteiras delimitadas seja pela diferença sistema/ambiente, seja pelo tipo de comunicações que se dão no seu interior, a sua estrutura.

Da breve reflexão elaborada sobre o amor-ágape no cristianismo e na espiritualidade da unidade, é possível considerar que esta categoria pode ser compreendida como MCSG, uma vez que confere valor semântico ao amor. Desse modo, o amor-ágape passa a funcionar enquanto estrutura, isto é, dá sentido às seleções que se dão no processo comunicativo, orientando as escolhas e as respostas dos envolvidos na comunicação a partir, justamente, do seu conteúdo semântico.

Em um breve ensaio sobre o *homo agapicus*, Colassanto e Iorio referem-se a Luhmann, ao tratar do amor como código comunicativo, em consonância com a proposta lançada por esta dissertação. Dizem os autores, sempre em referência a Luhmann:

A convergência comunicativa é por definição problemática, existindo contingência no modo com o qual uma mensagem emitida por *Ego* poderá ser recebida por *Alter*. Diante do excedente de significados atribuíveis a esta comunicação, o que garante a convergência semântica? É a este ponto que Luhmann introduz o conceito de código ou *medium* simbólico, cuja função é aumentar a disposição dos falantes a aceitar o que é comunicado, restringindo seletivamente o excedente de possíveis alternativas. Entre esses códigos está o amor, em razão do qual a probabilidade de que uma mensagem enviada por *Ego* (como pedidos, oração, oferta, silêncio...) seja aceita por *Alter* será mais alta do que a probabilidade de que venha a ser rejeitada. O amor atua convencendo *Alter* da bondade da mensagem de *Ego*. (Colassanto; Iorio 2009:257) [tradução nossa]

No entanto, o *medium* amor, para Luhmann é específico do sistema familiar e das relações íntimas. Esta dissertação propõe a introdução do amor como *medium* nas relações (comunicações) que se dão no sistema religioso, no caso, no MF e, a partir deste, por meio da EdC, no econômico. Logo, a EdC introduz na economia o *medium* ágape.

V.3 Perspectiva terceira: o desempenho

Por desempenho entende-se o modo com o qual a EdC exerce o seu papel como prestação do sistema MF (religioso) ao sistema econômico. Prestação refere-se à atuação da religião no que diz respeito a outros sistemas, quando esses outros se apresentam incapazes de resolver problemas gerados no próprio interior. «Exemplos desses problemas são a pobreza econômica, a opressão política ou as desavenças em família. Através do desempenho [termo utilizado pelo autor como sinônimo de prestação; I.C.], a religião estabelece a sua importância para os aspectos "profanos da vida"» (Beyer 1999:401).

A EdC cumpre o papel de prestar um serviço ao sistema econômico na busca de solucionar problemas gerados por este último, não resolvidos por ele mesmo, mais especificamente colaborar com a erradicação da pobreza por meio da produção e partilha dos bens (riqueza, lucros). Por ser um sistema parcial do MF, esta prestação se dá mediante comunicações do tipo religioso introduzidas no sistema econômico, uma vez que a EdC utiliza-se das mesmas comunicações estabelecidas no MF, mediante uma relação de interpenetração. No entanto, as comunicações religiosas, ao serem introduzidas na EdC, são transformadas em comunicações econômicas, pois a EdC é uma concretização de cunho econômico. Isto é, não promove cultos ou ritos ou qualquer outra expressão de tipo religioso, mas empresas subordinadas às regras do mercado, porém, tendo suas comunicações de cunho econômico selecionadas também a partir do *medium* ágape.

Destacam-se, neste sentido, dois resultados: a introdução dos aspectos da vida concreta da Obra de Maria como método de gestão e agir econômico e o emergir de categorias próprias da EdC que modificam o modo de se fazer economia dentro de suas fronteiras, influenciando o seu ambiente interno, a economia enquanto sistema global, que contém a EdC, com quem se relaciona mediante *input/output*.

V.3.1 Os aspectos da vida concreta da Obra de Maria como método de gestão e agir econômico

Os aspectos (ver página 37) podem ser compreendidos como estrutura da EdC, no sentido de determinar as comunicações que se dão no seu interior. Cada um deles expressa um modo como o *medium* amor deve ser comunicado e que tipo de resposta deve ser dada. Portanto, podem ser considerados *mediums* derivados do *medium* amor, que introduzido no sistema econômico adquire um valor semântico específico, capaz de motivar as seleções. Nesse sentido, os aspectos, ao serem introduzidos como comunicação no sistema econômico (EdC), sofrem uma sutil, mas determinante modificação, pois deixam de ser uma comunicação do tipo religioso puro e passam a comunicar sobre o econômico no sistema econômico. Isto é, na EdC considerada como subsistema do sistema econômico. É desse modo que eles estão na base das *Linhas para gestão de uma empresa EdC*, como também na base dos modelos de gestão de algumas empresas EdC. Neste trabalho são apresentados dois modelos: o da FEMAQ e o da ESPRI.

A passagem de um aspecto da vida da Obra de Maria para uma norma de gestão – que se fixa como MCSG, uma vez que são valores que demarcam as seleções, portanto as respostas dadas em cada processo comunicativo, o que determina em última instância a ação, é mediada por um processo de transposição anterior: da espiritualidade do MF aos mundos de Humanidade Nova (ver página 24) tratar da diferença entre Humanidade Nova (HN) e Economia de Comunhão não faz parte do objetivo deste trabalho. No entanto faz-se a seguinte reflexão que, mais do que fechar a questão, pretende abri-la, provocando a possibilidade de análises posteriores. À luz da Teoria dos Sistemas Sociais, HN também pode ser considerado um meio de a religião, no caso por meio do MF, atuar em sistemas não religiosos. Isso se daria mediante comunicações inseridas nos vários campos da atividade humana, portanto nos vários sistemas, pelos membros do Movimento HN, na qualidade de pessoas (o indivíduo no

exercício do seu papel social)⁴⁵ sem formar, obrigatoriamente, subsistemas, mas sistemas de interações.

A fim de demonstrar os aspectos como estruturas da EdC, desdobrando-se em valores, como expressão do amor, será apresentado, a seguir, um quadro que estabelece um paralelo entre os aspectos na espiritualidade (AP), nos mundos de Humanidade Nova (HN), como se apresentam nas *Linhas para gestão de uma empresa EdC* (LG) e nos modelos FEMAQ (FQ) e ESPRI (EP) – que foram apresentados no capítulo segundo, procurando extrair de cada uma dessas elaborações o significado central.

Quadro 5: paralelo entre os aspectos na espiritualidade, nos mundos de Humanidade Nova, como se apresentam nas linhas para gestão de uma empresa EdC e nos modelos FEAMAQ e ESPRI

AP (espiritualidade)	Mundos de HN	LG	FQ	EP
Comunhão dos bens, economia e trabalho	Economia e trabalho	 A missão empresarial tem a <i>comunhão</i> como valor fundamental da própria organização. Partilha do lucro. 	 Garantir a missão da empresa. Manter a empresa lucrativa e financeiramente com índices positivos Partilha do lucro. 	Buscar indicadores financeiros positivos para a sobrevivência
Testemunho e irradiação	Relacionamento entre os povos, etnias e culturas	Relação com os clientes, com os fornecedores, financiadores; a sociedade civil e os sujeitos externos.	 Relacionamento com a comunidade. Integração com a sociedade e com o governo. Formar opinião. 	 Compartilhar os resultados obtidos com outras empresas e associações de classe. Workshop – forma de envolver jovens talentos nas ações de EdC. Visitas ao Polo Spartaco (cerca de 500 ao ano)
Espiritualidade e vida de oração	Ética sócial, justiça e direito	 Ética. Atuar de acordo com as normas fiscais e legais, e empenhar-se para que sejam modificadas/ou melhoradas as leis que prejudiquem o bem comum. Promover o crescimento interior das pessoas que atuam na empresa. 	 Identidade da empresa, visão, valores, missão. Comunicar-se com todos revelando uma administração transparente. 	 Garantir a missão, os valores, o aspecto transcendental, preservar o bem- estar das equipes. Comunhão crescente entre os empresários e funcionários. Fidelidade ao projeto.

⁴⁵ Ver Luhmann 1990:487

AP (espiritualidade)	Mundos de HN	LG	FQ	EP
Natureza e vida física	Saúde da pessoa e do ambiente	 Qualidade de vida e da produção. Bem- estar de cada membro da empresa, que é concebida como comunidade. Os conflitos são resolvidos com o diálogo e participação. 	Meio-ambiente e saúde. Manter um relacionamento saudável com o meio-ambiente. Produzir garantindo a harmonia interna do ambiente de trabalho, promovendo confiança e respeito entre a equipe.	Realizar os negócios mantendo os compromissos da qualidade, do meio-ambiente e do social.
Harmonia e ambiente	Harmonia social e arte	Harmonia no ambiente de trabalho. Adotar sistemas de gestão e estruturas organizacionais adequadas para promover, seja o trabalho em grupo, seja o crescimento individual.	 Harmonia interna do ambiente de trabalho. Confiança e respeito entre a equipe. Sistemas de gerências e estruturas capazes de promover a eficiência no trabalho em grupo e o crescimento individual. 	 Harmonia no ambiente de trabalho, confiança, trabalho em equipe, ética e cooperação. Associação dos funcionários do Polo. Uso de recursos comuns pelas empresas do Polo. Manutenção das instalações do Polo.
Sabedoria e estudo	Educação e cultura	 Formação profissional e instrução, em favor do crescimento individual e da própria empresa. Dentro das possibilidades, promover a formação para a cultura de comunhão. 	 Desenvolvimento contínuo, produção, engenharia. Estudos. Promover a formação da equipe e incentivar a pesquisa. 	Buscar a melhoria contínua da competência para a ESPRI e empresas do Polo. Balanço da missão. Estudar o "modelo EdC" de administração à luz do círculo das cores. Intercâmbio com acadêmicos.
Unidade e meios de comunicação	Comunicação social	• Instaurar redes de comunicação que garantam a participação de todos na vida da empresa. No âmbito externo, instaurar esta rede de comunicação entre as empresas do projeto e com pessoas interessadas, a fim de manter vivo, entre todos os agentes envolvidos, um espírito de apoio recíproco e de solidariedade.	 Comunicação. Intercâmbio de experiências Externa: vendas, compras, etc. Interna: equipes, etc. 	Comunicação entre as empresas do Polo, coligadas e outros Polos; e com fornecedores. Relatório anual das atividades; registro da história da EdC. Espri notícias – ferramenta de integração com os acionistas, empresários, visitantes, funcionários, outros Polos, coligadas.

V.3.2 Categorias próprias da EdC e o amor-ágape

O amor-ágape, compreendido como MCSG orienta as escolhas dos agentes envolvidos nas comunicações, uma vez que atribui sentido, portanto, motivação às respostas. A dinâmica comunicativa constrói a realidade a partir do momento em que as comunicações se expressam mediante a ação, carregadas de valor semântico, isto é do conteúdo das próprias comunicações.

Assim sendo, o conteúdo comunicativo de ágape, utilizado na EdC, forja um modo de ser e de agir específico deste sistema. Ou seja, na EdC se comunica sobre economia de um modo típico, próprio. Isso pode ser verificado tanto na aplicação dos aspectos – como demonstrado anteriormente – quanto na formulação e aplicação de seus princípios fundamentais. Segue um breve paralelo entre o amor-ágape e os princípios fundamentais da EdC levantados por Bruni, apresentados no segundo capítulo desta dissertação, como modo de demonstrar este pressuposto.

O amor-ágape reclama a **reciprocidade**. As relações que se dão no âmbito da EdC contêm a reciprocidade-contrato, a reciprocidade genuína e a **reciprocidade-comunhão** (ver página 64). Enquanto os dois primeiros tipos de reciprocidade podem ter motivações outras, a reciprocidade-comunhão tem por motivação o amor-ágape. O amor-ágape, de fato, motiva uma resposta desinteressada, isto é, dar sem esperar receber em troca, portanto contém a **gratuidade**. No entanto **não é simples filantropia**; as empresas assumem como próprias as dificuldades de quem se encontra em necessidade (segundo o princípio do fazer-se um agápico). Ademais, as pessoas ajudadas não são assistidas, mas incluídas no circuito da comunhão, seja porque partilham – oferecem – a própria dificuldade, seja porque, mediante o princípio da reciprocidade, respondem ao amor recebido com o amor, mesmo se não diretamente à empresa da qual recebem a ajuda (reciprocidade de comunhão).

O amor-ágape produz uma **racionalidade de comunhão**, que está na base da **cooperação**. A cooperação pressupõe um amor incondicional, isto é: coopera-se mesmo se o retorno possui uma equivalência não mensurável financeiramente, além de poder resultar desproporcional ao valor do conteúdo da própria cooperação. Portanto, o amor-ágape introduz na economia uma lógica que vai além da troca de equivalentes, é **gratuito**.

O amor-ágape possui uma força que impulsiona para fora de si mesmo, em direção ao outro. Na EdC, as empresas funcionam abertas ao outro, uma vez que a produção de riqueza, o lucro, não é um fim em si mesmo, bem como a propriedade privada, mas um instrumento para

se alcançar um determinado fim: a comunhão concretizada em todas as dimensões da empresa, no seu interior e no seu entorno.

V.3.3 Síntese terceira

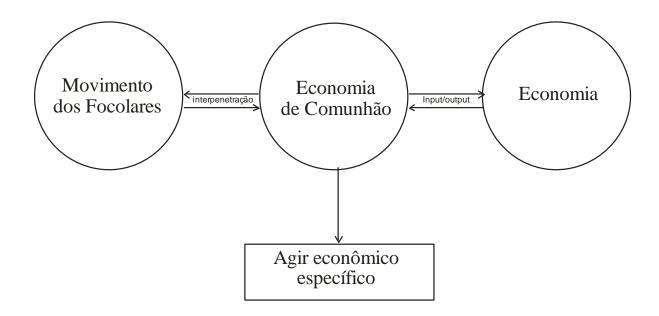
Analisando-se a conexão de significado existente entre os aspectos na espiritualidade, as *Linhas para gestão de uma empresa EdC* e os modelos aplicativos da FEMAQ e da ESPRI; e tendo estabelecido um paralelo entre o amor-ágape – considerado um MCSG – e os princípios fundamentais da EdC, julga-se possível traçar um percurso de como a EdC pode ser um meio de a religião cristã católica influir em âmbitos não católicos, logo nos demais sistemas da sociedade.

No caso em questão, pode-se inferir uma reação em cadeia: o MF – na qualidade de Movimento eclesial, portanto religioso, tem suas comunicações orientadas por seu carisma, expresso por uma espiritualidade específica. Da relação entre o MF e a economia (preponderantemente) e entre o MF e outros sistemas surgiu a EdC.

Pelo fato de ser interpenetrante com o MF, a EdC utiliza-se do valor semântico das comunicações estabelecidas no MF como informação, transformando-as em novas comunicações. Sendo simultaneamente um sistema parcial da economia, essas novas comunicações comunicam sobre o econômico. Assim sendo, a EdC, utilizando-se de seus próprios elementos, constrói a si mesma dando origem a um tipo de agir econômico demarcado por comunicações que contêm em si o mesmo valor semântico que se encontra nas comunicações que demarcam o MF – expressas em termos coerentes com o sistema econômico – e comunicações que possuem o valor semântico de comunicações típicas do sistema econômico, agregando a algumas dessas comunicações novo significado.

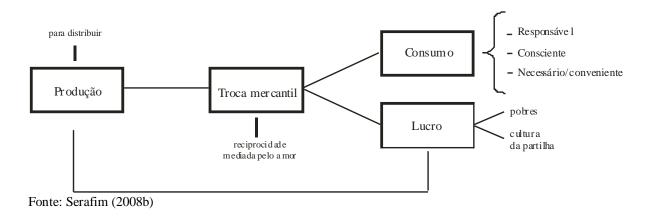
É o que procura ilustrar a figura a seguir:

Figura 7: relação Economia de Comunhão – Movimento dos Focolares – Economia e agir econômico específico



Neste sentido o agir econômico que expressa as comunicações que se dão na EdC não se opõe ao sistema econômico vigente, mas procura transformá-lo a partir de dentro, justamente por meio de *inputs/outputs*. Maurício Custódio Serafim elaborou um esquema que indica que tipo de transformações a EdC procura estabelecer nas relações de mercado, indicando que tipo de comunicações este projeto introduz nas relações econômicas.

Figura 8: Economia de Comunhão e relações de mercado



Serafim coloca em destaque que a EdC modifica o valor semântico das relações gerais que se dão no mercado, ao introduzir a reciprocidade mediada pelo amor nas trocas mercantis; ao propor um consumo que supera a satisfação pessoal e egoísta da pessoa, sendo praticado de forma responsável, consciente e conveniente; e ao conferir ao lucro um novo significado, como diz Burkart: «os lucros, tradicionalmente considerados como legítima propriedade dos empresários ou dos acionistas, se tornam, livremente, recursos para processos bem definidos: ajuda imediata aos pobres, saneamento do tecido social a longo prazo (por meio da formação à cultura do dar) e para reinvestimento na empresa» (Burkart 1999:677).

Esta linha de pensamento perpassou toda a apresentação da EdC, não tanto com o intuito de se fazer um estudo sobre a EdC e o mercado, mas para ressaltar que a EdC comunica no sistema econômico sobre o econômico, introduzindo nele comunicações típicas do sistema religioso. Ela o faz ao conferir às relações que se dão no sistema econômico MCSG que têm o mesmo valor semântico, portanto orienta as repostas que devem ser dadas a comunicações de cunho econômico, dos MCSG que cumprem o mesmo papel nas comunicações que se dão no sistema religioso, no caso aqui tratado, no MF.

VI Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo compreender a EdC na sua identidade, de acordo com a dinâmica sistêmica, isto é, como um sistema parcial na sua relação, seja com o sistema econômico, seja com o sistema religioso, considerando duas perspectivas: a EdC enquanto expressão religiosa e enquanto concretização civil. Alargando o olhar, esta dissertação colocou a EdC no âmbito da função da religião na contemporaneidade, isto é, como possível meio de a religião, no caso a cristã católica, influir em âmbitos não religiosos, uma vez que, em virtude da diferenciação da sociedade em sistemas funcionais relativamente autônomos, não há mais uma prática religiosa hegemônica, portanto, como fonte única de parâmetros que orientam a ação e a organização social no seu conjunto.

Dada a perspectiva de observação assumida, a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann foi adotada como ferramenta de análise, logo, como elemento fundamental para a pesquisa, sem a qual não seria possível desenvolver o trabalho, pois a EdC é verificada, justamente, com a lente de tal teoria. A fim de esmiuçar a EdC sob o prisma da Teoria dos Sistemas Sociais, o Movimento dos Focolares foi apresentado em um capítulo específico, por ser considerado a base estrutural e conceitual que possibilitou o surgimento da EdC. Com este mesmo escopo a Economia de Comunhão foi apresentada em um capítulo próprio, no qual foram levantadas suas principais características e princípios, fundamentados pelo seu percurso histórico e pelas reflexões que vêm sendo elaboradas a partir de sua prática e da sua relação com o MF, de um modo especial por Luigino Bruni.

Por ser de fundamental importância, a Teoria de Luhmann foi apresentada em seus conceitos basilares, considerados os mais apropriados para a consecução do objetivo desta dissertação. Poder-se-ia afirmar que esta teoria tenha sido um elemento chave deste trabalho ao lado do objeto pesquisado, quase um segundo objeto que foi observado a fim de explicar o objeto em questão. Antes, porém, de tratar desses conceitos basilares, foi feita uma breve reflexão sobre a posição da religião na contemporaneidade, com o intuito de ratificar o fato de que a religião, atualmente, não é mais hegemônica. Consequentemente, a religião precisa encontrar – e encontrou – caminhos outros para continuar ativa no meio social, buscando o equilíbrio entre manter-se religião e atuar em campos civis, precisando enfrentar o pluralismo de posições e de visões, sejam elas religiosas, sejam inerentes aos outros campos da atividade humana, como a lógica econômica, política, etc.. Por fim, houve o cruzamento, ou seja, a análise da EdC segundo a perspectiva da Teoria dos Sistemas Sociais.

Esta dissertação concluiu – valendo-se do arcabouço teórico de Niklas Luhmann – que as hipóteses que consideram a EdC como um projeto simultaneamente civil e religioso e, ainda, um meio de a religião cristã católica influir em áreas não religiosas na sociedade contemporânea, funcionalmente diferenciada, podem ser demonstradas com pertinência.

Para ratificar esta conclusão, considera-se importante destacar a compreensão de Luhmann a respeito da função da religião, que, segundo este autor, determina o indeterminado (transcendente) na esfera do imanente (Luhmann 1991). Assim sendo, o Movimento dos Focolares pode ser observado como expressão religiosa da Igreja cristã católica, logo, determina o indeterminado, ou seja, a realidade de Deus, de uma forma específica, de acordo com a sua espiritualidade, constituindo um sistema parcial do sistema religio so. Em virtude da referência adotada para a observação, ele, o MF, passa a ser considerado um sistema, que se relaciona com os demais sistemas da sociedade, inclusive, e de modo especial, o que interessa a este trabalho, com o sistema econômico.

Da relação inter-sistêmica, entre MF e economia, mediante inputs e outputs, surgiu a EdC, que se caracteriza como um sistema de dupla pertença: é um subsistema ou sistema parcial do MF e um subsistema ou sistema parcial do sistema econômico. Com o MF, a EdC se relaciona mediante a interpenetração, isto é, os dois sistemas colocam à disposição, reciprocamente, a própria complexidade. Em um primeiro momento poder-se-ia questionar se a relação entre o MF e a EdC se dá, realmente como interpenetração, uma vez que a EdC, sim, depende do MF para subsistir. Mas e o MF, depende da EdC para subsistir? Talvez não no sentido amplo, isto é, o MF existia antes de a EdC surgir, porém uma vez que este projeto emergiu, tornou-se parte do MF que, a partir de então, não seria mais o mesmo e poderia ser considerado incompleto caso a EdC deixasse de existir. Isto é, o MF não corresponderia mais à sua constituição completa. A interpenetração acontece sob a forma de comunicação (Luhmann 1990:359); no caso aqui tratado, ocorre que o MF coloca à disposição da EdC suas comunicações por meio de sua espiritualidade, que se expressa, na EdC mediante os MCSG, como foi demonstrado anteriormente. Como são interpenetrantes, a EdC coloca suas comunicações à disposição do MF, influenciando-o, sobretudo, no modo como este concretiza o aspecto da comunhão e do trabalho.

Todas as comunicações que se dão no âmbito da EdC retroalimentam-se reciprocamente, mediante a transmissão e ratificação dos MCSG. Este movimento pode ser compreendido como a atuação do sistema em relação a si próprio, na forma de **reflexão**.

O sistema EdC relaciona-se também com a sociedade enquanto sistema global, na forma de **função** e com o sistema econômico, na forma de **prestação**, por meio de *inputs/outputs* que poderiam ser classificados como técnico-valorativos, mediante comunicações que funcionam como MCSG, cujo valor de significado está no amor ágape, princípios e categorias da EdC (*output*) e recebendo da economia todos os *inputs* que se relacionam à ação econômica vigente. É possível, também, que a EdC se relacione com outros sistemas da sociedade – político, jurídico, educacional – igualmente na forma de prestação.

Este trabalho classifica a relação da EdC com a sociedade global e com a economia como um **primeiro nível** de interação, existente e em expansão, pelo simples fato de que a EdC existe, funciona e tem crescido, embora não seja um crescimento explosivo. No Brasil, de 2008 a 2009, o número de empresas aderentes ao projeto cresceu de 123 para 136, o equivalente a 10,56%, segundo informações do Centro Filadélfia de estudos, pesquisa e documentação da EdC.

A relação da EdC com os demais sistemas da sociedade é classificada como um **segundo nível de interação**, considerado existente, mesmo se ainda incipiente. Esta dedução se justifica pela influência da EdC, por exemplo, no sistema político, como aconteceu por meio do projeto Cabra Nossa (ver página 56), ou pelos vários reconhecimentos públicos conferidos a Chiara Lubich⁴⁶ em razão do projeto Economia de Comunhão, entre os mais recentes: o *Prêmio Unesco 1996 pela Educação à Paz*, e, – para restringirmo-nos ao Brasil – a sua admissão na *Ordem do Cruzeiro do Sul*, em 1998; a *Medalha ao mérito* pela USP, um doutorado *honoris causa* em Economia pela UNICAP de Recife e em Humanidades e Ciências da Religião, pela PUC de São Paulo, também esses em 1998. A sua experiência, que deu vida ao Movimento dos Focolares, foi solicitada por Organizações, e em ambientes, os mais variados, como, por exemplo, na ONU, em 1997, durante um Forum internacional para 700 embaixadores e observadores; na Mesquita de Malcolm X, em Harlem, para um público de 3.000 muçulmanos afro-americanos; na Tailândia para milhares de budistas – monges da Tailândia e leigos do Japão (Ribeiro 2003).

Ademais, por deixar-se orientar pela lógica contida e expressa nas *Linhas para gestão de uma empresa EdC*, embora atue no sistema econômico, a EdC o faz levando em consideração outros sistemas, como, por exemplo, o ecológico, ao incluir na concepção de lucro a preservação e a manutenção do meio-ambiente.

_

 $^{^{46}}$ Ao todo, Chiara Lubich recebeu 13 doutorados h.c nas mais variadas disciplinas, em países dos cinco continentes.

A figura, a seguir, dividida em duas partes, ilustra a demonstração teórica proposta por esta dissertação.

Figura 9 – Parte I: relação entre Economia de Comunhão, religião e economia

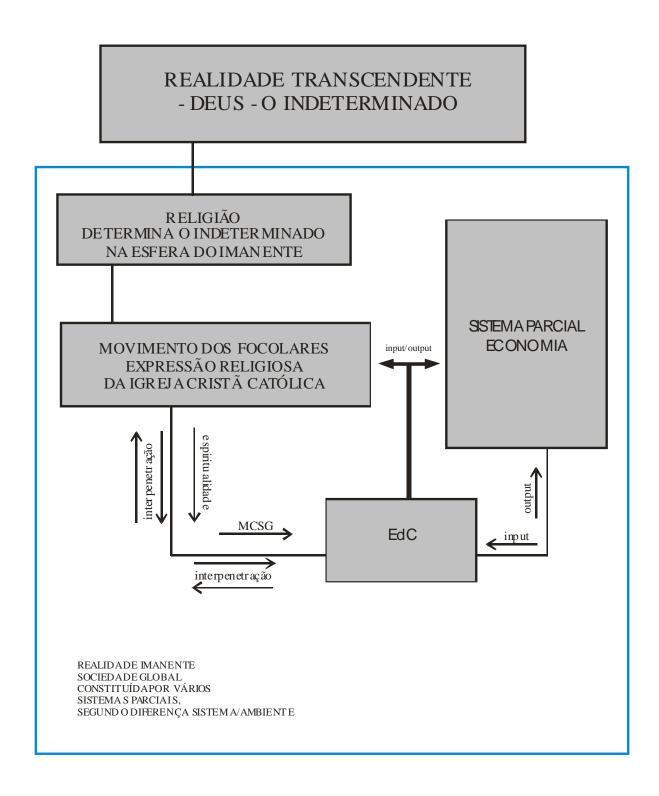
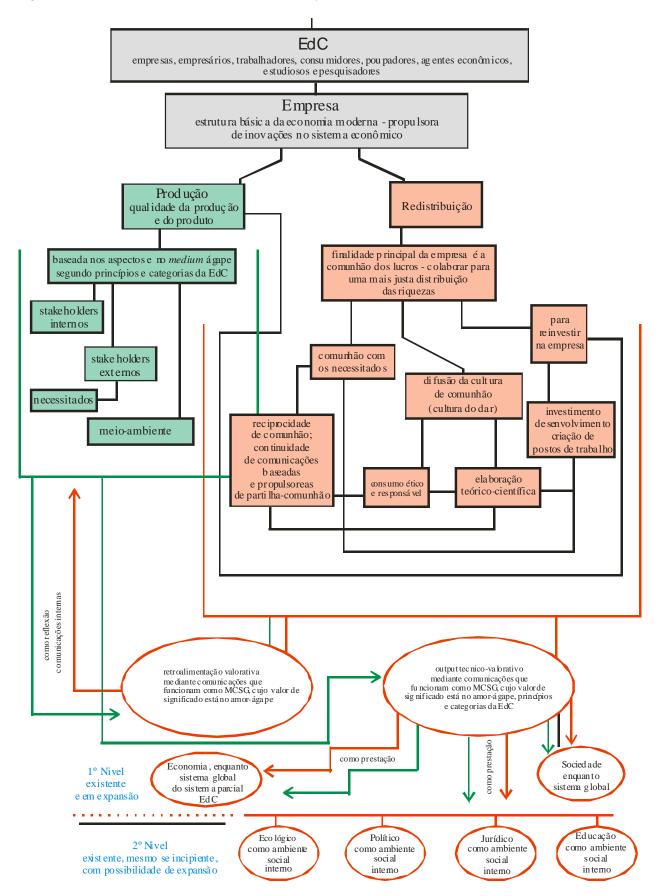


Figura 9 – Parte II: Economia de Comunhão e relações sistêmicas afins



No estágio atual em que se encontra a EdC, pode-se concluir que o projeto se caracteriza preponderantemente como uma proposta – em ato – de agir econômico. Refletindo sobre as possibilidades de desenvolvimento e expansão, seja no âmbito interno (aumento de empresas aderentes com o conseqüente aumento do montante do lucro colocado em comum e dos trabalhos teóricos como base da elaboração de uma teoria econômica peculiar, que dê sustentação ao projeto EdC) seja no âmbito externo (aumento quantitativo e qualitativo nas relações intra-sistêmicas – EdC e economia – e inter-sistêmicas – EdC e demais sistemas da sociedade – introduzindo valor semântico diferenciado nas comunicações que se dão no interior desses sistemas, provocando inovações), pode-se concluir que existem duas possibilidades mais gerais e uma terceira, que pode vir a ser admitida como contingência.

A primeira possibilidade geral restringiria a EdC como sistema parcial da economia, relacionando-se com este sistema na forma *input/output*, sem chegar a promover transformações mais gerais neste último, em virtude, possivelmente, da dificuldade de ter suas comunicações aceitas no sistema econômico de forma abrangente. Neste caso, a EdC continuaria a demonstrar que é possível estar dentro do mercado sem sofrer, porém, o «condicionamento derivante de uma estrutura motivacional que considera a maximização do lucro como única finalidade da atividade econômica» (Zamagni 2002a:10).

A segunda possibilidade geral, ainda em conformidade com o pensamento do economista Zamagni, representa um desafio para a EdC: criar alianças com outras experiências que, atuando no campo econômico e social, se baseiam em princípios que estejam em consonância com os seus (ibidem:10). Neste caso, a inovação surgida na EdC extrapolaria suas fronteiras sendo inseridas em outros sistemas parciais da economia (economia solidária, por exemplo) como informações que seriam transformadas em comunicações, e vice-versa. Essas relações aumentariam, no sistema econômico, o volume de comunicações motivadas por MCSG específicos (cujo valor semântico se ancora no amor-ágape, na solidariedade, na partilha), portanto, diferentes dos MCSG que normalmente motivam as ações econômicas (cujo valor semântico se ancora no utilitarismo, na acumulação). Assim, aumentariam as prestações de *output*, seja no nível do sistema social, seja no nível da interpenetração inter-humana, isto é, entre as consciências, o que levaria a um aumento da possibilidade da criação de novas estruturas, que orientariam as respostas às comunicações na direção positiva, considerando positiva a motivação de caráter solidário em detrimento da motivação de caráter utilitário. Um caminho paralelo seria o de intensificar a influência no segundo nível acima descrito, isto é,

em outros sistemas – além do econômico, colaborando para que haja «mutações na arquitetura jurídica, civil e fiscal» da sociedade e do próprio sistema econômico (Zamagni 2002a:10).

A terceira possibilidade seria a desintegração da EdC, em razão de um eventual desligamento – perda de vínculo – com o MF, logo com o sistema religioso, não distinguindo-se mais de outros sistemas que oferecem serviços semelhantes. É o risco indicado por Luhmann (ver página 90), que conduziria à secularização da própria atividade religiosa. Embora seja uma possibilidade, este trabalho permite considerá-la remota, justamente pelo fato de a EdC e o MF serem sistemas interpenetrantes, relação que produz um constante fortalecimento dos MCSG, que motivam as escolhas – as seleções comunicativas – na EdC, para a direção positiva.

Esta dissertação, longe de exaurir todas as possibilidades de análise e de pesquisa teórica acerca do tema, fez um trabalho, poder-se-ia dizer, basilar, pois estabeleceu uma primeira atrelagem entre a EdC e a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, abrindo novos horizontes de pesquisa. Complexo o objeto, complexa a teoria utilizada, o que confirma a existência de um amplo leque de possibilidades de pesquisas futuras. Seguem, abaixo, algumas propostas.

• Como dito na introdução, a escolha de analisar a EdC segundo a abordagem dos Sistemas Sociais não exclui a utilização de outras possíveis e plausíveis teorias para uma análise eficaz do fenômeno. Portanto, seria viável e, cientificamente pertinente, fazer um cruzamento teórico entre a posição deste autor e as demais teorias, como por exemplo, as já citadas na introdução: a perspectiva weberiana de ação social teleológica e axiológica e a de Peter Berger, sobre a construção social da realidade. Cruzamentos que poderiam resultar interessantes, uma vez que a teoria de Luhmann adota uma posição bastante peculiar em relação ao sujeito na sociedade: não exclui a sua participação, mas entende que tal interferência se dá, também neste caso, mediante relação sistêmica, a partir da diferença sistema/ambiente. O indivíduo, sujeito, se relaciona com a sociedade não por constituí-la enquanto sujeito social, mas como sistema psíquico em relação com o ambiente, no caso a sociedade, e vice-versa. Tal relação se dá por meio da interpenetração que, de certa forma, recoloca o indivíduo como agente da construção social, embora a partir de "fora" e não de "dentro": «Para a tradição humanista, o homem se colocava dentro e não fora do ordenamento social, um

- elemento da própria sociedade. Era chamado "indivíduo" justamente porque, para a sociedade, era um elemento único» (Luhmann 1990:351) [tradução nossa].
- Utilizando-se da Teoria dos Sistemas Sociais, poder-se-ia focalizar a atenção na questão da contingência, isto é, diante de uma comunicação, a resposta pode ser tanto positiva, quanto negativa, melhor ainda, mesmo quando a expectativa se orienta para um dado tipo de resposta (positiva ou negativa) pode ocorrer o contrário. A contingência diz que o que é, pode ser ou se tornar, também diferente. Esta questão pode ser vinculada à questão da criação, manutenção e fortalecimento dos MCSG e à vulnerabilidade da EdC que se dá, justamente, por ser um projeto cuja adesão se dá na liberdade. A análise poderia estabelecer uma relação entre liberdade, decisão (seleção de resposta diante de uma comunicação) e MCSG, na EdC.
- Este trabalho deu ênfase à relação inter-sistêmica, entre EdC e sistema econômico, apenas fazendo uma sutil referência à interpenetração que se dá entre os sistemas psíquicos e o sistema social, sobretudo no surgimento da EdC, em relação à participação de Chiara Lubich na origem deste projeto. Logo, um estudo complementar poderia se dedicar a analisar a relação entre o sistema psíquico e a formação do sistema social, verificando a origem do MF e da EdC, como se dá a relação entre consciências e sociedade, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais.
- A EdC foi analisada por este trabalho sobretudo a partir da sua estrutura base, a empresa. Poderia resultar importante verificar a EdC sob a perspectiva da pessoa ajudada, também segundo a abordagem sistêmica, analisando que tipo de *output* seria emitido ao sistema social e ao sistema econômico por meio da inserção dessas pessoas no circuito de comunhão construído pela EdC e no circuito produtivo, uma vez que muitas delas se tornam micro-empresárias, se estabelecem financeiramente em razão da criação de postos de trabalho a elas direcionados ou porque, em virtude da ajuda recebida da EdC, conseguem obter formação profissional, ingressando no mercado de trabalho. Em contrapartida, seria relevante verificar como os sistemas social e econômico reagem a esses *outputs*.
- De acordo com a perspectiva adotada por este trabalho, foi analisada a formação sistêmica da EdC e como este projeto se relaciona com o sistema econômico a partir da EdC. Seria importante verificar como o sistema econômico está reagindo aos *inputs* recebidos da EdC, isto é, verificar a EdC a partir do sistema econômico.

A atual crise econômico-financeira mundial coloca em questão a validade do atual sistema capitalista, que a partir da segunda metade do século XX colocou em crise o capitalismo tradicional, com o nascimento do capitalismo financeiro, capaz de produzir riqueza dissociada do trabalho humano, portanto desvinculada da produção real. Esta crise ressalta a vulnerabilidade e instabilidade do capitalismo e reclama uma reflexão mais profunda sobre os rumos que o sistema econômico deve tomar a partir de então (Bruni 2009:169-176). Logo, a crise pode representar uma oportunidade para que o sistema econômico reaja às perturbações de sistemas parciais, como a EdC e outros, fundamentados na solidariedade, de forma mais aberta, ou seja, pode ser que as comunicações que se dão no interior do sistema econômico comuniquem sobre alternativas e respostas à crise, levando a seleções e decisões motivadas pela solidariedade ou, no caso da EdC, pelo amor-ágape. Talvez seja cientificamente eficiente verificar como o sistema econômico reagirá diante das perturbações e comunicações internas oriundas da situação de crise, mais especificamente, diante das comunicações que se dão, na economia, fundamentadas em valores diferenciados, como acima citados.

- Outro horizonte de pesquisa possível, seria comparar a EdC com outras propostas de cunho econômico de motivação ideal, como, por exemplo, a Economia Solidária, também segundo a perspectiva da Teoria dos Sistemas Sociais.
- Uma comparação igualmente pertinente, poderia ser entre a EdC e a Teologia da Libertação, verificando como se dão as relações entre esses sistemas parciais e a economia, levando-se em consideração a reflexão apenas esboçada anteriormente: a EdC que constrói seus princípios e método de análise da realidade a partir de um carisma religioso, na qual o religioso é incorporado pelo profano que modifica a si mesmo, permanecendo profano; e a Teologia da Libertação, que assume como referencial o método marxista de interpretação e transformação da realidade, mediante a qual o profano é incorporado ao religioso, que permanece religioso, influenciando o profano (ver página 92-93).
- A EdC incorpora em si a categoria da comunhão. Ora, tal categoria perpassa a formação, não apenas da EdC, mas também a formação do MF. Pode-se intuir que tal categoria seja incluída na relação que se dá entre a EdC e o MF como algo mais que se apresenta na relação entre esses dois sistemas. Uma possível análise seria colocar em diálogo o pensamento de Lubich com o pensamento de Luhmann e verificar se a

categoria comunhão pode ou não – e como – ser inserida nas relações entre os sistemas e que contribuições poderiam surgir desta inserção.

Pode-se encerrar este trabalho, considerando que o objetivo central ao qual se propôs foi alcançado, bem como foram demonstradas as hipóteses que consideram a EdC um sistema parcial de dupla pertença, portanto, uma concretização simultaneamente civil e religiosa e que, justamente por esta razão, pode ser considerada um meio de a religião cristã católica atuar em âmbitos não religiosos na sociedade ocidental contemporânea. Fazer qualquer prognóstico sobre o desenvolvimento e continuidade da EdC, levaria este trabalho a cair no engano da pré-determinação histórica. Cabe, sim, como foi feito, levantar questões e sugerir desdobramentos de pesquisa que possam acompanhar e verificar o fenômeno EdC no seu percurso vital.

Remete-se, contudo, ao pensamento de Löwy, à diferenciação que ele faz entre ideologia e utopia. Para o autor, ideologia é entendida como

sistemas de representação que se orientam na direção da estabilização e da reprodução da ordem vigente"; enquanto utopia define "as representações, aspirações e imagens-de-desejo (Wunschbilder) que se orientam na direção da ruptura da ordem estabelecida e que exercem uma função subversiva (umwälzende Funktion). (Löwy 2000b:10).

Assim sendo, é plausível concluir que a EdC seja uma experiência de cunho religioso de características utópicas, na medida em que busca transformar a ordem econômica vigente não tanto colocando-se em oposição a ela, mas a partir dela própria. O que é bastante coerente com a visão sistêmica, isto é, que os sistemas se transformam a partir deles mesmos, utilizando-se de suas próprias comunicações, por meio da autopoiese. Profecia? Vale recordar a célebre frase do Pe. Antonio Vieira: «O tempo é o melhor intérprete das profecias».

Provavelmente muitas outras perguntas tenham sido suscitadas por este trabalho, e tenham ficado sem resposta. Mas, como disse Souza (2004:10) «deve-se ter em mente que a tarefa de qualquer ciência é, sobretudo, levantar questões».

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Afonso. 2002. *Empresas de Economia de Comunhão:* possibilidade de valoração da racionalidade substantiva na organização econômica? (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

ANTONIAZZI, Alberto. 1997. Ética, Religião e política. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.1, n.1: 59-70.

ARAUJO, Vânia Carvalho de. 2001. *Espri*: empreendimentos, serviços e projetos industriais. Cotia: Conselho de Administração da ESPRI S.A.

ARAÚJO, Vera. 2002. Que pessoas e que sociedade para a Economia de Comunhão? In: BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão*: uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova. p. 21-30.

2009. Agire agapico e scienze sociali. *Nuova Umanità*, Roma, n.182 (mar./abr.): 243-251.

BARBACOVI, Lecir Jacinto. 1999. Economia de Comunhão: um projeto de inspiração cristã. In: PINHEIRO, Márcia Baraúna. (org.). *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999*. São Paulo: Cidade Nova. p. 115-124.

BARTHOLO, Fernando Antonio Ferreira. 2003. *Empresa de participação comunitária:* aspectos teóricos e práticos. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Lavras – MG).

BECMANN, Gotthard; Stehr, Nico. 2001. Niklas Luhmann. *Tempo Social*, São Paulo, v.13, n. 2 (nov.): 185-200.

BENAGLIO, Antonia et al. 1999. *Come um arcobaleno*: gli aspetti nel Movimento dei Focolari. Roma: Città Nuova.

BENTO XVI. 2006. Deus caritas est. São Paulo: Paulinas.

2009. Caritas in veritate. São Paulo: Paulinas.

BEOZZO, José Oscar; VOLANIN, Cremildo José (orgs.). 2009. *Alternativas à crise*: por uma economia social e ecologicamente responsável. São Paulo: Cortez.

BERGER, Peter L. 1985. *O Dossel Sagrado*. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. 1998. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.

BEYER, Peter F. 1999. A privatização e a influência pública da religião na sociedade global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global*: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes. p. 395-419.

BOSETTI, Giancarlo (org.). 2005. *Ragione e fede in dialogo*: le idee di Benedetto XVI a confronto con un grande filosofo. Jürgen Habermans e Joseph Ratizinger. Veneza: Marsilio Editori.

BRANDALISE, Luiz Antonio. 2003. *A finalidade do lucro para as empresas de Economia de Comunhão*. (Tese de doutorado. Universidade Estadual de São Paulo-USP).

BRUNI, Luigino. 1999. Para uma teoria econômica de comunhão: coisas antigas e "coisas novas". In: PINHEIRO, Márcia Baraúna (org.). *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999*. Vargem Grande Paulista-SP: Cidade Nova. p. 45-57.

2002a. Rumo a uma racionalidade econômica de comunhão. In: Economia de
Comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova. p. 41 66.
(org.). 2002b. <i>Economia de Comunhão</i> : uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova.
2004a. Verso una teoria economica di comunione. In: PELLIGRA Vittorio FERRUCCI, Antonella (orgs.). <i>Economia di Comunione:</i> una cultura nuova. Gênova: AIEC (Quaderni di Economia di Comunione). p. 36-39.
2004b. L'Economia di Comunione: uma visione d'insieme. In: BRUNI, Luigino CRIVELLI, Luca (orgs.). <i>Per una economia di comunione</i> : un approccio multidisciplinare Roma: Città Nuova. p. 19-32.
2005. Comunhão e as novas palavras em economia. São Paulo: Cidade Nova.
2007. La ferita dell'altro: economia e relazione umana. Trento: Il Margine.
2008. Il prezzo della gratuità. Roma: Città Nuova.

BRUNI, Luigino; CRIVELLI, Luca (orgs.). 2004. *Per una economia di comunione*: un approccio multidisciplinare. Roma: Città Nuova.

BRUNI, Luigino; SMERILLI, Alessandra. 2009. *Benedetta economia*: Benedetto di Norcia e Francesco d'Assisi nella storia economica europea. Roma: Città Nuova.

BURKARD, Hans. 1999a. Gerenciamento sustentável. In: PINHEIRO, Márcia Baraúna (org.). *Anais do Bureau Internaional da Economia e Trabalho 1999*. São Paulo: Cidade Nova. p. 67-78.

_____ 1999. Sviluppo sostenibile e management: elementi per um nuovo paradigma di gestione. *Nuova Umanità*, Roma, n.126 (nov./dez.): 667-687.

BUONOMO, Vincenzo. 1992. A Economia de Comunhão: caminho para a unidade dos povos. In: QUARTANA, Pino et al. *Economia de Comunhão*: propostas e reflexão para uma cultura da partilha, a "cultura do dar". São Paulo: Cidade Nova. p. 143-160.

BURKE, Edmund. 1982. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CALLIARI, Gis; MARTELLI, Giorgio. 1983. *Armonia e ambiente*: linee guida per il quinto aspetto. Roma: Cità Nuova. v.1

CAMBÓN, Henrique. 2000. Assim na terra como na Trindade: o que significam as relações trinitárias na vida em sociedade? São Paulo: Cidade Nova.

CASTEL, Robert. 2007. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ. p. 17-50.

CASTELANO, Jesus. 2003. Uma espiritualidade que une o vértice do divino e do humano. In: VANDELEENE, Michel (org.). 2003. *Chiara Lubich*. Ideal e Luz: pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova. p.27-33.

CATALDI, Silvia. 2009. Introduzione ai contributi di Vera Araujo e di Michele Colassanto e Gennaro Iorio. *Nuova Umanità*, Roma, n.182 (mar./abr.): 243-244.

CODA, Piero. 2003. Um carisma e uma obra de Deus. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich*. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova. p. 17-26.

COHN, Gabriel. 1986. Max Weber: sociologia. São Paulo: Ática.

_____ 1998. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38. www.scielo.br/scielo.php

COLASANTO, Michele; IORIO, Gennaro. 2009. Sette propozizioni sull'homo agapicus: un progetto di ricerca per le scienze sociali. *Nuova Umanità*, Roma, n.182 (mar./abr.): 253-278.

COMISSIONE INTERNAZIONALE DI EDC. 2007. Linnea per la gestione di una azienda *EdC*. (mimeografado).

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Cláudio. 1996. *Glossario sobre la teoría Social de Niklas Luhmann*. México: Universidad Iberoamericana, Iteso, Antthropos.

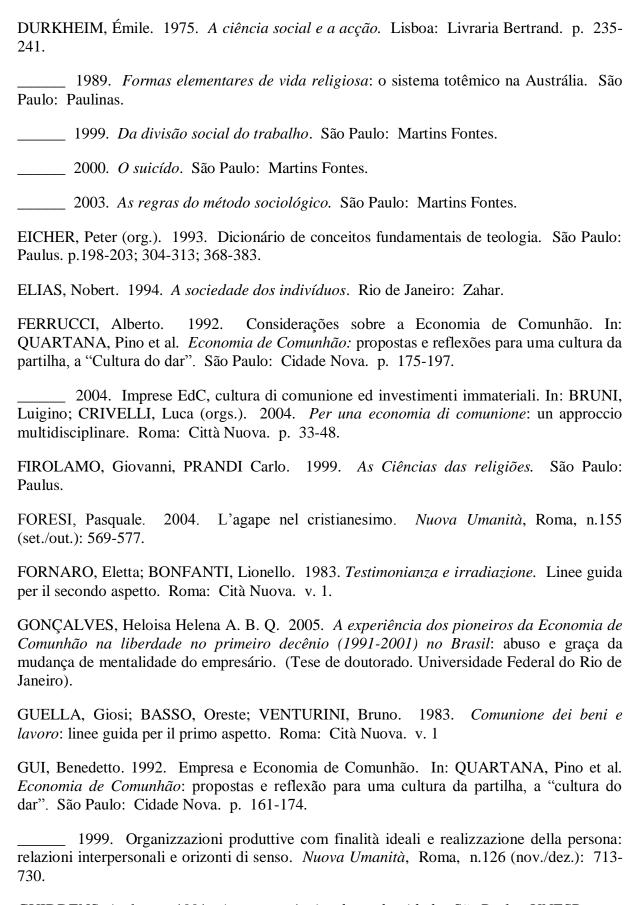
COSTA, Rui et al. *Economia de Comunhão*: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. São Paulo: Cidade Nova.

CURVELLO, João José Azevedo. 2001. As organizações como sistemas autopoiéticos de comunicação. *INTERCOM. XXI Congresso Brasileiro da Comunicação*. Campo Grande/MS, set.

DALLABRIDA, Ivan Sidney. 2004. *Novas formas de atuação empresarial na construção do desenvolvimento sustentável:* contribuição de um estudo comparativo entre experiências de responsabilidade social e empresarial e de Economia de Comunhão. (Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau – SC).

DALLAPICCOLA, Natalia; FONDI, Enzo. 1983. *Spiritualità e vita di preghiera*: linee guida per il terzo aspetto. Roma: Cità Nuova. v. 1.

DE FIORES, Stefano. 1999. *A "nova" espiritualidade*: as novas espiritualidades na Igreja desafiam o futuro. São Paulo: Paulus, Cidade Nova.



GUIDDENS, Anthony. 1991. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP.

GOLD, Lorna. 1999. Abrindo espaço para uma visão econômica: redes locais-globais de comunhão. In: PINHEIRO, Márcia Baraúna (org.). *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999.* São Paulo: Cidade Nova. p. 88-99.

HALL, Stuart. 2000. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

LEIBHOLZ, Rodolfo. s.d. A busca da identidade da Femaq. São Paulo, Femaq. (Mimeografado)

LEITE, Kelen Christina. 2005. *Economia de Comunhão*: uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. (Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos - SP).

2007. *Economia de Comunhão*: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado. São Paulo: Annablume, FAPESP.

LÖWY, Michael. 2000a. *A guerra dos deuses*: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes.

2000b. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez.

LUBICH, Chiara. 1984. *Escritos espirituai*s. Que todos sejam um. São Paulo: Cidade Nova.

1985. A unidade e Jesus abandonado. São Paulo: Cidade N		1985.	A unidade e	Jesus	abandonado.	São Paulo:	Cidade No
---	--	-------	-------------	-------	-------------	------------	-----------

_____ 1991a. Diario di viaggio. Vargem Grande Paulista, Movimento dos Focolares. (Mimeografado)

_____ 1991b. *Svolta sociale della cittadella:* Economia di Comunione. Centro Mariápolis Ginetta. 29 maio 1991. n. SC 161. Arquivo Mariápolis Ginetta. 1 fita vídeo (27 min.) VHS, son, color.

_____ 1999. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. In: PINHEIRO, Márcia Baraúna (org.). *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999*. São Paulo: Cidade Nova. p. 9-19.

2001a. L'economia di Comunione, storia e profezzia. Roma: Città Nuova.

_____ 2001b. LUBICH Chiara. Dialogando a 360°. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich*: la dottrina spirituale. Milão: Mondadori. p.384.

_____ 2002a. *Uma cultura nuova per uma nuova società*: discorsi in occasione del conferimento di lauree honoris causa, congressi e convegni 1996-2001. Roma: Centro Internazionale delle Volontarie e dei Volontari dell'Opera di Maria.

_____ 2002b. A experiência Economia de Comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In: BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão*: uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova. p. 13-19.

2003a. Os albores. In: VANDELEENE, Michel (org.). <i>Chiara Lubich</i> . Ideal e Luz:
Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova. p.42-43.
2003b. Uma espiritualidade de comunhão. In: VANDELEENE, Michel (org.). Chiara Lubich. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo:
Brasiliense, Cidade Nova. p.70.
brasiliense, Cidade Nova. p.70.
2004. <i>Um novo caminho</i> : a espiritualidade da unidade. São Paulo: Cidade Nova.
LUHMANN, Niklas. 1990. <i>Sistemi sociali:</i> Fondamenti di una teoria generale. Bologna: Mulino.
1991. Funzione della religione. Brescia: Morcelliana.
1998. <i>Complejidad y modernidad</i> : de la unidad a la diferencia. Madrid: Editorial Trotta S.A.

MARTELLI, Stefano. 1995. A religião na sociedade pós-moderna. São Paulo: Paulinas.

MARX, Karl. 1988. *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. v. 1. livro 1.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. 1997. *De máquinas e seres vivos*: autopoiese – a organização do vivo. Porto Alegre: Artes Médicas.

MENEGASSI, Cláudia Herrero Martins. 2007. As dimensões do modelo burocrático nas organizações: um estudo das empresas do Pólo Empresarial Spartaco orientadas pela abordagem da Economia de Comunhão. (Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá-Universidade Estadual de Londrina).

MOLTENI, Mario. 1999. I problemi di sviluppo nelle imprese «a movente ideale». *Nuova Umanità*, Roma, n.126 (nov./dez.): 689-711.

MOTTA, João Manoel. 2004. *Da cooperação à comunhão – Ciência, movimentos sociais e processo civilizatório:* estudo sistêmico do projeto Economia de Comunhão (EdC) como modelo sócio-econômico inclusivo. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. http://www.focolares.org

NASCIMENTO, Valéria Ribas do. 2006. A teoria dos sistemas e a hermenêutica: ponderações introdutórias a respeito do papel do Direito enquanto práxis social efetiva. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Santa Maria, v. 1, n. 2 (jul.): 51-64. http://bdjr.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18249.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. 2006. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a teoria dos sistemas sociais. *Sociologia*, Porto Alegre, 15: 162-207. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-452220060001000078&script=sci-arttext&tlng=pt%23nt20.

OBRA DE MARIA. s.d. Estatutos Gerais. São Paulo.

OPERA DI MARIA. 2008. Regolamento della sezione delle focolarine. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009a. Regolamento della branca delle volontarie di Dio. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009b. Regolamento della branca delle gen2. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009c. Regolamento della branca delle gen3. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009d. Regolamento della branca delle gen4. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009e. Regolamento della branca dei gens. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009f. Regolamento della branca dei religiosi. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009g. Regolamento della branca delle consacrate. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009h. Regolamento della branca dei presbiteri e dei diaconi permanenti diocesani volontari. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009i. Regolamento della branca dei presbiteri e dei diaconi permanenti diocesani focolarini. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009j. Regolamento della branca dei Vescovi amici dell'Opera di Maria. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009k. Regolamento del Movimento "Umanità Nuova". Roma

OPERA DI MARIA. 2009l. Regolamento del Movimento "Giovani per un mondo unito". Roma.

OPERA DI MARIA. 2009m. Regolamento del Movimento "Ragazzi per l'unità". Roma.

OPERA DI MARIA. 2009n. Regolamento del Movimento "Famiglie Nuove". Roma.

OPERA DI MARIA. 2009o. Regolamento del Movimento delle religiose. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009p. Regolamento del Movimento dei religiosi. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009q. Regolamento del Movimento parrocchiale. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009r. Regolamento del Movimento sacerdotale. Roma.

OPERA DI MARIA. 2009s. Regolamento del Movimento diocesano. Roma.

PAOLO II, Giovanni. 1991. Centesimus annus. Milão: Paoline.

PAROLIN, Gianpietro. 2004. La creazione di valore nelle aziende EdC: ricerca su casi aziendali. In: BRUNI, Luigino; CRIVELLI, Luca (orgs.). *Per una economia di comunione*: un approccio multidisciplinare. Roma: Città Nuova. p. 87-99.

PELLIGRA, Vittorio; FERRUCCI, Antonella. 2004. *Economia di Comunione*: una cultura nuova. Gênova: AIEC, (Quaderni di Economia di Comunione).

PIERUCCI, Antônio Flávio. 2003. <i>O desencantamento do mundo</i> : todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34.
2004. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs.). <i>Sociologia da religião e mudança social:</i> católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus. p. 13-36.
PINHEIRO, Márcia Baraúna (org.). 1999. Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999. São Paulo: Cidade Nova.
2000a. <i>Cultura e Economia: faces da mesma moeda?</i> Análise do projeto Economia de Comunhão em perspectiva cultural. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
2000b. Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA André Ricardo de (orgs.). <i>A economia Solidária no Brasil:</i> a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto. p. 333-351.
PINTO, Mário Couto Soares; Leitão, Sérgio Proença. 2006. <i>Economia de Comunhão</i> : empresas para um capitalismo transformado. Rio de Janeiro: Editora FGV.
QUARTANA, Pino et al. 1992. <i>Economia de Comunhão</i> : propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a "Cultura do dar". São Paulo: Cidade Nova.
RIBEIRO, Sandra Ferreira. 2003. <i>Carisma e modernidade:</i> Ginetta Calliari: "a ética da unidade e o espírito da Economia de Comunhão". (Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo).
(org.). 2006. <i>Ginetta</i> : Uma vida pelo ideal da unidade. São Paulo: Cidade Nova.
RONCHETTI, Vale; MARCHETTI, Giorgio. 1983. <i>Natura e vita fisica:</i> linee guida per il quarto aspetto. Roma: Cità Nuova. v. 1.
SANTOS, Clemilda Gonzaga. 2004. <i>Economia de Comunhão</i> : entre o discurso e a prática: o caso da SIBRASA. (Dissertação de mestrado. UFBA).
SCARRONE, Flávio. 2007. <i>Graça e reciprocidade em um projeto econômico de inspiração religiosa: a Economia de Comunhão</i> . (Dissertação de mestrado. Universidade Metodista de São Paulo).
SEGRETERIA INTERNAZIONALE DELL'ECONOMIA DI COMUNIONE. 2008. Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2008. Roma. (Mimeografado).
SERAFIM, Maurício Custódio. 2001. <i>A ética no espaço de produção</i> : contribuições da Economia de Comunhão. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina).
2008a. Sobre esta igreja edificarei minha empresa: organizações religiosas e empreendedorismo. (Tese de doutorado. Fundação Getúlio Vargas).
2008b. <i>Economia de Comunhão</i> . Palestra realizada na Universidade do Sul de Santa Catarina em 28 out. 2008.

SGARIGLIA, Alba; Zanghì, Giuseppe. 1999. Sapienza e studio. In: BENAGLIO, Antonia; VENTURINI, Bruno et al. *Come un arcobaleno*: gli aspetti nel Movimento dei Focolari. Roma: Città Nuova. p. 21-52.

SILVA, Eliana M. Marques; Egman, Mario (orgs.). 2001. *Ginetta Calliari*. Vargem Grande Paulista-SP: Movimento dos Focolares.

SINGER, Paul. 1987. *O capitalismo*: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna.

_____ 1998. O que é economia. São Paulo: Contexto.

SOCIEDADE MOVIMENTO DOS "FOCOLARI". 2007. Relatório circunstanciado das atividades sociais da Sociedade Movimento dos "Focolari". São Paulo. (Mimeografado)

SORGI, Tommaso. 1992. A cultura do dar. In: COSTA, Rui et al. *Economia de Comunhão*: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. São Paulo: Cidade Nova, p. 31-68.

1998. *Costruire il sociale*. Roma: Città Nuova.

SOROKIN, Pitirim A. 2005. Il potere dell'amore. Roma: Città Nuova.

SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs.). 2004. *Sociologia da religião e mudança social*: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo: Paulus.

THIEMER, Stefan. 1999. Economia de Comunhão: um modelo para a sociedade. In: PINHEIRO, Márcia Baraúna (org.). *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho 1999*. São Paulo: Cidade Nova. p. 100-107.

TÖNNIES Ferdinad. 1947. Comunidad y sociedad. Buenos Aires: Editorial Losada S.A.

TOMASI, Bruna; CERINI, Marisa; ZANGHI, Giuseppe. 1983. Sapienza e studio: linee guida per il sesto aspetto. Roma: Cità Nuova. v. 1

USARSKI, Frank. 2006. *Constituintes da Ciência da Religião:* cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas.

VANDELEENE, Michel (org.). 2003. *Chiara Lubich*. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova.

VERONESI, Silvana; MARCHESI, Giulio. 1983. *Unità e mezzi di comunicazione*: linee guida per il settimo aspetto. Roma: Cità Nuova. v. 1.

VILLENA, Daniele Jannotti S. 2006. *Contribuições da Economia de Comunhão para o estudo da influência de valores no ambiente organizacional.* (Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo).

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. 2007. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ. p. 51-162.

WEBER, Max. 1999. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira.
2004. <i>A ética protestante e o "espírito do capitalismo"</i> . São Paulo: Companhia das Letras.
2005. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro.
ZAMAGNI, Stefano. 1999. Sul fondamento e sul significato dell'esperienza di «Economia di Comunione». <i>Nuova Umanità</i> , Roma, n.126 (nov./dez.): 731-740.
2002a. Escola de empresários de Economia de Comunhão. In: Entrevista com Stefano Zamangi. <i>Economia de Comunhão: uma nova cultura</i> . Vargem Grande Paulista. n. 14. p. 10-11.
2002b. Fundamento e significado da experiência de Economia de Comunhão. In: BRUNI, Luigino (org.). <i>Economia de Comunhão</i> : Uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova. p. 129-139.
ZAMBONINI, Franca. 1991. Chiara Lubich: a aventura da unidade. São Paulo: Cidade

Nova.